

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, REALIZADA NO DIA 14 DE OUTUBRO DE 2003.** -----

----- **ACTA NÚMERO TRINTA E OITO** -----

----- No dia 14 de Outubro de 2003, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor António Modesto Fernandes Navarro, coadjuvado pelas Excelentíssimas Senhoras Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho e Dona Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino, respectivamente Primeira e Segunda Secretárias. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Álvaro Roque Pinho Bissaia Barreto, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, António Augusto Pereira, António da Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira de Lemos, António Manuel Dias Baptista, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Artur Santos Madeira, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Domingos Alves Pires, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Fernando Luís Magalhães Silva, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Jofre da Fonseca Costa, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmiento, Jorge Cláudio Bacelar Gouveia, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel Rocha Ferreira, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Afonso Possidónio, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maria Valente, José Rui Roque, Luís Ângelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria Graça Barata Niny Mexia, Maria Irene dos Santos Lopes, Martinho José Baptista, Miguel Matos Castanheira Vale de Almeida, Nelson Pinto Antunes, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Ramiro Nelson Cardoso Silva, Ricardo Posser de Andrade Chaves, Rodolfo José Caseiro, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia

Pinto, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, António Manuel Pimenta Prôa, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, José Dimas Bernardes Salsinha, Levi Marques dos Santos, Luís Branco da Silva, Manuel Filipe Correia de Araújo, João Nuno Farmhouse de Castro e Athayde de Carvalhosa, Luís Jorge Teixeira Mendes Silva, João Manuel Sousa Santos Reis, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Sérgio Rui Lopes Cintra, João Gordo Martins, Domingos das Dores Rosa Estanislau, Esmeraldo de Oliveira Cruz, António Manuel Passos Rapoula, Eduardo Pereira Marques, Jorge Paulo Napoleão Garcia Inácio. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aníbal Jorge Dias, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, Lourenço Ramos Bernardino, Orlando Bento Antunes Claro, Vítor Manuel Alves Agostinho, António Marques Barbacena. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Rui Gomes da Silva (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Levi Marques dos Santos. -----

----- Francisco Martins (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Dimas Bernardes Salsinha. -----

----- Saldanha Serra (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Branco da Silva. -----

----- António Borges de Carvalho (PSD), até ao dia 17 de Novembro de 2003, sendo substituído pelo Deputado Municipal Nelson Miguel Rodrigues Coelho. -----

----- João Pessoa e Costa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Correia de Araújo. -----

----- Susana Silvestre (PCP), por 180 dias, sendo substituída pelo Deputado Municipal Eduardo Marques. -----

----- Deolinda Machado (PCP), por 30 dias, tendo sido substituída nesta reunião pelo Deputado Municipal Domingos Estanislau e será na reunião do próximo dia 21 pelo Deputado Municipal Eduardo Vieira. -----

----- Nuno Baltazar Mendes (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Manuel Sousa Santos Reis. -----

----- Maria Luísa Vicente Mendes (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Jorge Napoleão. -----

----- José Miguel Nunes Anacoreta Correia (CDS/PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Passos Rapoula. -----

----- Isabel Castro (PEV), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Gordo Martins. -----

----- O Deputado Municipal Miguel Vale de Almeida, do Bloco de Esquerda, que em 12 de Dezembro de 2002 pedira a suspensão do mandato, solicitou o levantamento da referida suspensão passando a integrar novamente o respectivo Grupo Municipal desde esta data. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Juntas de Freguesia: -----

----- Joaquim Fernandes Marques (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São João de Brito, por Esmeraldo de Oliveira Cruz. -----

----- Fernando Ribeiro Rosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém, por João Nuno Farmhouse de Castro e Athayde de Carvalhosa. -----

----- Aníbal Jorge Dias (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Lapa, que justificou a falta mas não foi substituído. -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Rui Lopes Cintra. -----

----- José Manuel Rosa do Egípto (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, por Luís Jorge Teixeira Mendes Silva. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputado Municipal: -----

----- José Godinho (PCP), relativamente à reunião realizada no dia 23 de Setembro de 2003. -----

----- Sérgio Manso Pinheiro (PEV) relativamente à reunião realizada no dia 30 de Setembro de 2003. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião, informando, de seguida, que na Conferência de Líderes foi decidido que o debate sobre o Estado da Cidade seguiria os moldes consagrados no Regimento para o efeito, ou seja, seria iniciado com uma intervenção do Sr. Presidente da Câmara a que se seguiria um período, relativamente curto, de perguntas à Câmara, por ordem de inscrição, e depois das respostas da Câmara entrariam nas intervenções de fundo por parte das várias forças políticas seguindo-se o período do debate. -----

----- Seguidamente, declarou aberto o período da Ordem do Dia. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO ÚNICO – DEBATE SOBRE O ESTADO DA CIDADE** -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, começou por dizer que esta figura do debate sobre o Estado da Cidade era, de facto, uma figura inédita, ou praticamente inédita em termos comparados, introduzida, em boa hora, em 1999 pelo que teve oportunidade de confirmar nos anais da Assembleia. Ainda ontem, num fórum em que esteve presente e onde dera conta que hoje teria este debate sobre o Estado da Cidade, lhe tinha sido manifestada surpresa por representantes de outros concelhos que não dispunham de um instrumento tão útil para avaliação da situação do respectivo Município, periodicamente. -----

----- Disse, depois, que no tempo que ia conseguindo dedicar, nesta vida agitada que todos tinham, à consulta aos arquivos históricos, teve oportunidade de constatar que esta figura do debate sobre o Estado da Cidade teria partido de uma iniciativa dos representantes do CDS-PP na Assembleia Municipal, em 1999, que foi uma proposta democraticamente acolhida pela maioria que então governava a cidade, passando-se, desde essa altura, à realização desses mesmos debates. -----

----- E teve ocasião de ler, nos últimos dias, embora que mais à noite, todas as intervenções havidas nesses debates sobre o Estado da Cidade que tiveram lugar na Assembleia, quer as intervenções do seu antecessor, quer as intervenções dos Srs. Deputados Municipais das várias bancadas, sobre a evolução da cidade, e pôde então constatar como muitas das manifestações já então expendidas e exteriorizadas eram manifestações que eram – e foram – manifestações que poderiam alargar-se a outras cidades europeias e do mundo, nomeadamente quanto às questões do trânsito, do estacionamento, algumas relativas à segurança, outras relativas à toxicodependência, e, portanto, que eram principalmente das grandes urbes que existiam no mundo de hoje. -----

----- Aliás, nessa consulta aos anais dos debates havidos na Assembleia Municipal, tinha sido interessante ver como o seu antecessor se referia já à necessidade da instalação da Autoridade Metropolitana de Transportes, e a propósito até de alusões feitas a referências que ele próprio fizera, já várias vezes, relativamente à proximidade do tempo de entrada em funcionamento dessa mesma Autoridade, como nessa altura eram feitas referências, isto nomeadamente em Novembro de 1999, à entrada em funcionamento próximo dessa mesma instância! Ou como o seu antecessor exprimia a sua mágoa por o seu Executivo ter criticado os governos anteriores do PSD por não terem concluído a CRIL e o eixo Norte/Sul e como o magoava o facto dos governos do PS, durante cinco ou seis anos, não terem procedido também à concretização dessas mesmas obras. -----

----- Mas porque um dos concursos estava já para apreciação de propostas e adjudicação, um do eixo Norte/Sul, e outro, da CRIL, no Instituto do Ambiente, pedia que o deixassem a si exteriorizar a mesma mágoa para que não ficassem sozinhos aqueles que as partilharam no passado. Isto para dar uma ideia de como, infelizmente, num País com oito séculos de história tinham que ter muita força para lutar contra as forças da rotina, ou contra as forças da demora, ou contra as forças do imobilismo, ou contra as forças do situacionismo. E essa força fazia-se sentir, naturalmente, aos mais variados níveis! -----

----- Por exemplo, leu na imprensa de hoje, e na Internet, algumas declarações que diria que foram o início de um debate, sem debate, sobre o Estado da Cidade, feitas pela liderança do Grupo Municipal do PS, numa volta que fez com a comunicação social e que designara como “volta do desassossego”. Agradecia o nome porque gostava imenso dele! Se tivessem feito uma volta idêntica no passado seria a “volta do sossego” porque, de facto, pouco incomodados seriam pelas obras que estavam em desenvolvimento na cidade. Por isso, era normal e natural que neste momento uma volta se chamasse “volta do desassossego”, porque de facto assim seria. Durante todo o mandato existiria esse desassossego, que, aliás, era uma opção: o desassossego das obras e o desassossego das realizações, que causavam incómodo e ainda causariam mais nos tempos que aí vinham. -----

----- Seguidamente, disse que desejava fazer uma referência àquilo que considerava ser, no plano do cumprimento das orientações estratégicas, o fornecer de alguns dados à Assembleia e à opinião pública sobre o que puderam fazer neste tempo de mandato.

Aliás, desejava chamar a atenção que ouviu também hoje, numa estação de televisão onde habitualmente ia hoje em dia, uma alusão ao debate que estavam a realizar dizendo que era a apreciação de meio do mandato, portanto dois anos de mandato. De facto, Portugal andava com problemas de calendários, quando se falava nalgumas eleições que seriam daqui a dois anos dizia-se que eram daqui a três ou quatro, e quando se falava em eleições que já aconteceram dizia-se que já passaram dois anos quando, de facto, estavam agora com um ano e algo de exercício de funções. -----

----- Portanto, diria que nuns casos a pressa era muita para contar o tempo, noutros a pressa era pouca para ver o tempo passar e para chegar a outros marcos. -----

----- Por conseguinte, tinham contas a apresentar e um debate a travar sobre aquilo que se passara neste ano e oito meses de governação da cidade, embora com um Orçamento aprovado em Maio de 2002 e eleições legislativas pelo meio, era bom dizê-lo, com um Governo que tomara posse e viu depois o seu programa aprovado no Parlamento em Maio/Junho. Mas não ia dizer que tinham um ano e pouco de pleno exercício de funções, diria a realidade que era um ano e oito meses! Ou seja, sendo os mandatos de quatro anos faltava-lhes algum tempo, mais de metade do tempo do mandato para puderem executar aquilo a que se comprometeram com o eleitorado. Seria bom sublinhar esse ponto. -----

----- Em relação à metodologia que estabeleceram em ordem a atingir os objectivos estratégicos da Câmara, disse que identificaram como um dos grandes problemas da cidade a necessidade da reabilitação, a necessidade de se dirigirem mais, como ali já referiram várias vezes, à recuperação da malha edificada do que propriamente à construção nova. Dirigirem-se mais à consolidação das zonas históricas, dos edifícios de relevante interesse patrimonial ou outros que faziam parte de toda essa malha que caracterizava o tecido urbano de Lisboa, do que prosseguirem na senda da nova construção. -----

----- E, a esse propósito, desejava referir que estavam, neste momento, nos bairros históricos, em obra, 402 edifícios, entre obras municipais e obras particulares, e que estavam mais 202 para lançamentos de empreitadas, que se previa fossem adjudicadas muito em breve. Isto naquilo que dependia dos circuitos, até aqui tradicionais, de intervenção do Município, directamente ou através das entidades com as quais têm trabalhado mais directamente. -----

----- Disse que não queria massar, pelo menos nesta fase inicial, com os números dos prédios que estavam em obra no Bairro Alto, em Alfama, no Castelo, na Rua de São Bento e na Rua da Madalena, mas permitia-se chamar a atenção da Assembleia para uma comparação com o ponto da situação existente exactamente nesta altura do mandato anterior. Em Novembro de 1999, também com cerca de um ano e oito/nove meses de mandato, no debate sobre o Estado da Cidade, independentemente do facto da mesma equipa já ter estado a governar em mandatos anteriores, o seu antecessor referia como obras em curso e em vias de conclusão, nos bairros históricos, a Rua do Espírito Santo, no Castelo, e apontava isso como exemplo de orgulho em relação às obras que estavam em curso, numa fase adiantada, em toda a zona histórica da cidade.

----- Seguidamente, disse que para o Fundo do Chiado tinham, neste momento, apresentadas dez candidaturas: dez candidaturas para obras particulares, para obras de instituições que iam tentar beneficiar agora do chamado Fundo Remanescente de Reconstrução do Chiado. Aliás, desejava também sublinhar que um dos dois debates que leu com mais interesse sobre o Estado da Cidade, teve que acabar depressa porque o seu antecessor e a sua equipa se dirigiam para o Chiado, para a inauguração do Grandela, e que o então Presidente da Assembleia Municipal, o saudoso Dr. João Amaral, até exprimira a sua mágoa por não os poder acompanhar por não ter sido convidado para essa obra de inauguração do único edifício remodelado integralmente, propriedade privada, desde o incêndio do Chiado de 1988, com o apoio do Fundo que então existia. -----

----- Portanto, neste momento, como referira, estavam dez candidaturas apresentadas e em fase de desenvolvimento, já falara dos 402 edifícios em obras, dos quais mais de metade eram em prédios municipais nos bairros históricos, e desejava salientar também, nesse domínio da reabilitação, a reorientação dada à EPUL, nos termos das instruções estabelecidas ao abrigo do poder de tutela, para que a empresa virasse cada vez mais a sua actividade para essa área da reabilitação, e não tanto para a da nova construção. E a campanha da Lisboa a Cores, em que foram estabelecidos já acordos com empresas que fornecerão os materiais necessários para os revestimentos, para se conseguir uma adesão que se esperava significativa por parte dos proprietários, estava também em marcha dando uma matriz diferente em relação àquela que era a intervenção da EPUL na malha urbana da cidade. -----

----- Essa questão da reabilitação era fundamental, nos bairros históricos mas não só, para que pudessem dar sequência, na segunda fase do mandato, àquele que era o lema principal da atitude com que se apresentaram ao eleitorado: trabalharem para o repovoamento de Lisboa, para pedirem às pessoas para regressarem a Lisboa e para acabar com essa mobilidade absolutamente desajustada em relação àquele que poderia ser o equilíbrio dos movimentos urbanos que actualmente se passavam na Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Este era o primeiro eixo estratégico do trabalho, o da reabilitação urbana, que pensava ser visível, que ainda era pouco em relação àquilo que iria ser nos próximos meses, repetiu, meses, mas que era visível já no número de andaimes levantados, de prédios em obras, de intervenções feitas nos bairros históricos e fora deles. E não ia mencionar os 13 prédios neste momento em obras na Rua de São Bento, não com andaimes ou telas, os 10 prédios que existiam na Rua da Madalena, um conjunto significativo de obras que estavam em curso em Alfama e a continuação das que estavam no Castelo, onde, aí sim, com mais empenho se vinham fazendo obras pelo anterior Executivo. -----

----- Mas desejava sublinhar também a segunda orientação estratégica que os tem animado e impulsionado no trabalho, que era a ligação do Município de Lisboa ao resto da Área Metropolitana. Havia decisões que não dependiam da Câmara, mas pelas quais se responsabilizavam porque se comprometeram, perante os eleitores, a resolver essas questões, e criticara o seu antecessor por não as ter conseguido resolver

junto do Poder Central. Dava o exemplo da Autoridade Metropolitana de Transportes e também o exemplo das decisões que eram fundamentais para conseguir a devida posição de Lisboa no concerto ibérico e no concerto europeu e mundial. -----

----- Mas em relação à Autoridade Metropolitana de Transportes desejava dizer que ainda hoje de manhã tivera ocasião de confirmar com o Sr. Ministro dos Transportes que o diploma estava para promulgação, em Belém, estavam à espera da publicação, a sede da Autoridade Metropolitana de Transportes seria, em princípio, na antiga sede do Metropolitano, cuja nova administração tomou hoje posse de manhã, portanto na Av. Fontes Pereira de Melo, e teriam, portanto, a comissão instaladora da Autoridade Metropolitana de Transportes a começar a funcionar dentro de dias, mal a publicação fosse determinada pela decisão de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República. -

----- Contudo, não era só a questão da Autoridade Metropolitana de Transportes que para a Câmara estava em cima da Mesa. Também os trabalhos que têm desenvolvido com o Tesouro e com os Transportes para assunção de poderes na Carris ou para a maior intervenção no Metropolitano, que tem ocorrido na prática e que também procuravam traduzir na nomeação do Vereador do Pelouro das Obras para representante do Município na nova Administração do Metropolitano. -----

----- O combate que travaram neste ano e meio de exercício de funções em relação ao tema do aeroporto, como o combate que travaram em relação à questão do traçado do TGV e as diligências que desenvolveram para assegurar aquelas que entendiam serem as opções correctas no interesse de Lisboa, que era aquilo que lhes incumbia assegurar, não podiam deixar de ser reconhecidas, nomeadamente pelos resultados que estavam prestes a ser alcançados. -----

----- Por isso, independentemente do futuro, da escolha ou não da OTA ou de outra localização para um futuro aeroporto internacional a médio prazo, a assunção do compromisso com Lisboa da continuação de uma plataforma para a partida e chegada de transporte aéreo para aquelas que eram as mobilidades indispensáveis ao respeito pela natureza de Lisboa como cidade de turismo e como cidade de negócios, essa estava praticamente garantida. Pelo menos tanto quanto o horizonte das decisões políticas o podia garantir. -----

----- Como estava também, segundo pensava, em relação ao TGV. Independentemente de ser por Badajoz ou por Cárceres a entrada na fronteira espanhola, estava afastada a hipótese do Entroncamento, estavam afastadas hipóteses que penalizariam Lisboa, Lisboa como cidade e como área metropolitana, e que, em sua opinião, penalizariam, aliás, o conjunto do País. Tinha o entendimento que a opção OTA não servia especialmente nenhuma região do País, a não ser a própria, nem a região centro, nem a região norte, nem a região de Lisboa, nem a região sul, mas principalmente as propostas para o traçado TGV que estavam em cima da Mesa eram completamente desajustadas daqueles que entendera ser as necessidades de Lisboa, da sua Região Metropolitana e também de todo o País. -----

----- Mas sabia, e assim esperava, que a Assembleia Municipal reconheceria que a Câmara soube erguer a sua voz na devida altura, desde há um ano, entrando mesmo em confronto com outras opiniões do Chefe do Governo e do então Ministro das

Obras Públicas, para assegurar aquilo que consideravam ser a defesa dos interesses da cidade, cuja governação estava entregue a todos por mandato popular, mas em que ele próprio, naturalmente, tinha especiais responsabilidades. -----

----- Estas opções eram de facto importantes, como eram também as da CRIL e do eixo Norte/Sul. Eram incompreensíveis as demoras? Com certeza que eram! Mas o eixo Norte/Sul deparara com inúmeras dificuldades, o Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar conhecia algumas que se colocavam: a questão do mercado do Lumiar, a questão com o traçado da rotunda e muitas outras questões que emperraram a execução definitiva, mas que neste momento estavam em condições de ser ultrapassadas e o concurso do eixo Norte/Sul aí estava para uma obra que demoraria, infelizmente, ainda cerca de dois anos e meio ou três anos na sua execução. -----

----- Como, aliás, em relação à CRIL já que apenas estavam à espera da pronúncia final do Instituto do Ambiente, do IEP – Instituto de Estradas de Portugal estava pronto, e, portanto, após essa pronúncia definitiva do Instituto do Ambiente teriam as condições necessárias para lançar o troço final da CRIL, com respeito pelos compromissos assumidos, nomeadamente com os moradores do Bairro de Santa Cruz, para que, finalmente, pudessem ter essa ligação que faltava para assegurar o devido escoamento dos circuitos de tráfego na cidade e a ligação também com os concelhos vizinhos. E aqui cumpria-lhe enaltecer a cooperação que se tem verificado com o concelho da Amadora, a propósito, nomeadamente, da matéria da CRIL. -----

----- Por outro lado, desejava também salientar o trabalho que tem sido desenvolvido a propósito da Av. Santos e Castro, em relação à qual estava prevista e era necessária obra há muitos anos, mas faltava fazer as expropriações necessárias para a concretizar. -----

----- Faltava chegar a acordo com a ANA-EP para transferência da central de estacionamento da Barraqueiro, situada em terrenos do aeroporto, autorizada pela ANA mas sem a devida autorização da Câmara Municipal de Lisboa, processo que juntamente com o das instalações desportivas de um clube de futebol daquela área bloqueava o desenvolvimento das obras dessa avenida. Foi um processo que não se conseguiu resolver durante os vários anos passados desde a previsão de início da obra, entre a ANA, a SEGAL e a própria Autarquia. Porém, há alguns dias, esse assunto foi finalmente resolvido numa reunião havida no Ministério dos Transportes, com a participação do Sr. Presidente da ANA. Portanto, foi possível fazer-se o desbloqueamento para que essa via estratégica, depois com ligação ao troço do eixo Norte/Sul que ia ser construído e também ao Campo Grande, pudesse ser de facto efectivada, e a obra aí estava no terreno. -----

----- Estas, disse, eram opções estratégicas em relação àqueles que eram os eixos de mobilidade em Lisboa. -----

----- E nesta matéria não podia deixar de fazer uma referência ao Túnel do Marquês, cuja obra, como calculavam, exigia horas e horas de reuniões com todas as partes envolvidas, normalmente dezenas de pessoas à volta da mesa, na Comissão de Obra que acompanhava os trabalhos que se iam desenvolvendo. -----

----- Mas eram questões múltiplas aquelas que surgiam numa obra desta envergadura, nomeadamente, por exemplo, em relação à conduta da EPAL, ao respectivo traçado. Optar entre o traçado da Rua Camilo Castelo Branco ou a Av. Fontes Pereira de Melo, fazer opção entre o reperfilamento ou não reperfilamento da Av. Fontes Pereira de Melo, e a questão que também tem preocupado o Sr. Vereador Vasco Franco que era a saída da boca do túnel na Av. Fontes Pereira de Melo, a uma ou duas vias, a conjugação na confluência com o tráfego que vinha da Av. da Liberdade e da Praça do Marquês de Pombal, e faixa ou não, do lado esquerdo da saída do túnel, para a ligação à Av. António Augusto de Aguiar. -----

----- A questão da ligação com a Rua de Artilharia Um ou com a Rua Conselheiro Fernando de Sousa, a substituição das infra-estruturas da EDP, nomeadamente do cabo de alta tensão obra que teria que estar pronta até ao final do corrente mês de Outubro, todo o reperfilamento daquelas vias estava neste momento em discussão e principalmente a montagem do sistema alternativo de transportes, num trabalho que estava concluído com a participação do Departamento de Tráfego da Câmara e a equipa de especialistas coordenada pelo Prof. Doutor José Manuel Viegas, indo a Câmara preparar um sistema alternativo com os parques dissuasores, nomeadamente em Monsanto e noutras entradas de Lisboa, em colaboração com os operadores rodoviários, que permitiriam à Câmara, segundo pensava, garantir um controlo ainda mais conseguido numa época que com certeza seria difícil, apesar de não poder deixar de sublinhar a compreensão que estava a existir da parte dos cidadãos automobilistas que, de facto, estavam a transformar aquela entrada da cidade na menos complicada de todas as outras. -----

----- Igualmente não podia deixar de sublinhar o desenvolvimento do processo da obra do túnel do Rego, que estava para apreciação de propostas, e também a obra da Av. Infante D. Henrique que neste momento estava a aguardar a entrega dessas mesmas propostas. Mas seriam obras que teriam lugar no próximo ano na Cidade de Lisboa, juntamente com aquelas que o Metropolitano tinha já em desenvolvimento, nomeadamente a ligação da Alameda D. Afonso Henriques a São Sebastião da Pedreira. Era uma opção que fizeram, e faziam, pela realização dessas obras, algumas em simultâneo, embora procurassem assegurar a devida programação para prejudicar o menos possível a normal circulação na cidade. -----

----- Ainda a propósito de transportes disse que queria dar também conta de que tinham o trabalho pronto com a Administração do Metro que saiu, que hoje mesmo foi rendida, mas tinha a certeza que a nova Administração iria prosseguir esse trabalho, para o cumprimento de outra promessa feita antes das eleições, concretamente a transferência do terminal de camionagem do Arco do Cego, cujo processo esperava que se iniciasse no próximo mês de Fevereiro, para depois se dar aí início à construção dum parque, que teria uma parte museológica mas que seria fundamentalmente uma zona verde para usufruto da população. -----

----- Seguidamente, disse que desejava fazer referências mais concretas em relação a algumas decisões que têm tomado relativamente a algumas áreas que consideravam prioritárias, e até porque viu também referido que a cidade estaria como que suspensa

nalgumas decisões de que carecia profundamente, e de alguma concentração da sua parte noutras matérias ou noutros assuntos. A seu ver, havia afirmações que tinham como melhor resposta o trabalho que era desenvolvido, o conteúdo das intervenções que ali fazia e o grau de conhecimento, ou não, com que os Deputados Municipais avaliariam em relação a todos os assuntos que neste momento estavam em cima da mesa e ao ritmo a que eles neste momento estavam a ser desenvolvidos no Município de Lisboa. -----

----- De facto, quando se dizia que havia falta de decisões para a Cidade de Lisboa tinha que referir que num ano e alguns meses que levavam de exercício, para além do lançamento ou relançamento de todas essas obras na reabilitação e das opções estratégicas naquilo que tinha que ser tratado com as autoridades nacionais, gostava de sublinhar a concretização do processo com a Parque EXPO e a integração daquele território da cidade na jurisdição da Câmara Municipal de Lisboa, com tudo o que isso implicava de questões financeiras, questões da área da higiene urbana e do espaço público, da assunção de responsabilidades na área dos recursos humanos, até dos funcionários dos parques de estacionamento e que controlavam as cancelas da Parque EXPO, a conjugação com as carreiras existentes ou não na Câmara, portanto tudo o que esse processo tem implicado para a Câmara. -----

----- Mas desejava também fazer referência às opções que tomaram em relação ao Parque de Monsanto, ao trabalho desenvolvido nas várias vertentes: na área social, na área do acompanhamento das pessoas que tinham ali actividades consideradas marginais, na área da limpeza das matas, na área da animação, na área das medidas de tráfego, nomeadamente ao fim-de-semana, na área da recuperação daquele parque para um usufruto cada vez maior por parte dos lisboetas, na sequência de medidas que tinham sido tomadas em mandatos anteriores e alguns investimentos que lá tinham sido feitos, e que reconheciam. Mas mais faziam falta, mais faziam ainda falta hoje, e esperava dar boas notícias sobre o Parque de Monsanto para os municípios de Lisboa, mal tivesse condições para o fazer. -----

----- Por outro lado, desejava também dar nota das opções que tomaram e dos *dossiers* que resolveram em relação a problemas pendentes muito complicados, como, por exemplo, os do estádio do Sporting, já inaugurado; o estádio do Benfica, que seria inaugurado no próximo dia 25; o estádio do Belenenses, cujo processo de renovação estava praticamente concluído, faltando só uma das bancadas. Aliás, o do Belenenses correctamente tratado no mandato anterior nos termos do protocolo estabelecido e sem problemas jurídicos ou financeiros, portanto com um protocolo devidamente enquadrado; mas também com o Atlético, cujo campo de treinos novo, de piso sintético, foi inaugurado há cerca de 15 dias; com o Casa Pia; e esperava que proximamente com outros clubes, entre eles o Oriental como ali já tinha referido noutra altura. -----

----- E salientava também o acordo a que se tinha chegado, depois de umas décadas de espera, com o Clube Nacional de Natação para início de obras, já dentro dos próximos dias, para contemplar uma aspiração muito antiga também de toda a cidade. -----

----- Mas também dar nota que teriam a piscina de Alfama e o multiusos de Santa Catarina concluídos, como teve ocasião de dizer na última reunião da Assembleia Municipal, antes do final de 2003. Esperava até, no caso de Alfama, no próximo mês. -

----- Na área social, disse que gostava de fazer referência àquilo que era um trabalho de intervenção noutras manchas da cidade, não contempladas por intervenções em mandatos anteriores. Não iria fazer comentários depreciativos chamando os lados menos bons da intervenção feita no Casal Ventoso. Houve a coragem de intervir ali, foi-se para a opção de construir novas habitações na Quinta do Cabrinha e noutros sítios, houve as atitudes que houve em relação aos casos de toxicodependentes existentes naquela zona da cidade, os lisboetas conheciam a realidade. Sabiam que existiam outras manchas muito complicadas, sabiam que nenhuma cidade do mundo, mesmo as que tinham qualidade de vida mais elevada estavam livres desse fenómeno, mas havia uma mancha de concentração que era absolutamente intolerável e insuportável como era a da zona do Largo do Intendente. -----

----- Em relação ao Casal Ventoso disse que nunca gostou nem quis explorar politicamente os contras ou as dificuldades da resolução daquele problema, como em relação ao caso do Largo do Intendente, também decidido num ano e pouco de mandato e preparada a intervenção em concertação com outras instituições, não queria deixar de sublinhar que esse processo não seria resolvido em dias, nem em semanas. Era um processo de resolução difícilíssima! -----

----- Quando os Deputados Municipais do Partido Socialista, nomeadamente tinha lido o Deputado Municipal Miguel Coelho – não sabia se tinha sido mais algum – diziam aos representantes da comunicação social “vejam como há toxicodependentes aqui ao pé, na Igreja dos Anjos”, perguntava, sem nenhuma demagogia e sem nenhum populismo, como pensariam que a Câmara poderia erradicar todos os toxicodependentes que, infelizmente, existiam no concelho de Lisboa. Com certeza que não iriam receitar-lhes as medidas aplicadas no Casal Ventoso, que levaram à erradicação das várias realidades que ali existiam por diferentes zonas de Lisboa. E não foi com certeza por lá não existir o Gabinete do Casal Ventoso, por não existirem equipas em trabalho de rua de apoio àqueles que eram vítimas dessa chaga. -----

----- Com certeza que não foi por todas essas razões! Se essas medidas resolvessem o problema da toxicodependência, provavelmente já não existiria toxicodependência em várias cidades do mundo. Era uma realidade difícilíssima de combater, e era uma matéria em relação à qual fazia um apelo a uma convergência de esforços, diria que a uma solidariedade institucional, porque era um problema grave que exigia a participação de todos e não a exploração das dificuldades que existissem. -----

----- Que atacassem o Executivo pelas políticas de estacionamento, de tráfego, de habitação, de espaços verdes, etc., mas naquelas áreas que tinham a ver com a saúde, com chagas sociais gravíssimas em relação às quais todos, pessoas dos mais variados quadrantes políticos, ao nível nacional e ao nível local, o PCP e daquele sector político até ao CDS-PP têm procurado trabalhar, com métodos terapêuticos comuns, em convergência. E não ficava bem que poucas semanas depois do início da intervenção numa mancha de fortíssima concentração em termos de problemas de

droga, de prostituição e de tráficos complicados como existiam naquela zona da cidade, estar-se a dizer: “olhem para ali, não está ainda resolvido”. -----

----- Este era, talvez, o caso mais chocante em que a ausência de algum decoro político espantava todos aqueles que esperavam alguma compreensão pelo facto de terem decidido entrar onde outros não tiveram coragem para o fazer, a fim de enfrentar aquele problema que mexia com questões muitíssimo complicadas, algumas das quais ali não falara nem iria falar. -----

----- Por outro lado, desejava também fazer referência ao caso de Vila Teixeira, onde havia um conjunto de situações pendentes, algumas de várias décadas, e que houve que enfrentar, naturalmente porque não houve tempo no Executivo anterior, durante as várias fases do realojamento, nomeadamente no PER, para resolver todos esses casos. Compreendiam que antes das eleições se tivesse dito que acabaram as barracas em Lisboa, porque, de facto, acabara a esmagadora maioria e como foi dito sobre o impulso, fundamentalmente, do Vereador Vasco Franco. Mas também era sabido que havia ainda alguns milhares de famílias para realojar! A Vereadora da Acção Social precisava-lhe, desde o início do mandato, em cerca de 3.000 famílias. Faltariam agora mil e tal e as outras foram realojadas em fogos lançados no mandato anterior, sem dúvida! Como foi sublinhado antes das eleições foi talvez a obra de maior relevo da equipa anterior, que a assumiu como tal. -----

----- Aliás, mal seria se uma, duas, três, quatro ou cinco grandes obras não existiam numa equipa que estava quatro, dez ou doze anos no poder. Portanto, essa foi meritória, embora pessoalmente discordasse das opções urbanísticas envolvidas em toda essa operação. E por isso hoje em dia queria dizer, e afirmava-o, na sequência, aliás, de decisões tomadas pelo Governo quanto ao PER, que estava na hora de virar o realojamento cada vez mais para a conjugação com a reabilitação dos fogos já existentes, em vez da construção nova. Havia uma questão de calendário naquela altura, de premência, que talvez não suportasse tantas exigências da reabilitação, nem o mercado imobiliário estava tão sensibilizado para intervir nessa área. Portanto, para aproveitar todas essas possibilidades, foi necessário ir por todas essas soluções de nova construção espalhadas um pouco por toda a cidade. O Governo decidira que as linhas de financiamento existentes no PER podiam e deviam ser orientadas para a reabilitação, e era isso que a Câmara queria também fazer. -----

----- Portanto, queria dizer e proclamar que o PER da nova construção chegara, no essencial, ao seu termo em Lisboa, e que continuaria o realojamento das famílias que dele carecessem, mas fundamentalmente em fogos recuperados e reabilitados. -----

----- Seguidamente, disse que gostava de sublinhar também as decisões que tomaram em matéria de trânsito. Decisões de condicionamento no Bairro Alto, em Alfama! Hoje alguns diziam: “era fácil!... pois era!” mas às vezes que o era fácil custava muito fazer. “Foi um pouco de sorte, pois foi, mas, como diz o povo, ter sorte dá muito trabalho!” Foi tomar decisões em meses sobre matérias em relação às quais muitos Presidentes de Câmara não tiveram durante décadas a ousadia de tomar, e que foram tomadas com a participação indispensável, não o dizia por lisonja política, das Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e das populações das áreas abrangidas. -----

----- Em termos de parques de estacionamento, disse que lera também nesses anais de debates anteriores, que já o seu antecessor enfrentara algumas críticas dizendo que estavam a construir milhares de lugares de estacionamento, mas já se levantavam algumas vozes contra o parque de estacionamento na Praça da Figueira e na Praça Luís de Camões, com o argumento que estavam a levar os carros para as zonas históricas da cidade. E, na sua opinião, quão injusta foi essa crítica, apesar de alguns dos parques de estacionamento de Lisboa terem hoje taxas de ocupação abaixo das expectativas, quer do Executivo da altura, quer dos próprios promotores. Não era o caso da Praça Luís de Camões que estava permanentemente lotado, ao contrário do que se passava, por exemplo, com o parque de estacionamento do Largo do Martim Moniz ou mesmo o da Praça da Figueira. -----

----- Mas o actual Executivo continuara essa política com o devido tempero. Acabaram o parque da Rua Mouzinho da Silveira, também o do Campo dos Mártires da Pátria que vinha desde 1992, o da Praça de Londres estava em obra assim como o da Rua Vitorino Damásio, obras que iniciaram. Mas iam apresentar, no dia 9 do próximo mês de Novembro, já os projectos dos silos – a que pessoalmente preferia chamar estacionamento em altura – feitos por jovens arquitectos em colaboração com a Experimenta Design, para lançamento, em parceria com a EMEL, nas zonas históricas da cidade, dando assim execução a mais uma garantia que deram ao eleitorado de uma acção que iriam desenvolver nessa matéria. -----

----- Como igualmente desejava chamar a atenção para outra decisão tomada, neste ano e alguma coisa de exercício de funções, que era a aprovação do regulamento de cargas e descargas. Desse novo regulamento tinha uma proposta e trabalho feito ao fim de um mês de exercício de funções, mas quisera conferir tudo. Pedira ao Prof. José Manuel Viegas para fazer todas as simulações, todas as projecções, fazer todos os estudos de Direito Comparado, e na Semana da Mobilidade, no dia chamado de “Dia Europeu Sem Carros”, apresentaram esse regulamento de cargas e descargas, para entrar em vigor em Janeiro, com um sistema tecnologicamente simples, mas que garantiria a necessária coercibilidade que era o principal problema da aplicação desse regulamento. -----

----- Portanto, em matéria de decisões, salientava estas entre múltiplas. Mas chamava também a atenção para o que foi feito em vários bairros sociais, designadamente os arranjos de vários espaços exteriores, até polidesportivos. No Bairro das Furnas até o tratamento do problema dos elevadores em prédios de quatro andares, prometido durante anos e anos aos moradores daquele bairro, processo que neste momento estava praticamente concluído e colocada a opção dos moradores de cada prédio, independentemente do diferente regime em que cada um dele tinha o seu fogo. Portanto, vinham procurando que nenhum dos pormenores fosse deixado ao acaso. ----

----- Aliás, queria também hoje anunciar que estava criada e iria começar a funcionar algo de que a cidade bem precisava. Não lhes queria chamar brigadas de garantia da qualidade, mas sim dos pormenores, dos detalhes, brigadas expresso/qualidade/Lisboa XXI, que andariam em cima do passeio que faltava arranjar, do raio de protecção que foi danificado por um acidente, da árvore que estava quebrada e que não foi

devidamente tratada, do candeeiro que não tinha luz. Seriam essas brigadas expresso, móveis, dotadas dos devidos meios de mobilidade, que deveriam ter uma colaboração íntima com as Juntas de Freguesia, até com as pessoas que estavam aposentadas e cuja participação solicitara antes das eleições, para garantir que todos os dias pudessem acorrer ao mais pequeno caso de desleixo, de incúria ou desmazelo, que não exigisse uma grande obra, uma grande reparação e contribuísse para que a cidade apresentasse, de facto, um aspecto tão impecável quanto o pudessem garantir. -----

----- Passando à área dos Recursos Humanos, disse que em Janeiro de 2002, quando tomaram posse, estavam a decorrer 250 concursos, sendo 75 externos de ingresso e 175 internos de acesso. Era sabido como os trabalhadores do Município se queixavam dessa falta de mobilidade ascensional na pirâmide da estrutura do Município, como também havia vários problemas de jús e outros, que atrasaram durante anos e anos as expectativas dos trabalhadores. Mas no ano de 2003 a Câmara abriu já 95 concursos dos quais 94 internos de acesso e 1 externo de ingresso. Aliás, neste mês de Outubro estavam a decorrer 178 concursos, sendo 38 externos de ingresso que envolviam 3.600 candidatos e 261 vagas a ocupar no Quadro do Pessoal da Câmara, e 140 concursos internos de acesso e promoção. Entre 31 de Janeiro e 14 de Outubro de 2003, foram concluídos 64 concursos, sendo 41 internos de acesso e 23 externos de ingresso. -----

----- Disse, ainda, que com a reestruturação dos serviços foi suspensa a abertura de 14 concursos externos. Era um ritmo, uma velocidade, que não tinha qualquer comparação com o que se passou no conjunto do mandato anterior. -----

----- Nesta intervenção inicial, não iria fazer alusão à GESTURB, à reforma do processo de licenciamento urbanístico já ali tantas vezes falada, e teve ocasião de pedir à Sra. Vereadora para convidar os Deputados Municipais a visitarem os novos termos de atendimento no edifício do Campo Grande, como um serviço permanente 24 horas por dia de atendimento ao munícipe. -----

----- Mas na área da cultura desejava chamar a atenção para a reformulação que fizeram das Feiras do Livro e o sucesso que tiveram as duas edições porque foram responsáveis, bem como o modo como editores e livreiros o reconheceram. O sucesso enorme que estava a ser a programação do Teatro São Luiz, depois das obras levadas a cabo, muito por iniciativa da antiga Vereadora da Cultura, Maria Calado, como foi reconhecido pelo seu antecessor nas intervenções que leu, e como o Teatro Estudo Mário Viegas também ficara pronto e estava em plenas actividades, e a continuação do sucesso do trabalho do Teatro Maria Matos, que teria umas obras que durariam cerca de 90 dias no próximo ano, que bem carecido estava delas, ou, ainda, a decisão que demorou a solução do problema gravíssimo dos arquivos que estavam no Alto da Eira em condições absolutamente inoportáveis e inaceitáveis para a saúde dos seus funcionários, que hoje estavam no Bairro da Liberdade em garagens que eram para ser para estacionamento dos prédios municipais, portanto 17 km de estantaria numa situação que ainda considerava inaceitável para a Câmara, mas esperava que a Sra. Vereadora da Cultura levasse a reunião de Câmara, no próximo mês, a reformulação do projecto. Inicialmente estava previsto que os arquivos e biblioteca fossem para

Chelas, mas um projecto de arquitectura muito bonito estava a ser reformulado para que eles voltassem para a zona do Alto da Eira, desta vez com condições de funcionamento absolutamente ímpares. -----

----- Como, aliás, desejava referir também o trabalho que foi desenvolvido nas exposições da Lisbon Foto ou da Bienal Design que estava em curso, mas também o trabalho notável que estava a ser desenvolvido na Casa Fernando Pessoa. Tal como falara no PER falava também da Casa Fernando Pessoa, porque, para si, eram os marcos que mais o impressionavam em termos de realizações de mandatos anteriores, mas estavam a procurar dar continuidade com o trabalho que nomeadamente a Clara Ferreira Alves estava a desenvolver. -----

----- Também a questão do MARL carecia de decisão. Como reconhecera o Vereador Fontão de Carvalho o MARL tinha situações muito complicadas. Cerca de 100 milhões de euros relativamente a financiamentos externos mais consolidados, e 50 milhões de euros de financiamentos a curto prazo. A Câmara tomou decisões antecipando-se ao próprio Governo, mas concertadas com o Primeiro-Ministro, para viabilizarem, de vez, o MARL. -----

----- Por outro lado, conseguiram também contribuir para a solução definitiva que agora se iria concretizar do problema da Doca Pesca, sem cuja transferência esse equipamento notável que era o MARL não seria viável. Foi decidido na reunião de Câmara suprimidos no valor de 7,5 milhões de euros que contribuíram para o processo de libertação do sufoco de tesouraria em que essa empresa se encontrava. ----

----- Referindo-se à questão da Orquestra Metropolitana de Lisboa, disse que tem procurado evitar fazer referências e esse caso, até porque, para si, era um caso que dispensava grandes comentários e onde só seria preciso um atributo: era bom-senso para quem quer que lesse os relatórios. As acusações têm sido múltiplas para disfarçar a realidade, como se uma conspiração existisse, mas o processo foi só este: houve uma participação à Câmara feita por membros da Direcção, foi pedida uma auditoria, essa auditoria produziu resultados, houve uma decisão unânime dos principais promotores nacionais. O que não se podia pedir era que quem contribuía com cerca de um milhão de euros por ano para a orquestra continuasse na situação de ter um voto na Assembleia Geral, exactamente igual ao que tinha outra entidade que contribuía com dois ou quatro mil contos por ano. Não se podia entender que uma entidade que contribuía com um milhão de euros e ainda por cima contribuía com a cedência das instalações para a orquestra, tivesse o mesmo voto que tinha essa mesma outra entidade. Era absolutamente insustentável! -----

----- O que ali estava quanto a transparência, correcção de procedimentos, critérios de gestão e cumprimento da lei, dispensava comentários. Qualquer tipo de comentários! Era uma questão de bom-senso, não havia, para si, cores políticas nesta matéria, não iria fazer cimeira nenhuma para encontrar soluções de partilha de poder, era só uma questão de bom-senso e de respeito pelos princípios da honestidade e da integridade. -

----- A propósito da publicidade, disse que normalmente, por causa de todas estas decisões – e esperava que ninguém mais falasse em decisões pendentes, havia muitas outras que ali não referira – falava-se da comunicação com os eleitores. E sobre isso

queria dizer que no ano 2000 foram despendidos 520.000 contos em publicidade e em publicações 168.000 contos, o que totalizava 688.000 contos; em 2001 foram gastos em publicidade 545.000 contos e em publicações 156.000 contos, o que totalizava 701.000 contos; em 2002 em publicidade foram gastos 286.000 contos e 74.000 em publicações, o que totalizava 360.000 contos, ou seja, menos de metade do despendido em cada um dos anos anteriores. -----

----- Havia muita comunicação? Havia! Mas pedira também para fazer as contas àquele *outdoor* que estava na Rua de São Bento a avisar os moradores que não podiam continuar a parar o carro em frente da Assembleia, por causa das obras nos prédios municipais porque a Câmara precisava daquele espaço para funcionar como estaleiro. O Deputado Municipal Miguel Coelho referiu que uma carta para todos os moradores custaria cerca de 20 euros, mas pediu o custo da colagem do *outdoor* e o custo da comunicação com os cerca de 2.000 munícipes residentes na área, e, de facto, os números eram bastante díspares, tinha-os consigo e podia fornecê-los. Mas pouparam bastante, podia garantir isso. -----

----- Em vez de irem para muita publicidade na televisão foram para estes meios de publicidade exterior. Pessoalmente acreditava neste meio de comunicação, que era mais barata e mais eficaz. Só era possível quando havia muita obra, porque muito *outdoor* a dizer “aqui vai ser” tornava-se ridículo! Muito *outdoor* a dizer “aqui está a ser” ou “aqui já aconteceu”, o povo gostava de saber. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminada a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, abriu um período de pequenas perguntas à Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que acabara de oferecer ao Sr. Presidente da Câmara uma fotografia do referido *outdoor*, e era mesmo o *outdoor* mais inútil que havia na cidade. O Sr. Presidente da Câmara referiu-se ao mesmo, aliás foi uma intervenção com algum bom humor, mas queria dizer-lhe que o parque de estacionamento tinha doze lugares, ou seja, era para doze residentes. Bastava mandar uma carta para os cinco ou seis prédios ao lado e estava feita a informação! Era um *outdoor* destinado aos Deputados da Assembleia da República e muito particularmente aos Deputados do PSD, quiçá lembrar-lhes que estava sempre presente, quiçá lembrar-lhes que fala todos os dias com o Primeiro-Ministro, quiçá lembrar-lhes que daqui a dois anos ou para o ano que vem tinham que falar e tomar decisões muito importantes para o futuro do País. -----

----- Mas não era um *outdoor* para os moradores e quaisquer 20 euros em cartas resolveriam esse problema. -----

----- Depois, disse que o Sr. Presidente da Câmara se referira ao problema da toxicod dependência com alguma dramatização e com um desafio. Era, de facto, um problema que os deveria unir a todos e não ser encarado nem com demagogia, nem com *show off*. Teria que ser encarado com realismo, estavam todos conscientes que era um combate de longa duração, mas que não podia ser encarado como tem sido encarado até ao momento. O Sr. Presidente da Câmara, naquilo que se referia ao Intendente, empurrara os toxicod dependentes para o lado, e ao fazer isso estava a tratá-los como se fossem uma coisa de menor importância, como se fossem, passe a

expressão, uma espécie de lixo social que andava por aí, e não teve sensibilidade para os moradores, para as pessoas que frequentavam a igreja e para os comerciantes que viram de repente um nível de criminalidade disseminar-se quando estava apenas concentrado numa única zona. -----

----- Ainda há dias, na tal volta desassossegada que o Sr. Presidente da Câmara referira gostar do título, *in loco* assistiram que muita gente se queixava que havia mais assaltos, e tinha acabado de ocorrer mais um assalto um minuto antes de chegarem. Portanto, o que era preciso era que houvesse realismo, que tivessem a noção de que era um combate de longa duração, mas que dessem sinais claros que estavam dispostos a enfrentá-lo. E porque o Sr. Presidente da Câmara era uma pessoa muito influente no País, pedia-lhe que dissesse claramente se estava disposto a ter políticas sociais correctas para o tratamento dos toxicodependentes. -----

----- É que se fechou o centro de atendimento do Casal Ventoso, aquele que estava lá em baixo, e hoje em dia convidava o Sr. Presidente da Câmara a dar uma volta consigo para ver aquilo que já não se via no ano passado, ou há dois anos atrás, que era pessoas a injectarem-se na encosta da colina do Casal Ventoso, ali à frente de toda a gente, e já não acontecia porque tinham um centro de atendimento e tinham um programa de apoio. -----

----- Portanto, eram essas políticas que estavam a falhar em Lisboa. -----

----- Pediu ao Sr. Presidente da Câmara que respondesse, com toda a sinceridade, qual era a sua posição em relação às “salas de chuto”. Se seriam um mal necessário ou não, se era preferível ter salas de chuto ou ter os drogados a injectarem-se em todo o lado, à porta da igreja ou nos vãos de escada dos prédios. Que o Sr. Presidente da Câmara dissesse qual era a sua política para a cidade nessa matéria, porque se estivessem de acordo, se defendesse aquilo que era correcto, podia contar com o apoio e solidariedade do Partido Socialista. -----

----- Disse, ainda, que o Sr. Presidente da Câmara estava muito preocupado em relação aos meses que faltavam para fazer dois anos de mandato, mas, de facto, já estava a meio do mandato porque as eleições seriam em Outubro ou Novembro de 2005. Portanto, não sabia porque se incomodava quando se dizia que estava a meio do mandato, quando efectivamente estava e conseqüentemente teria alguma coisa para mostrar. -----

----- Mas reservar-se-ia para comentar a sua intervenção e dizer aquilo que pensava numa próxima intervenção, para já deixava a pergunta sobre o que pensava o Sr. Presidente da Câmara em relação à toxicodependência, para saber se estavam ou não estavam de acordo e se podiam ou não podiam unir esforços nessa matéria. -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que neste período de pequenas perguntas ninguém mais desejou intervir, deu a palavra à Câmara para responder. -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, disse que era com grande satisfação que via que os Deputados Municipais finalmente se começavam a deslocar à zona do Intendente, porque até agora, e durante doze anos pelos vistos, se esqueceram da problemática que aí existia. Era uma problemática muito complicada, com inúmeros problemas

sociais nas várias áreas, desde os sem-abrigo à toxicodependência passando pelo alcoolismo e a prostituição. E quando ali falavam nos comerciantes não entendia que qualquer comerciante dessa zona não se sentisse mais seguro depois da limpeza que a Câmara ali fez. Não estava a falar de seres humanos, lixo social era a oposição que utilizava pois para a Câmara eram seres humanos, pessoas com grandes problemas de âmbito social e um caso desses às vezes chegava a levar cinco, seis ou até dez anos para uma recuperação total. -----

----- Portanto, era preciso investir muito nessas pessoas e não seria com uma intervenção que iniciaram no dia 21 de Junho que teriam já tudo resolvido, porque, infelizmente, a oposição de hoje esteve 12 anos no poder e nunca teve coragem para abordar essa problemática. -----

----- Recordou que quando começaram a intervir no Largo do Intendente aquilo era um parque de estacionamento de camionetas de transportes de aluguer, a zona estava completamente degradada em termos urbanos, proporcionando, portanto, toda essa incidência brutal em termos de problemas sociais: alcoolismo, sem-abrigo, prostituição, etc. -----

----- Portanto, começaram essa acção no dia 21 de Junho, estavam apenas passados dois/três meses e não enveredaram por aquilo que a oposição entendia que era o lixo social, e que para a Câmara não era lixo social mas seres humanos. Aliás, quando resolveram intervir no âmbito dessa problemática começando por atacar o problema da prostituição em Monsanto, nunca trataram nenhum ser humano como lixo social. O que entenderam, eventualmente, que seria lixo social eram os resíduos que existiam naquela zona e que foram alvo de uma grande operação de limpeza por parte dos serviços da Câmara. Portanto, foi uma operação integrada por parte em todas essas vertentes. -----

----- Disse, depois, que neste momento estavam a trabalhar com instituições vocacionadas para estas áreas e que trabalhavam há muitos anos no terreno. Mesmo quando começaram o combate à prostituição o que tentaram foi recuperar aquelas mulheres, que eram pessoas que tinham auto-estima mas eram pessoas cheias de problemas. Em Monsanto tiveram de imediato reuniões com as instituições vocacionadas para essas áreas, e foi isso que também fizeram no Intendente onde estavam a trabalhar com seis instituições nas áreas da saúde, do social, prostituição e toxicodependência, e neste momento tinham no terreno 46 técnicos. -----

----- Por conseguinte, talvez tivesse sido coincidência o assalto havido aquando da visita que o Deputado Municipal Miguel Coelho referira ao Intendente, porque com a força policial que existia no local para evitar o tráfico de droga, com as equipas de rua a trabalharem no terreno e com o gabinete que ali estava montado, ninguém podia dizer que, neste momento, essa zona estava mais problemática. Bastava passar no local e comparar! De resto, contra factos não há argumentos, tinha consigo fotografias do Intendente, antes e depois, que podia mostrar para verem a degradação em que se encontrava a zona antes e como estava agora depois da intervenção da Câmara. -----

----- Por isso, a única coisa que podia dizer era que estava francamente satisfeita pelo facto da oposição agora estar preocupada com o Intendente, depois da Câmara ter começado essa intervenção. -----

----- Disse, ainda, que entendia que aqueles contentores de atendimento que estavam no Casal Ventoso não tinham dignidade para qualquer ser humano. Eventualmente, esses sim, poderiam ser encarados como lixo social, e, por isso, era intenção da Câmara – neste momento já tinha uma empreitada para retirar de lá aqueles contentores – abrir três gabinetes de atendimento a toxicodependentes na Cidade de Lisboa. De facto, aqueles contentores para si eram um lixo, não tinham dignidade para mandar para lá qualquer pessoa com a finalidade de tentar encaminhá-la para qualquer instituição ou para lhe arranjar um projecto alternativo de vida. Por isso esses contentores seriam retirados e as pessoas passariam a ser atendidas em gabinetes com alguma dignidade. -----

----- Relativamente às salas de chuto, disse não estava completamente fechada mas era contra as salas de chuto na cidade. Ainda hoje lançaram um projecto de prevenção, via Internet, em colaboração com os pais, no âmbito do esclarecimento, e aquilo que realmente tinham que fazer era apostar cada vez mais na prevenção no meio escolar, quase na pré-primária. Portanto, apostar, apostar no âmbito da prevenção. -----

----- Aliás, na Cidade de Lisboa também sofriam um fenómeno que, infelizmente, tinha vindo a ter um acréscimo nos últimos dois anos, que representava quase um aumento de 30%, e que tinha a ver com o facto de, por não haver capacidade de resposta nos concelhos limítrofes, os toxicodependentes de outros concelhos estarem neste momento a deslocar-se para a Cidade de Lisboa onde realmente existiam estruturas de apoio. -----

----- Como era sabido a Câmara tinha um Plano Municipal da Toxicodependência, estavam a intervir nas várias áreas, tinham um aumento enorme de camas previstas para o próximo ano, quase mais 400, para tratamento nas várias vertentes, e, por isso, entendia que se enveredassem por salas de chuto na cidade seria um erro. Entendia que tinham que apostar no tratamento e no encaminhamento dos toxicodependentes, mas era óbvio que não era em dois ou três meses, às vezes demorava dez anos a resolver-se uma situação desse tipo. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, disse que quando a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa mostrava o antes e depois do Largo do Intendente, alguns Deputados Municipais disseram que para a semana traziam do Largo da Igreja dos Anjos, e o Presidente da Junta dos Anjos desmentia dizendo que não era bem assim. -----

----- Sobre estas matérias não desejava dizer que estavam a funcionar muito bem, eram matérias tão desagradáveis, lidavam com pessoas em situações tão difíceis, que não iria dizer que os centros de tratamento estavam a funcionar muito bem. Estavam a funcionar consideravelmente bem, quer os da Administração Central, quer os da Câmara. -----

----- Mas havia vários casos detectados de toxicodependentes, como também vários casos de sem-abrigo, que estavam a vir dos concelhos limítrofes para Lisboa. Eram

realidades detectadas em virtude de haver maiores unidades de acolhimento e outros mecanismos de apoio, nomeadamente em relação aos sem-abrigo. -----

----- Não era um problema que se resolvesse com polícia. Já disse publicamente que, infelizmente, ainda não conseguira resolver – e se quisessem punha um *outdoor* a dizer isso – a questão da polícia. Só que eram questões de segurança que tinham que ser tratadas com cautela com o Governo Central. -----

----- Disse que não ia diferenciar entre a posição do Primeiro-Ministro ou do Ministro da Administração Interna, ou fosse o que fosse. Numa das últimas reuniões da Assembleia falara em situações de corporativismo serôdio que ainda existiam na sociedade portuguesa, e, a título de exemplo, referia apenas que – sem que com isso pretendesse discutir que os agentes da polícia deveriam ganhar mais e melhor – que era inaceitável que a Câmara tivesse que pagar gratificações, constantemente, para o desempenho de funções normais das forças de segurança. Por exemplo, a Câmara tinha que pagar gratificações à PSP para o Bairro Alto, para o caso de Alfama, agora para a vigilância das obras do túnel. -----

----- Referiu que tinha dito ao Director Municipal de Segurança, como também à Vice-Presidente da Câmara, responsável pelo Pelouro das Finanças, que não estava de acordo com nenhuma alteração orçamental para continuar a fazer pagamentos desse tipo. A situação teria que se clarificar com o Governo, o Governo teria que abrir mais recrutamento para as forças de segurança, e também em termos de Polícia Municipal a solução de ela poder ter meios para formar novos agentes teria que ser resolvida. De resto, neste momento não tinha reбуço nenhum em dizer que havia mais agentes da Polícia Municipal na rua em Lisboa, até na questão do trânsito, do que da própria Polícia de Segurança Pública. E não estava a dizer isso para lisonjear a Polícia Municipal mas porque, de dia ou de noite, era um facto. -----

----- A propósito contou que ainda esta semana, com um complexo de cinemas que abriu e que a Câmara teve muitas dúvidas em deixar abrir, com mais actriz francesa ou menos actriz francesa, mais clube de futebol menos clube de futebol. Mas, infelizmente, a descentralização ainda não estava completada porque faltava alguma regulamentação, e continuavam a aparecer três entidades ao mesmo tempo a licenciar recintos de espectáculos. Aparecia a Câmara a dizer que não abria e depois chegava-se ao ponto de se receber telefonemas, de quem não devia, a questionar o que se passava. O que se passa? É que não estava cumprida a lei! Só que depois faltava alguma regulamentação. Por exemplo, a Presidente da Câmara de Vila Franca de Xira, como o Presidente da Câmara de Sintra, não aceitavam a legislação do Governo para descentralização em matéria de espectáculos e, por exemplo, de fiscalização de elevadores, andavam a arguir a inconstitucionalidade e então não estava feita a regulamentação. -----

----- Pessoalmente já teve ocasião de dizer ao Sr. Secretário de Estado que regulamentasse, porque a arguição da inconstitucionalidade era outra coisa, se viesse vinha, o que não se podia era continuar a aparecer a Câmara, a Inspeção-Geral de Actividades Culturais, uma licença de exploração que tinha a ver com direitos de autor, uma licença de recinto, uma licença de utilização, porque não podiam passar

uma licença de utilização só para os cinemas, tinha que ser, quando havia um centro comercial, para o espaço todo. Isto a propósito do que faltava fazer. -----

----- Mas nessa matéria das forças de segurança, fazia ali, publicamente, um apelo ao Governo para que resolvesse a questão. Porque privadamente já o tinha feito, têm trabalhado muito, ainda na semana passada falou com o Ministro da Administração Interna sobre este assunto e não se importava de dar nota pública da conversa que então teve. Ele disse-lhe que na semana passada estava em Lisboa numa hora em que havia grandes engarrafamentos, viu que não estava nenhum agente na rua e quando pedira a informação para o comando estavam 7 agentes em toda a cidade e 200 em gratificados. -----

----- Para si, como vinha dizendo desde o início do mandato, esta situação era insustentável. Era certo que os problemas não se resolviam só com polícia, principalmente a questão da toxicodependência, mas para proteger os munícipes era óbvio que a presença da polícia era fundamental. Que houvesse complementos de vencimento, que houvesse tudo, mas da responsabilidade da própria PSP, porque a Câmara não podia estar a pagar à PSP para ir fazer fiscalização no Túnel do Marquês, em Alfama, no Bairro Alto ou onde quer que fosse. Aliás, não fazia sentido o Estado pagar às forças de segurança para desempenharem as suas atribuições. Quando elas faziam segurança para instituições privadas, como ainda outro dia viu agentes da PSP a assegurar a ordem nas bilheteiras do Estádio da Luz aquando da venda de bilhetes para a inauguração do estádio, aí tudo certo, era outro tipo de missões, agora para fins públicos não se percebia. -----

----- Sobre as salas de chuto, disse que eram discussões em que não gostava de entrar publicamente. Era como a interrupção voluntária da gravidez, esses temas que tinham a ver com a ética e com a consciência de cada um. Não gostava muito de entrar no “sou a favor ou contra”! Era a favor que esses espectáculos não existissem na rua, era a favor do encaminhamento para centros de apoio, de assistência, em que porventura houvesse tratamento de substituição, a metadona ou outros, era a favor dessas terapias. Também das carrinhas com pessoal médico, pessoal de apoio, de enfermagem, onde por vezes as pessoas pudessem receber as seringas devidamente esterilizadas para terem garantidos os devidos cuidados de saúde, apesar da dependência que tinham! Era a favor disso? Com certeza que era! Agora, chamar-lhe salas de chuto ou salas fosse do que fosse, não entrava nessa polémica que entendia não ajudar nada à solução do problema. -----

----- Quanto à pergunta porque lhe fazia tanta impressão estar já a meio do mandato, disse que era porque lhe fazia impressão, que mais podia dizer! Era muito escrupuloso nestas coisas e, portanto, contava os dias um a um. Sabiam as pessoas que trabalhavam consigo que contava os dias dia a dia porque lhes dizia sempre “olhem que só faltam X dias para acabar o mandato”. Por isso, quando lhe diziam que estava mais à frente que aquilo que estava, não gostava. Eram maneiras de contar o tempo! Mas o Deputado Municipal Miguel Coelho teria razão numa coisa que disse, é que este mandato se calhar iria ser mais curto, era como aquela história que contava o Eugénio Salvador do papagaio da D. Amélia: “que dia tão curto”. -----

----- Exibindo um desenho do *outdoor*, disse que ele referia: “Senhor morador, desculpe mas não existe outro local para colocar o estaleiro desta obra, na Rua de São Bento”. Não era para os Deputados do PPD/PSD! Aliás, diria que se alguém precisava de estacionamento porque andava muito de um lado para o outro e em carros com grande espectáculo, eram os Deputados do PS como se viu na semana passada, e não Deputados do PPD/PSD. -----

----- Acrescentou, ainda, que quem visse só o *outdoor* era capaz de não entender, era capaz de se interrogar sobre o porquê da sua colocação a pedir desculpa aos moradores, é que isso tinha uma história, não começava aí. Há alguns meses fizeram ali uma obra em que demoliram o resto de um prédio que ali estava. Abriram, asfaltaram, fizeram estacionamento para os moradores enquanto não havia estacionamento definitivo. Portanto, os moradores, há cerca de seis meses passaram a ter ali estacionamento, mas de repente, por causa das obras nos prédios, tiraram-lhes os lugares de estacionamento à noite e puseram lá um estaleiro de obras, pelo que era natural que dissessem que andavam a gozar com eles porque ora lhes davam lugares de estacionamento, ora lhos tiravam. Em termos de despesas, disse que custara 650 € a colagem, e se fizessem a comunicação por carta, que não era só para os Deputados, 500 cartas custavam 650 €, 1.000 cartas 900 €, 2.000 cartas 1.385 €. Se fossem feitas pelo Gabinete de Imprensa da Câmara, ao abrigo do protocolo com os CTT, 400 €, portanto, por uma diferença de 200 €, mesmo que fosse ao abrigo desse protocolo, foi preferível fazer este *outdoor* de respeito pelos moradores e pelos munícipes. -----

----- **O Senhor Presidente**, seguidamente, terminado o período de perguntas e respostas da Câmara, abriu o período das intervenções, que começariam por ordem decrescente. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, disse que as suas primeiras palavras se situavam um pouco numa lógica, curiosamente também histórica, de alguns registos das actas dos debates sobre o Estado da Cidade, porque perpassara ao longo dos vários debates que ali tinham feito sobre outras matérias, que o PSD tinha exagerado a invocar a questão passada, isto é o mandato anterior, ou seja, a herança que a Câmara recebera. -----

----- E sobre isso recordava que na acta n.º 38, a páginas 24, o PCP, no primeiro debate sobre o Estado da Cidade, dizia: “há dez anos Lisboa era uma cidade degradada sob todos os pontos de vista e em vias de perder a sua identidade e humanidade.” Bom, poderiam dizer que foi o primeiro debate sobre o Estado da Cidade e que o PCP, dez anos depois, ainda recordava a herança que a coligação tinha recebido da gestão do Eng.º Abecasis. -----

----- Mas no ano 2000, a páginas 39 da acta correspondente ao debate do Estado da Cidade, de novo o PCP dizia: “há dez anos – e aqui teria sido um *copy passe* errado porque deveria ter sido dito há onze anos – Lisboa era uma cidade degradada sobre todos os pontos de vista, em vias de perder a sua identidade e humanidade. -----

----- De novo, portanto, a recordação da herança histórica do mandato anterior que a coligação, na altura de esquerda, tinha recebido da gestão do Eng.º Abecasis. -----

----- Portanto, quando se dizia que o PSD exagerava quando recordava, ao longo dos perto de dois anos de mandato, a herança que a actual Câmara recebera, seria bom que se tivesse presente em sede destes debates essas duas declarações feitas. -----

----- Depois, no último debate feito sobre o Estado da Cidade, no tempo da anterior gestão camarária, portanto em 2001, dizia o PCP que era tempo de debater o futuro, portanto aí abandonara a herança do passado, e lançou as suas bases programáticas para aquilo que considerava ser fundamental para o próximo mandato. Enfim, catalogando a candidatura do PSD, que se adivinhava, como uma mão cheia de nada, como constava a página 30, para dizer na página 31 que, passou a citar: “o próximo mandato tem que ter como opção política a utilização do transporte público, medidas limitadoras do uso do transporte individual, e a resolução progressiva do problema de estacionamento das zonas de residência. Outras medidas necessárias são um maior rigor na utilização das cargas e descargas e do estacionamento irregular”. -----

----- A isso diria ao PCP “junta a tua à nossa voz”, parafraseando naturalmente a máxima do PCP, porque realmente as medidas que o actual Executivo implementara, como o Sr. Presidente da Câmara referiu, o estacionamento ou a limitação da utilização rodoviária em alguns bairros históricos assim o apontavam, bem como a circunstância detalhada com que foi apresentado o Regulamento de Cargas e Descargas esvaziava, no fundo, esse desafio programático lançado pelo PCP, em 2001. -----

----- Mas importava também ver o que o PS dizia sobre essa matéria nos debates anteriores. Por exemplo, na página 29 da acta relativa ao debate de 1999, referia a herança que tinha sido recebida do tempo do Eng.º Abecasis, não obstante dos dez anos que já tinham passado, como voltava também a referir em 2000, a páginas 41 da respectiva acta. -----

----- Isto para dizer que quanto à matéria do passado, ou quanto à herança e a invocação que o PSD por vezes fazia, ainda tinham oito anos de *decalage* em relação àquilo que a oposição de agora quando maioria então recordava, em termos da gestão camarária, ou pelo menos da herança que o actual Executivo recebera da gestão anterior. -----

----- De facto, não havia nada como ler as actas que nesta matéria eram boas conselheiras para situar algumas dessas intervenções. A seu ver o PSD não teria exagerado nalgumas dessas matérias, mas, de facto, para se discutir o presente ou o futuro teria que se ter como ponto de partida a situação concreta que se recebia e, por isso, recuar um ano e meio não lhe parecia excessivo quando as outras forças políticas invocavam dez anos de distância temporal. -----

----- No entanto, independentemente de situarem a questão a meio do mandato ou menos de meio do mandato, diria que havia algumas questões da Câmara Municipal que lhe pareciam essenciais. -----

----- Ainda ontem respondendo à comunicação social que se dirigira à bancada questionando sobre essa matéria, apontaram alguns pontos que lhes pareciam positivos, por parte do Executivo municipal, designadamente uma grande intervenção, em termos orgânico/institucionais, que foi feita ao nível do Município, isto é, a nova

lei orgânica da Câmara Municipal, criação dos Serviços Sociais, criação da Autoridade Metropolitana de Transportes e a simplificação dos processos de licenciamento. Tudo isso numa construção interna, ou com maior ênfase interna, como os concursos detalhadamente apresentados, fossem de ingresso ou de acesso, que o Sr. Presidente da Câmara enunciara, era uma aposta nos recursos humanos, era uma aposta de simplificação dos processos que a Câmara deveria conduzir. Agora, eles teriam que ter, de facto, eficácia para os cidadãos. -----

----- Portanto, essas medidas internas já encerravam em si uma aposta nos respectivos recursos humanos, isso era indiscutível, era uma aposta nos trabalhadores da Câmara, agora, naturalmente, teriam maior ou menor eficácia quanto isso se traduzisse num benefício para os cidadãos. -----

----- Disse que se lembrava de no dia anterior, a uma pergunta algo subtil da comunicação social no sentido de esclarecer se não haveria nada na acção do Executivo que se pudesse dizer que poderia correr melhor, ter respondido com aquela máxima de todos conhecida, e que no PSD existia, que era a de que se poderia sempre fazer melhor, que sempre se poderia aprofundar. -----

----- E quando o Sr. Presidente da Câmara lançava ali uma ideia que era, no fundo, essa linha de qualidade “Lisboa XXI”, era precisamente esse toque que lhe parecia importante sublinhar. Uma linha de pormenor, uma linha que considerasse – e esse era o objectivo de todos – uma capacidade de resposta imediata em parte das questões. Tinham ali visto debates sobre matérias como a do candeeiro que fundiu ou a do banco que se partiu em relação às quais a capacidade de resposta não era imediata em muitas das situações, e conseqüentemente este era um desafio em relação ao qual era sempre possível aprofundar alguma coisa. Portanto, tendo sido questionado sobre essa matéria, naturalmente entendia que o Executivo podia aprofundar certas medidas, certas opções que tem tomado. -----

----- Por conseguinte, essa linha que o Sr. Presidente da Câmara anunciou parecia-lhe extraordinariamente importante, bem como o atendimento de 24 horas na Câmara, na tal linha da reorganização interna com vista ao benefício dos cidadãos. Portanto, havia um aprofundamento de algumas medidas, estavam feitas as opções, estavam feitas as grandes medidas de fundo, mas por vezes as pessoas esqueciam-se de alguns pormenores e podia-se, consoante a perspectiva do intérprete ou do ponto de vista, naturalmente falsear parte dessa obra que foi feita. -----

----- Por isso, tal como referiram aquando do último debate sobre o Estado da Cidade, repetiam agora que consideravam que era preciso aprofundar algumas das medidas para que Lisboa fosse efectivamente feliz e fosse concretizado o programa eleitoral da força política que tinha o governo da cidade, neste espaço de tempo que ainda faltava para terminar o mandato, encurtado ou não em função das vicissitudes do seu calendário. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “Neste debate sobre o Estado da Cidade é importante fazer uma reflexão sobre algumas das áreas de intervenção social: Educação, Juventude e Desporto. Estas áreas

de intervenção social têm sofrido com este Executivo camarário um desinvestimento orçamental nos últimos dois anos. E convém aqui referir, sem entrar em polémica com o Sr. Presidente da Câmara, que o mandato tem 45 meses, estamos no 22º, é só fazer as contas. Portanto, estamos a meio do mandato, quer queira, quer não. -----

----- Educação! Pouco mais há a acrescentar aquilo que já aqui foi dito numa das últimas sessões desta Assembleia. Foi dito e continuam actuais os três pecados mortais enunciados na altura. Foi aprovada uma recomendação na altura nesta Assembleia, espero que a Câmara já tenha dado andamento a algumas dessas questões. -----

----- Juventude! Também aqui a Câmara fechou-se nela própria. A ligação às associações juvenis, às estruturas juvenis e aos jovens da cidade quase não existe. Não há trabalho contínuo e articulado. Passado meio mandato desde a tomada de posse deste novo Executivo camarário ainda não houve competência, vontade ou coragem para reactivar o Conselho Municipal de Juventude. Durante este mandato o Conselho não reuniu uma única vez. -----

----- Divisão de Apoio Juvenil – Depois da dança das cadeiras e dos lugares para os amigos como está a situação? Foi cumprida a promessa do Sr. Presidente em repor a ordem e a moral na Divisão de Apoio Juvenil? Parece-nos que não. Falta alguma autoridade dentro da casa. -----

----- Mega Espaço da Juventude – Mais uma promessa por cumprira, salta de local para local no papel mas depois na prática nada se vê. E Sr. Presidente já vamos a meio do mandato... -----

----- Programa EPUL Jovem – O que é efeito deste programa? Quantas habitações foram planeadas ou construídas durante este mandato? Há uma recomendação aprovada por esta Assembleia em relação a um programa, EPUL Jovem 2, uma empresa que é tutelada pela Câmara mas a Câmara não consegue impor a sua vontade dentro dessa empresa. -----

----- Qual o impacto da promessa de trazer jovens para a Cidade? Era importante ter dado objectivos sobre isso. A cidade está mais jovem? -----

----- Desporto! Nesta área a falta de actividades é notória! Também aqui a Câmara fechou-se nela própria! Como estamos de apoios financeiros às colectividades? Apoios quase nulos e quando os há são atribuídos sem critérios e sem a devida articulação com as Juntas de Freguesia. As colectividades são espaços de convívio, de socialização e de formação. Hoje estes espaços estão mais degradados, hoje as colectividades têm menos espaços para desenvolverem este importante papel social. Estamos a investir ainda mais na exclusão social. Há pouco a Sra. Vereadora disse que é preciso investir muito nesta área da acção social. As colectividades de bairro têm aqui um papel fundamental nesse trabalho. -----

----- Infra-estruturas desportivas – muito se falou, muito se prometeu mas nesta primeira metade de mandato muito pouco foi feito. O que é feito da promessa de uma piscina em cada bairro? Deixou de ser promessa? Nem uma em cada freguesia, quanto mais uma em cada bairro!; -----

----- LIS-Desporto – Qual é o ponto da situação? Nada mais se sabe, fecha não fecha, acaba não acaba, e estamos nesta indecisão. -----

----- Acabar os Jogos da Cidade! É importante e fundamental avaliar o impacto desta decisão. Milhares de jovens na cidade deixaram de ter as Escolas e Escolinhas de Desporto, deixaram de ter os Jogos da Cidade. E era aqui que muita da prevenção da toxicodependência e de comportamentos de risco era feita. Mais uma vez é contraditório, era importante investir nesta área, mas não está a ser investido. -----

----- Investir no social é investir na cidade, é investir nas pessoas, é investir num futuro mais feliz. Numa Lisboa feliz! Pior do que seguir um rumo errado e duvidoso é não ter rumo ... E assistimos a uma Câmara sem rumo...” -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, começou por dizer que o Sr. Presidente da Câmara se dedicara muito hoje à história – como, aliás, também o Deputado Municipal do PSD que já interveio – e referiu que leu todos os debates sobre o Estado da Cidade e que num desses debates o Presidente da Câmara da altura, Dr. João Soares, teve que sair a correr porque ia para uma inauguração. Só esperava que o Sr. Presidente da Câmara não tivesse que sair hoje mais cedo, ou a correr, para ir para outro lado. O trânsito estava complicado para sair de Lisboa, a responsabilidade era do Sr. Presidente da Câmara, esperava que aguentasse o debate até ao fim. -----

----- Disse, depois, que a intervenção do Sr. Presidente da Câmara foi uma intervenção curiosa: metade foi a falar sobre o passado em relação ao qual leu tudo o que aconteceu, que Lisboa era igual ao resto da Europa, que os problemas de Lisboa eram iguais aos das outras cidades; e a segunda metade foi a falar do futuro, quando o que se pretendia era falar do presente, falar sobre o Estado da Cidade, como evoluiu Lisboa de há um ano a esta parte. -----

----- E queria dizer-lhe com toda a sinceridade, por muito que lhe custasse a si porque vivia em Lisboa e custasse também ao Sr. Presidente da Câmara, que Lisboa andara para trás, e havia questões essenciais que eram de obrigação do Sr. Presidente da Câmara atender, era obrigação da sua equipa tomar conta, mas a verdade era que não estavam a tomar conta. Talvez, quiçá, a sonhar com o futuro, estudando o passado para preparar o futuro e esquecendo o presente. -----

----- Já tinha dito ao Sr. Presidente da Câmara mas voltava a referir-lhe que havia uma política de completo abandono em relação às questões que tinham a ver com a higiene urbana e a degradação do espaço público, e o Sr. Presidente da Câmara sabia muito bem que isso não era culpa do passado! Isso era gestão do dia-a-dia, não tinha nada a ver com o que se passava ou não passava nas outras cidades, havia gestões mais eficientes ou mais incompetentes nesta matéria, mas a verdade era que tinham o lixo a proliferar pela Cidade de Lisboa. Ainda ontem, na “volta do desassossego” – que o Sr. Presidente da Câmara gostara do nome – foram à Rua do Capelão e àquela zona da Mouraria e viram que os passeios estavam todos esburacados, os pavimentos todos num estado deplorável e o lixo abandonado em todo o lado. Isso tinha a ver com o Sr. Presidente da Câmara e com a sua equipa, era lamentável, Lisboa estava pior. Não estava assim há um ano atrás, mas agora estava assim! -----

----- A segunda questão que pretendia levantar tinha a ver com as acessibilidades, o trânsito e o estacionamento, para dizer que a cidade estava pior. O estacionamento em segunda fila era regra geral em toda a cidade praticamente. Foram às Avenidas Novas mas se fossem à Baixa veriam que era a mesma coisa, portanto havia ali qualquer coisa que não estava a funcionar. Não está a funcionar e o estado da cidade andou para trás, estava pior evidentemente. -----

----- A terceira questão tinha a ver com a segurança, e não era só ele que o dizia, porque o Relatório de Segurança Interna, referente ao ano de 2002, registava um aumento de criminalidade em Lisboa na ordem dos 5%. Não diria que era muito mas era significativo porque o tipo de criminalidade que aumentava era o do esticão, o do roubo e o da pequena violência que causava um impacto muito negativo junto das pessoas. Isso era uma realidade! -----

----- Era evidente que quando iam ao Intendente era para demonstrar que as intervenções tinham que ser feitas com princípio meio e fim. Era óbvio que não pretendiam que a Câmara tivesse uma varinha mágica que resolvesse o problema de um dia para o outro, mas, de facto – e a expressão era do PSD e não do PS – não se podiam tratar as pessoas, ou parecer que se tratava as pessoas, dava o benefício da dúvida, como se elas fossem lixo social porque não eram. Eram seres humanos que mereciam tratamento, mereciam dignidade e mereciam acompanhamento. -----

----- Poderiam mostrar as fotografias que quisessem do Largo do Intendente. Agora não estavam lá camionetas e toxicodependentes, era verdade que estava melhor. Mas se fossem às ruas ao lado, às freguesias ao lado, veriam que estavam lá os mesmos toxicodependentes, e isso nem sequer era justo para os cidadãos em geral que anteriormente não tinham esses problemas nas zonas de residência ou de actividade comercial e de repente passaram a ter. -----

----- Isso era o que se passava na Freguesia dos Anjos, nomeadamente junto à Igreja dos Anjos, onde até constava, e era verdade, que os próprios velórios da capela mortuária tinham que encerrar mais cedo por causa das questões de segurança que se colocavam ali, e que também se colocavam ao nível dos assaltos a estabelecimentos de pequena criminalidade. Aliás, pedia ao Sr. Presidente da Câmara que fosse visitar a Rua Antero de Quental para ver o prédio onde essas pessoas se alojaram. Por isso, a sua pergunta era se a Câmara não podia ter uma política de acompanhamento mais próxima dessas pessoas, porque não viu nenhuma assistente social nem nenhuma carrinha de apoio com metadona, na Igreja dos Anjos, junto dos toxicodependentes. ---

----- E quando colocavam ali algumas questões de fundo sobre essa matéria, nomeadamente saber, por exemplo, qual era a posição da Câmara em relação às salas de chuto, não era porque quisessem que Lisboa fosse uma grande sala de chuto ou que tivesse salas de chuto em todo o lado, mas sim porque talvez esse fosse o caminho para que essas pessoas acessem a um tratamento. Porque se soubessem que se poderiam ir injectar, em condições de segurança, num determinado local, obviamente haveria lá técnicos de saúde e técnicos sociais que os recenseariam e procurariam convencer a ir para situações de tratamento. -----

----- Portanto, se tivesse políticas a sério para a toxicodependência o Sr. Presidente da Câmara poderia contar consigo e com o Partido Socialista, mas se era para fazer *show off* com certeza não poderia contar consigo nem com o Partido Socialista porque estariam contra, evidentemente. -----

----- Outra questão onde, segundo a sua opinião, Lisboa também estava a andar para trás, tinha a ver com as políticas sociais. Por muito *show off* que se fizesse, no Natal abria-se uma tenda para as pessoas, era simpático, era positivo que se fizesse, mas isso não era o ano inteiro. Infelizmente o Natal não era o ano inteiro, a verdade era que estavam a regredir nessa matéria. A Câmara tinha fogos de habitação social fechados, que há dois anos estavam prontos e concluídos para ser entregues. -----

----- Por exemplo, no passeio pela cidade que ontem deram, estiveram no Alto do Lumiar, na Travessa do Pardal, onde havia dezoito famílias – na sua maioria ciganas, mas eram cidadãos que mereciam respeito – que continuavam a viver em condições infra-humanas e a Câmara vinha adiando o realojamento dessas pessoas. Aliás, até já cometeram um bocado de masoquismo porque lhes mostraram as casas para onde iam, que foram visitar, e depois, de repente, interromperam o seu realojamento e disseram-lhes que não se sabia ainda quando iria ser. Portanto, isso era lamentável e Lisboa estava a andar para trás. -----

----- Terminou dizendo que o Sr. Presidente da Câmara poderia falar-lhes do futuro, poderia prometer-lhes uma cidade cor-de-rosa, se não gostasse do termo poderia ser cor-de-laranja se bem que pela exposição que estava no Terreiro do Paço aquele cor-de-laranja não beneficiava o Sr. Presidente da Câmara, nem que tivesse lá o seu retrato porque era uma coisa inconcebível, mas por mais versão que fizesse de uma cidade cor-de-rosa para o futuro, a verdade era que de há um ano a esta parte Lisboa andara para trás. Registavam isso hoje, dia 14 de Outubro de 2003, na Assembleia Municipal, no debate sobre o Estado da Cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra, depois de felicitar a Vereação, especialmente o Sr. Presidente da Câmara, pela maneira correcta e empenhada como tem agido na gestão da cidade, disse que o PPM ia lançar algumas pistas sobre questões que se não fossem tratadas a tempo e horas se tornariam negativas para o futuro da cidade, e que estavam relacionadas com a água, o fogo a terra e o ar. Não se tratava propriamente de uma cerimónia de iniciação maçónica, eram coisas não esotéricas, eram coisas bem terra-a-terra. -----

----- Começando pela cidade e a água, disse que a área de Lisboa devia concentrar o maior consumo de água de todo o País. Se tivessem em conta as previsões científicas sobre a degradação progressiva dos mananciais de água potável, tornava-se evidente que era necessário tomar medidas apropriadas. Os recursos aquíferos eram sujeitos aos mais absurdos ataques, desde infiltrações de produtos químicos e orgânicos a explorações completamente desregradas, e a crescente concentração de populações na zona litoral obrigava a proceder a captações de água cada vez mais para o interior, o que fazia baixar os níveis freáticos com consequências nefastas na agricultura, na pastorícia e na silvicultura. -----

----- Portanto, era preciso que essa questão fosse encarada com a importância que tinha, era preciso que fossem tomadas medidas concretas sobre o ordenamento do território e a fixação de populações no interior do País, como também iniciar, desde já, os estudos sobre a reciclagem de águas residuais de modo a conseguir-se uma redução de consumo, e, ainda, promover estudos sobre a dessalinização da água do mar, simultaneamente com estudos para o aproveitamento de energia solar que poderia tornar-se alternativa viável a médio e a longo prazo. -----

----- Era certo que a Câmara Municipal de Lisboa não tinha competências legais para desenvolver essas acções, mas tinha a importância suficiente para influenciar diversas instituições, designadamente o Governo, a EPAL, laboratórios de investigação, universidades e outras autarquias, a prepararem e desenvolveram um plano de actuação. -----

----- Depois, sobre a cidade e o solo, disse que já por várias vezes o problema dos solos de Lisboa tem sido aventado na Assembleia Municipal, mas embora correndo o risco de se repetirem voltavam a insistir que não era segredo para ninguém que parte de Lisboa, pelo menos a zona da Baixa e outras a ela ligadas por braços de ribeiros hoje subterrâneos, de que a Av. Fonte Pereira de Melo era exemplo, era bastante instável e mais sujeita às consequências de acções sísmicas. Ao longo de muitos anos cometeram-se graves atentados às construções aí localizadas, através da execução de casas e túneis, a maior parte das vezes sem qualquer estudo e que alteravam as condições de funcionamento das estacas de fundação. -----

----- Por outro lado, também a alteração do miolo das construções pombalinas contribuía, em muitos casos, para redução da resistência dos edifícios às acções sísmicas. -----

----- Por tudo isso, era urgente que a edilidade tomasse consciência dessa situação e promovesse, de imediato, os estudos necessários à inventariação dos problemas e a minoração das suas consequências. -----

----- Quanto à cidade e o fogo, disse que embora alertada pelo incêndio do Chiado, já há largos anos, a cidade tem vivido desde aí na mais completa indiferença quanto às causas desse acidente, que a qualquer momento se podia repetir. Era de ressaltar a intervenção da actual Câmara no que se referia ao acesso de veículos a bairros antigos, o que no caso de incêndios nessas zonas facilitava a rápida intervenção dos bombeiros. Mas havia muito mais a fazer! Era preciso ver em que condições eram armazenados produtos perigosos sem qualquer cuidado, era preciso ver o estado das coberturas com estruturas de madeira, que pela acumulação de pó se tornavam altamente perigosas. A propósito, lembrou que da Catedral de Notre Dame, em Paris, foram retiradas, ultimamente, 120 toneladas de pó que estava acumulado nas estruturas de madeira, para actuar no sentido da sua limpeza. -----

----- No tocante à cidade e o ar, disse que também neste campo havia muito a fazer: inventariar as indústrias poluentes e determinar as medidas correctivas que se tornassem necessárias, podendo chegar-se ao seu encerramento em casos extremos. ----

----- Prosseguir uma política que criasse condições e incentivasse os que vinham trabalhar em Lisboa a deixarem os seus carros na periferia da cidade, articulando os transportes suburbanos com parques de estacionamento periféricos. -----

----- Também melhorar os jardins existentes e construir outros de forma a produzir uma melhor qualidade do ar. -----

----- Estes, disse, eram alguns dos assuntos que no entender do PPM deveriam ser encarados desde já e para bem do futuro da cidade, pelo que faria bem a edilidade se se debruçasse sobre essas pistas e estabelecesse programas para o futuro. Mas o futuro já começou! -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “O debate do Estado da Cidade, ocorre este ano sensivelmente a meio do mandato do actual Executivo camarário. -----

----- É pois esta uma oportunidade para, no Parlamento da Cidade, fazer um primeiro balanço do estado em que Lisboa está, na sequência da mudança deliberada e desejada pelos lisboetas em Dezembro de 2001. -----

----- É nossa constatação que a cidade não está bem. Mas é nossa convicção que nestes dois anos se iniciou um caminho para a melhorar. E ao falarmos destes primeiros anos de mandato, temos de falar de duas situações que os caracterizam. -----

----- Em primeiro lugar, o arrumar da casa e a regularização de vários casos deixados pela anterior gestão. -----

----- Falo: -----

----- - dos acordos com o Benfica e com o Sporting. -----

----- - das dívidas que transitaram, como por exemplo o Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso ou a dívida à Portugal Telecom. -----

----- - de licenciamentos e aprovações feitos à última da hora e que culminaram em embargos e posteriores correcções, e nalguns casos até em demolições. -----

----- - no apuramento e orçamentação dos custos reais de várias obras lançadas e cujo custo final em muito ultrapassou o inicialmente previsto e orçamentado. -----

----- - muitos destes, foram *dossiers* polémicos e cuja responsabilidade em nada pode ser atribuída a esta Câmara. No entanto este Executivo, com coragem, com determinação, empenhou-se na sua resolução, sempre salvaguardando aquilo que considerou ser o interesse público. -----

----- Mas Sr. Presidente Srs. Deputados -----

----- Estes dois primeiros anos não ficam apenas e só marcados pela resolução dos problemas do passado. Eles representam também um sinal claro de um novo rumo para Lisboa e de uma nova forma de governar a cidade. -----

----- Estão já lançados ou implementados um conjunto de projectos que já começaram a mudar Lisboa, por muito que isso custe a algumas forças da oposição. Refiro apenas alguns exemplos: -----

----- - a reestruturação orgânica da Câmara Municipal, cuja estrutura não era mexida há cerca de 14 anos. -----

----- - a reorganização do sector empresarial do Município. -----

----- - a criação dos Serviços Sociais da Câmara, há anos e anos tão falados, e só agora concretizados. -----

----- - a criação das zonas de acesso condicionado ao trânsito em locais emblemáticos da cidade, como é o caso do Bairro Alto e de Alfama e que corresponde a um antigo anseio dessas populações. -----

----- - o início da construção do Túnel das Amoreiras, que irá finalmente terminar com o permanente congestionamento de uma das principais entradas da cidade. -----

----- - a intervenção de fundo que está neste momento a ocorrer na zona do Intendente, com vista à reabilitação patrimonial e social de toda aquela zona. -----

----- - a transformação do Parque do Monsanto que deixou de ser um local conhecido pelos fenómenos da prostituição e da criminalidade, para passar a ser uma zona aberta aos lisboetas onde predominam actividades recreativas, culturais, desportivas e de lazer. -----

----- - as intervenções em larga escala, ao nível da recuperação dos imóveis degradados, abandonados que foram ao longo de anos e anos. Refira-se a título de exemplo as intervenções que neste momento decorrem na Rua de São Bento e na Rua da Madalena, mas também no Chiado, onde este Executivo camarário conseguiu garantir o apoio do fundo remanescente da reconstrução do Chiado, no valor de 47 milhões euros para a recuperação de cerca de 200 prédios daquela zona nobre da cidade. -----

----- Mas para além destas grandes obras que começaram a transformar Lisboa, houve medidas e decisões tomadas que contribuem para melhorar o dia-a-dia dos alfacinhas, e que merecem aqui ser destacadas: -----

----- - o protocolo assinado entre a Câmara Municipal de Lisboa e as diversas entidades que operam no subsolo, com vista a coordenar essas intervenções e assim limitar os incómodos e transtornos por elas causados. -----

----- - a assinatura de diversos acordos, com entidades públicas e privadas no sentido de serem cedidos lugares de estacionamento nocturnos aos residentes em algumas zonas da cidade, onde esse mesmo estacionamento é uma verdadeira dor de cabeça para quem lá mora. -----

----- - o novo regulamento de cargas e descargas, que visa de uma vez por todas disciplinar esta matéria, contribuindo assim para aliviar os problemas de trânsito de muitas das artérias de Lisboa. -----

----- - o lançamento do programa de erradicação de grafites, o novo sistema de recolha selectiva porta a porta em detrimento dos actuais ecopontos que demonstraram não ser os mais eficazes, a renovação da frota automóvel afecta à limpeza e higiene urbana, procurando assim tornar a cidade mais limpa e agradável aqueles que nela vivem, trabalham ou que a visitam. -----

----- - o novo Centro de Atendimento ao Múncipe, onde, 365 dias por ano, 24 horas por dia, as dúvidas e os pedidos dos múnicipes podem ser esclarecidos com celeridade e eficácia. Quebra-se assim uma barreira há muito existente entre a Câmara e os seus serviços por um lado, e os lisboetas por outro. -----

----- Sr. Presidente Srs. Deputados -----

----- Termino, voltando um pouco atrás, para falar de um outro grande projecto que está em marcha: a recuperação do Parque Mayer. -----

----- E faço esta referência agora, por entender que ela tem duas dimensões distintas. --

----- Trata-se objectivamente de mais um dos grandes projectos que vai mudar Lisboa. Finalmente vai-se pôr fim a décadas de abandono e degradação, devolvendo à cidade e aos seus habitantes um espaço cultural, por todos considerado emblemático. -----

----- Mas este processo tem outra dimensão. Ele é também o exemplo claro de uma nova postura na forma de governar a cidade. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara anunciou a proposta de recuperação do Parque Mayer, que incluía a construção de um casino, cujas receitas pagariam essa mesma recuperação. -----

----- Perante a polémica e a contestação que tal proposta gerou, o Executivo reformulou o projecto, deslocalizando o casino para a zona do Jardim do Tabaco. Fê-lo na procura de um consenso que permitisse salvaguardar o essencial: a recuperação do Parque Mayer. -----

----- Este comportamento, em tudo contrasta com o da anterior gestão. -----

----- E eu aproveito para relembrar aqui o triste episódio do Elevador do Castelo. Era também um projecto do anterior Presidente da Câmara, e que este de uma forma teimosa, numa verdadeira postura do quero posso e mando, tentou levar até ao fim, tendo apenas desistido quando foi confrontado com a realização de um referendo, que ele sabia tal como todos nós, que iria perder. -----

----- Pelo meio, e neste infeliz processo, houve falta de informação a esta Assembleia, houve um Deputado Municipal agredido e um Vereador impedido de entrar no edifício do Poço do Borratém para ver o que lá realmente se passava. -----

----- Aqueles que hoje acusam a Câmara e o seu Presidente de governar a cidade com comportamentos autoritários e antidemocráticos, terão com certeza uma memória curta, ou até quiçá selectiva. -----

----- Sr. Presidente Srs. Deputados. -----

----- O Estado da Cidade não é bom! Nem poderia ser dado o ponto de partida. Não é possível em dois anos transformar uma cidade e resolver os graves problemas que Lisboa tem. -----

----- Mas o que tem de ser dito aqui e hoje, é que se estão a tomar decisões e a implementar projectos que vão, sem dúvida alguma, melhorar o estado da cidade. -----

----- Muito há ainda para fazer. -----

----- Muito há ainda para mudar. -----

----- Muito há ainda para melhorar -----

----- Sr. Presidente -----

----- Srs. Vereadores da maioria -----

----- Estes dois primeiros anos são positivos. -----

----- Prossigam este caminho, certos do nosso apoio e convictos da confiança da esmagadora maioria dos lisboetas.” -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Decorridos cerca de dois anos desta nova gestão autárquica, fazemos hoje o segundo debate sobre o Estado da Cidade. Quase a meio do mandato é já tarde para continuar a dizer que não houve ainda tempo para fazer mais. Chegou, portanto, o tempo de, com base no trabalho feito, começar a pensar no estado em que ficará Lisboa no pós Santana. Se Lisboa ficará mais ou menos feliz com a passagem deste Executivo pela gestão da cidade, em relação ao que foi encontrado. -----

----- Seria injusto dizer que este Executivo só fez coisas más. E porque não é verdade, sublinho três aspectos, que aliás já foram oportunamente referidos nesta Assembleia, que são a restrição automóvel no Bairro Alto, em Alfama, e as medidas tomadas relativamente a Monsanto. -----

----- O problema é tudo o resto. Vejamos. -----

----- Ao discurso que prometeu o diálogo, as visitas semanais aos Bairros e a promoção da auscultação dos munícipes, sucedeu afinal a infinita dificuldade de diálogo com os trabalhadores ou mesmo com os demais eleitos da cidade. -----

----- No que à Assembleia diz respeito, basta atender à falta de resolução por parte do Executivo das muitas Recomendações aqui aprovadas, tantas vezes até por unanimidade. -----

----- Recomendações sobre assuntos importantes, coisas estruturantes como o plano energético municipal e o programa de utilização e divulgação de energias renováveis, estudos de medidas de segurança relativas ao aeroporto, mobilidade de escala humana e sinistralidade automóvel, a definição de regras orientadoras para a instalação de equipamentos que emitem campos electromagnéticos, cujo Regulamento deveria ser apresentado a esta Assembleia até 31/Março/2003, mas que até hoje... nada..., a utilização de papel reciclado, etc. etc. -----

----- Este Executivo ignorou, pura e simplesmente, as Recomendações aprovadas por esta Assembleia. -----

----- O Conselho Consultivo da Cidade de Lisboa, que pretendia criar condições para a participação dos cidadãos e das suas organizações, no que diz respeito à definição de estratégias e acções com vista ao desenvolvimento sustentável de Lisboa, ficou também na gaveta. É talvez mais uma das consequências da saída do executivo do Prof. Carmona Rodrigues, a somar ao abandono de projectos de planeamento como o Plano Hidrológico de Lisboa. -----

----- Depois, a solução casuística como opção de construção da cidade, que tem marcado a actuação deste Executivo. -----

----- Ao fim de quase dois anos, não é necessário grande esforço para se perceber que este Executivo não tem um verdadeiro projecto de cidade, mas tão só de fogachos (Parque Mayer, Feira Popular, Casino) estamos pois, a falar de uma política de quarteirão. -----

----- E esta política de quarteirão leva naturalmente à contradição evidente entre medidas estão tomadas: Por exemplo, vedam-se partes da cidade ao trânsito, e a nosso ver, bem, e ao mesmo tempo abre-se um túnel que contraria todos os estudos de mobilidade, para além de constituir mais um incentivo à utilização e atravessamento do centro da cidade pela viatura particular. -----

----- Relativamente ao funcionamento da Câmara Municipal, é visível que se encontra a funcionar muito á quem das suas potencialidades, capacidades e até vontade dos seus trabalhadores. Reina a balbúrdia de decisões contraditórias. -----

----- O concurso para sistemas de comunicações para segurança foi aberto e encerrado pelo menos duas vezes por erros e indefinição de opções dos mesmos. -----

----- A EPUL e o arrendamento de instalações pré-figura má gestão dos recursos públicos. -----

----- Foi suspenso o concurso para a terceira fase do tratamento de águas residuais da ETAR de Alcântara. E agora? Até quando? -----

----- Por outro lado não é difícil constatar que a Câmara só funciona ao ritmo da projecção pública ou da mediatização dos problemas: veja-se o atravessamento na Avenida da República/Entrecampos que só foi impedido depois da morte por atropelamento, que foi bastante badalado, de uma criança de 9 anos, apesar dos anteriores alertas dados nesta Assembleia e de uma Recomendação sobre um Plano de Erradicação de Pontos Negros de Sinistralidade. -----

----- Talvez por isso se compreenda que a paragem de autocarros na Av. Arantes e Oliveira, junto ao campo de rugby das Olaias, continue no mesmo sítio, isto apesar desta questão já ter sido aqui levantada por três vezes: 23 de Julho de 2002, 5 de Novembro de 2002 e 22 de Julho de 2003. -----

----- Relembro que o problema dessa paragem, reside no facto de ter sido, já várias vezes abalroada por automóveis e que a Câmara insistente e teimosamente a repõe no mesmo sítio, convidando desta forma, os munícipes a esperarem ali pelo autocarro, mas a correrem o risco sério de inesperadamente levarem com um automóvel em cima. -----

----- Depois destas constantes observações, a que se juntam os ofícios da Junta de Freguesia dirigidos à Câmara, e não se vislumbrando esforços por parte do Executivo para a resolução do problema da localização dessa paragem, resta-nos esperar que a imprensa pegue no assunto, pode ser que depois disso o problema seja então resolvido. -----

----- Não se vê a adopção de medidas estruturantes, inovadoras: Na habitação. Na distribuição dos equipamentos culturais, que de resto à questão suscitada nesta Assembleia sobre a concentração de salas de espectáculo no Parque Mayer e o que representa para todas as restantes freguesias da cidade em termos de infra-estruturas, a resposta do Executivo, foi o silêncio, a demonstrar a falta de uma estratégia para a cidade, de um projecto de cidade. -----

----- Quanto aos equipamentos desportivos nada, a não ser os estádios do Benfica e do Sporting, que aliás, nada trouxeram para os lisboetas, para além da pesadíssima factura para o Município, da perda de duas pistas de *tartan*, e de umas bombas de gasolina, como a que se pretende para o Alto da Faia, que de resto, diga-se em abono da verdade, os residentes de Telheiras, dispensavam em absoluto, como se pode ver pelos protestos que justamente têm vindo a manifestar. -----

----- A Semana da Mobilidade, o dia sem carros e o ano europeu da pessoa com deficiência passaram ao lado deste Executivo. Também nesta matéria falta sensibilidade ao Executivo. -----

----- Ao fim de dois anos somos forçados a concluir que Lisboa não está mais feliz. ----

----- É que isso não se consegue apenas com cartazes, por maiores que sejam e mesmo que envolvam figuras da nossa História como o Marquês de Pombal. -----

----- É que os cartazes não fazem a obra. Seria mais fácil se assim fosse. -----

----- Quem não se lembra de um enorme cartaz na Av. da Liberdade anunciando de forma triunfal a recuperação e inauguração do Parque Mayer oito meses após a tomada de posse. Passaram os oito meses, passaram quase dois anos e... no terreno, o Parque Mayer continua afinal “a moribunda catedral do teatro de revista portuguesa”, como então lhe chamava o Sr. Presidente, na altura da campanha eleitoral. -----

----- E por falar em cartazes, não resisto a citar parte de um artigo publicado recentemente num jornal diário, porque os Senhores Vereadores podem não ter lido: --

----- “Quanto aos cartazes e painéis, imaginemos que dava a Lopes e sua vereação próxima um ataque de sinceridade, para o bem e para o mal.” “Repare como já reduzimos ainda mais a largura dos passeios”. Ou então: “Prepare-se para ver ainda mais reduzidas as actividades culturais que eu, de resto, tanto prezo, pois até já toquei a tecla da Secretaria de Estado da Cultura”. -----

----- Outra alternativa: “Já notou como os transportes públicos estão cada vez piores, apesar de eu ter prometido em campanha que até seria chique andar neles?” -----

----- Lisboa não está, portanto, melhor. -----

----- Lisboa está pior do que o que estava. E está pior a todos os níveis. -----

----- Mas pior ainda vai estar quem herdar esta Câmara, é o Executivo que suceder ao actual. Esses não terão nada preparado para avançar, faltarão projectos de cidade, nada haverá para herdar em termos de projectos de cidade.” -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “O debate que hoje aqui iniciamos sobre o Estado da Cidade tem uma qualidade completamente distinta da que teve aqui há um ano. -----

----- Nessa altura, naturalmente, que o pano de fundo deste debate, assentava no facto do Executivo camarário estar em exercício de funções há somente nove meses. Como tal, tinha ainda muito pouco por que responder... a fase em que o Executivo camarário se encontrava era ainda a do conhecimento dos *dossiers*...! -----

----- Hoje, passados mais 12 meses, o pano de fundo tem de necessariamente se apresentar diferente! Já não é possível referir os erros do Executivo anterior. Já não é possível afirmar que se está há pouco tempo no poder. Este, é o verdadeiro pano de fundo em que este debate tem de correr. -----

----- Hoje, debatemos o Estado da Cidade perante um Executivo que já tem tempo mais do que suficiente, para responder. Chegou a altura de se tirar a prova dos nove e verificar o verdadeiro andamento desta nossa cidade. -----

----- Ora, aquilo que actualmente perpassa por todos os olhares políticos, por todos os pensamentos de analistas, por todos os artigos e discursos que se referem ao Sr.

Presidente da Câmara, não é a análise de qual a medida estratégica, estrutural e estruturante, que delineou, propôs e aprovou para a Cidade de Lisboa. Actualmente, o que perpassa é qual será o seu papel no cenário político nacional dentro de seis meses, qual será o seu papel nas candidaturas à Presidência da República! -----

----- Não é que o Executivo camarário não faça ou não decida nada. Naturalmente que decide e faz, como é normal numa estrutura que está viva. A questão que se levanta é que o pensamento central, que comanda toda a acção do Sr. Presidente, não passa pela resolução dos problemas estruturais e estratégicos da cidade, mas sim, de que forma se poderá posicionar melhor para as próximas eleições presidenciais. -----

----- Assim, este debate sobre o Estado da Cidade apresenta-se com um pano de fundo que transforma Lisboa, capital do país, numa cidade suspensa! Lá para o primeiro trimestre do próximo ano, a cidade estará suspensa sobre decisões políticas, decisões essas que dirão se o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa fica ou sai do actual cargo. -----

----- Porém, a vida desta cidade não se compadece de tal facto. -----

----- Sr. Presidente, ser candidato a Presidente da República é um direito constitucional que lhe assiste. No entanto, a Cidade de Lisboa, que todos amamos e queremos ver feliz, está a ver o tempo passar, sem conseguir ver as medidas estruturais e estratégicas para a resolução do seu estado. -----

----- Sr. Presidente, permite-me levantar, nalguns casos repetir, algumas questões! -----

----- Onde está a Autoridade Metropolitana de Transportes, prometida e reprometida, pelo PSD? -----

----- Onde está a recuperação ou o plano de recuperação dos 30 mil fogos devolutos, prometidos no programa do PSD? -----

----- Onde estão as faixas BUS para aumentar a velocidade média dos transportes públicos, prometidas no programa com que se candidatou, Sr. Presidente? -----

----- Onde estão as salas de injeção assistida que os Sr. Presidente defendeu na campanha eleitoral, em directo na televisão? -----

----- Terminaria com a seguinte questão: onde está, afinal, a concretização do programa do PSD naquilo que são as suas linhas centrais? -----

----- É que é aqui onde se verifica a grande diferença entre o que se diz, e o que se faz!

----- A realidade a que assistimos é por demais conhecida... Diz-se e escreve-se para impressionar, para fazer, ou ser, notícia, para preparar a caminhada até Belém, e o que é que se faz?... Faz-se o contrário! -----

----- Permitam-me, Senhores Deputados, a transcrição de duas passagens da acta n.º 30 da Assembleia Municipal de Lisboa de 17 de Junho de 2003, onde estão registadas as seguintes palavras do Sr. Presidente da Câmara: -----

----- “(...) como segunda tónica fundamental da acção que estavam a desenvolver e das preocupações que sentiam neste momento, pretendia dizer que estavam a estudar a forma pela qual poderia dizer ao mercado, diria mesmo impor ao mercado nos próximos tempos, que pelo menos até ao final deste mandato respeitassem a orientação, de que para além de projectos já entrados na Câmara, não queriam mais construção nova em Lisboa, neste momento. O mercado teria de entender que em

muitos casos havia até um excesso de oferta em determinadas gamas desse mesmo mercado, e por isso, o Município de Lisboa dispensava neste momento projectos para nova construção na cidade (...). -----

----- E permitam-me que leia, também da mesma acta, as palavras do líder da bancada municipal do PSD, Sr. Deputado Pedro Portugal: -----

----- “(...) que lhe pareceu bastante importante se bem entendera das palavras do Sr. Presidente da Câmara, tinha a ver com uma questão que poderiam de algum modo qualificar como uma moratória a projectos de construção novos, o que era de uma extrema importância. Isso não estava ressaltado na informação escrita nem teria que o estar, mas o que foi ali trazido hoje era de aplaudir porque ao não se pretender mais construção nova, para além daqueles processos que já entraram na Câmara, se estava a potenciar a reabilitação urbana. Era, de facto, uma medida de grande importância estratégica que ia precisamente de encontro a um esforço de reabilitação e renovação da cidade, em termos do seu parque habitacional. Esta era uma nota que ressaltara da intervenção do Sr. Presidente da Câmara que desejava sublinhar como sendo do mais significativo que ouviu. (...)”

----- Deveremos aplaudir de facto! E dizer “Muito bem”! O Bloco de Esquerda está totalmente de acordo com esta moratória de novas construções em Lisboa! Não tenham a menor dúvida! -----

----- Permitam-me agora, Srs. Deputados, que vos apresente o que se faz. Permitam-me, uma vez mais, que recorra à leitura, desta vez de parte de um artigo do Público, do dia 25 de Setembro de 2003: -----

----- “No dia 24 de Setembro, a maioria PSD/CDS da Câmara Municipal de Lisboa conseguiu viabilizar uma proposta de alteração do Plano Director Municipal (PDM). --

----- As alterações aprovadas – e que agora serão submetidas à Assembleia Municipal para aprovação, sem inquérito público nem pareceres de Administração Central – centram-se na possibilidade de licenciar edifícios novos e loteamentos em zonas onde até agora eles não eram possíveis, devido à inexistência de planos de pormenor. E na possibilidade de construir, sob certas condições, em áreas, como os antigos quartéis, que estavam reservados a usos dos quais foram desafectados. Contemplada foi também a possibilidade de lotear propriedades com mais de três hectares e menos de dez, coisa que até agora era interdita, bem como a mudança para usos habitacionais em zonas terciárias e a possibilidade de incluir outros usos, dentro de certos limites, e mais construção nas áreas de equipamentos e serviços públicos. (...)” -----

----- Então, em que ficamos?!!! Então, e a moratória?!!! -----

----- Eis aqui, a noite e o dia. Eis aqui, a prova do que se diz e do que se faz. Tristemente, uma vez mais assistimos a esse abismo imenso que existe entre o discurso e a acção. -----

----- É por isso que neste debate sobre o Estado da Cidade, o Bloco de Esquerda vem aqui propor que esta Assembleia e a Câmara assumam uma moratória contra novas construções na cidade, o que implica, obviamente, recusar a proposta de alteração ao Plano Director Municipal. -----

----- É tempo de dizermos chega! Chega de dizer uma coisa e fazer outra! É tempo de dizer fim ao poder do betão, Sr. Presidente, dizer sim à recuperação! -----

----- É numa posição positiva e prepositiva para a evolução dos grandes problemas estratégicos e estruturais da cidade que o Bloco de Esquerda aqui se apresenta, levantando um problema central e estratégico para uma cidade com futuro e modernidade. -----

----- Todos sabemos que Lisboa perdeu, nestes últimos anos, cerca de 100.000 habitantes. Todos sabemos que uma grande parte dos que ainda aqui vivem, têm mais de 60 anos. Se não se tomarem medidas estratégicas e estruturais, corre-se o risco de, nos próximos anos, essa população baixar para metade da que tinha há 20 anos, ou seja, baixar para 250 mil habitantes. Lisboa deixará de ser uma cidade suspensa, e apresentar-se-á como uma cidade fantasma. -----

----- Eis, Sr. Presidente um problema estratégico, central e estrutural, para quem quiser pensar na LISBOA COM FUTURO, na LISBOA DA MODERNIDADE. -----

----- É urgente encontrar um outro caminho para Lisboa! Contra este caminho de transformar Lisboa numa cidade fantasma devemos opor uma nova estratégia para a cidade. -----

----- Urge atacar o definhamento de Lisboa! -----

----- Urge atacar o mal pela raiz! -----

----- Urge rejuvenescer a cidade! -----

----- Urge acabar com a acção e o discurso do pragmatismo eleitoral de Belém, e actuar, a sério, para o Futuro de Lisboa! -----

----- O Bloco de Esquerda propõe aos restantes partidos desta Assembleia, uma acção unida e concertada, pelo futuro de Lisboa, contra uma Lisboa fantasma e deserta de vida. -----

----- É por isso que neste debate sobre o Estado da Cidade, o Bloco de Esquerda apresenta três pontos de acção fundamental para uma Lisboa que se quer jovem, com futuro e moderna. -----

----- A primeira situa-se numa velha promessa feita à cidade da municipalização das cerca de 30.000 habitações devolutas, promessa essa que já vem da anterior gestão, e que daria ao município a capacidade política de colocar no mercado, com rapidez, habitação recuperada, a preços especiais, fora da especulação imobiliária e, em grande parte, dedicada aos casais jovens. -----

----- A segunda medida é da Câmara Municipal, na qualidade de accionista única da EPUL, dar orientação, ao seu Conselho de Administração, de retirar da gaveta os programas da EPUL Jovem, programas com capacidade para alojar milhares de jovens, em novas habitações e a preços abaixo do mercado. -----

----- A terceira medida é a da Câmara apoiar, decididamente, as cooperativas habitacionais, em geral, e as de jovens, em particular. -----

----- Sr. Presidente, o Estado da Cidade é preocupante! É mesmo muito preocupante! --

----- Pode-se florir a Avenida da Liberdade. -----

----- Pode-se encomendar um projecto a um bom arquitecto para o Parque Mayer. -----

----- Podem-se recuperar alguns edifícios na Rua de São Bento, na Rua da Madalena ou dos Bairros Históricos. -----

----- Pode-se criar um buraco, ou um buracão, no Marquês de Pombal. -----

----- No entanto, Sr. Presidente, não se está a resolver um problema estratégico da cidade. Lisboa, para ser feliz, não pode ser fantasma. -----

----- O Sr. Presidente tem todo o direito de assumir os desafios políticos que entender, na sua vida pessoal. Mas, o Sr. Presidente não tem o direito de atrasar mais a resolução dos problemas estratégicos e estruturais de Lisboa. O Sr. Presidente não tem o direito de colocar Lisboa como meio para atingir fins. Estamos aqui com Lisboa como fim, com Lisboa como objectivo. -----

----- Lisboa, capital do País, precisa urgentemente de GARANTIR O FUTURO contra o caminho da desertificação da cidade, contra a LISBOA FANTASMA. Todos nós precisamos da LISBOA JOVEM E DA MODERNIDADE!” -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “Inclusão das zonas do Castelo de São Jorge e Baixa Pombalina na lista de património mundial. -----

----- Na Conferência Geral da UNESCO, Organização das Nações para a Educação, Ciência e Cultura, foi aprovada em Novembro de 1972, a Convenção para a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural. -----

----- Esta Convenção foi ratificada por Portugal em 1979. -----

----- Desde a data da ratificação daquela Convenção até aos nossos dias, passaram a integrar a criteriosa Lista de Património Mundial, cerca de uma dezena de monumentos e sítios do nosso País, designadamente: -----

----- Zona Central de Angra do Heroísmo; Arte Rupestre do Vale do Côa; Convento de Cristo em Tomar; Centro Histórico de Évora; Floresta Laurisilva da Ilha da Madeira; Mosteiro de Alcobaça; Mosteiro dos Jerónimos; Centro Histórico do Porto; Paisagem Natural da Vila e Serra de Sintra; Torre de Belém. -----

----- Se nos debruçarmos sobre o passado histórico das zonas do Castelo de S. Jorge e da Baixa Pombalina, facilmente constatamos que a humanidade pode ali rever-se, ao mesmo tempo que se constitui, através de Portugal, responsável pela conservação e valorização daquelas zonas, garantindo a sua divulgação e conhecimento. -----

----- Com efeito, trata-se de locais de residência da Corte Portuguesa, que aqui tomou decisões e criou condições para que os descobrimentos de longínquas terras, nos séculos XV e XVI, de consequências universais, tivessem sido possíveis. -----

----- Também a destruição pelo terramoto de 1755, de grande parte da cidade de Lisboa, incluindo o Paço da Ribeira para onde o Rei D. Manuel I se transferiu em 1505, originou no final do século XVIII, a construção da Baixa de Lisboa, segundo um projecto e edificação original, hoje conhecido por Baixa Pombalina. Na elaboração do qual se distinguiram os engenheiros Manuel da Maia, Eugénio dos Santos e Carlos Mardel e que pela sua importância remota, na planificação de cidades, originalidade da gaiola anti-sísmica e elemento emblemático de cultura com projecção

internacional, reúne condições para ser considerada como sítio a incluir na Lista de Património Mundial. -----

----- Assim, felicito a Câmara por nos dias 9 e 10 do corrente mês ter levado a cabo, através dos serviços na dependência da Senhora Vereadora Eng^a Eduarda Napoleão, jornadas sobre a Baixa Pombalina, as quais constituirão indubitavelmente um passo importante para a candidatura a Património Mundial daquele espaço da nossa cidade importando que se efectuem as diligências necessárias para que tal objectivo seja atingido com alguma rapidez.” -----

----- Finda a leitura do documento, o Deputado Municipal Nuno Roque disse, ainda, que não queria também deixar de abordar algumas partes positivas que foram desenvolvidas, na zona norte da cidade, que na brilhante intervenção que o Sr. Presidente da Câmara ali efectuara não foram mencionadas. -----

----- Referia-se, segundo disse, à recuperação da Quinta de Santana à volta da estação de Telheiras e à Alameda Roenton, espaços que de há muito era preciso requalificar e que, neste momento, estavam num processo de andamento que dignificava a cidade e em particular a sua freguesia. -----

----- No entanto, deixava um alerta para a Av. Padre Cruz, que seria um eixo de aproximação para os estádios do Sporting e do Benfica, e teriam que ter em consideração que o EURO 2004 foi um desígnio nacional e quem morava naquela zona gostaria de ver os arredores dessa avenida bem tratados. Estava certo que o Sr. Presidente da Câmara daria instruções nesse sentido, para que quem entrasse na cidade por aquela zona sentisse gosto em passar ali. -----

----- Por outro lado, também não queria deixar passar sem recordar as quintas das Conchas e dos Lilases e a Divisão da PSP do Alto do Lumiar, para o qual sabia haver projecto e a intenção de que se fizesse a requalificação, para dizer que gostaria de ver, com alguma brevidade, que esses trabalhos começassem, ainda que, obviamente, fosse necessário respeitar todas as fases dos concursos. -----

----- Referindo-se à área da educação, disse que na última reunião da Assembleia essa matéria foi debatida e assistira muito calma e serenamente a tudo o que foi dito. Hoje também já ali se falara na questão da educação, pelo que, como Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, conhecedor da existência de cerca de 8.000 estudantes, metade dos quais no ensino público e a outra metade no ensino privado, não podia deixar de dizer que naquela zona da Cidade de Lisboa no ano passado houve um colégio que ficou em primeiro lugar no *ranking* nacional dos estabelecimentos com melhor qualidade de ensino e que este ano um colégio também da mesma zona ficou em primeiro lugar desse mesmo *ranking* nacional. Referia-se ao Colégio de São João de Brito e ao Colégio Manuel Bernardes, sem esquecer que os outros oito estabelecimentos de ensino privado da zona também têm ocupado posições de destaque no *ranking* do ensino em Portugal. -----

----- Quando ao ensino público da zona, que tem cerca de doze estabelecimentos, disse que também podia referir que desenvolviam o seu trabalho com muita qualidade. O Presidente da Junta, porém, gostaria de ver uma nova Escola Lindley Cintra, para a qual havia promessas de que no próximo ano seria construído um novo edifício

porque o actual estava em deficientes condições, e que a Escola D. José I também visse beneficiadas as suas instalações. Isto sem pôr em causa que, em matéria de ensino básico, tinham dois estabelecimentos de ensino: uma escola no Alto da Faia e a Escola 34, que também representavam estabelecimentos de ensino de qualidade. E tinha que chamar a atenção para esse pormenor porque se focavam só as partes negativas parecia que estavam a diminuir a qualidade que se verificava em determinados sectores. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse que se hoje fizessem um filme sobre a Cidade de Lisboa, um filme que passasse pelas colinas sobre o Tejo, mas que passasse também pelos planaltos e pelas periferias, quando o terreno já começava a dobrar-se sobre a várzea de Loures, verificariam que esse filme não era um drama nem um filme de terror, mas também não era uma comédia nem um filme cor-de-rosa. Não seria, possivelmente, como uma exposição que diziam estar em Paris, no Centro Pompidu, sobre a Cidade de Lisboa, que mostrava uma cidade triste e parda. Seria talvez um filme a preto a branco, neo-realista, com drama, comédia e emoção. -----

----- Mas uma cidade, tal como um filme, tinha cenário e personagens. E se ao Executivo, se aos eleitos, era dado intervir no cenário: nas fachadas, nos pavimentos, nas árvores, na limpeza, na côr e no desenho, já era mais difícil actuar sobre os personagens. Era evidente que se se chegasse a um largo, que tinha uma certa qualidade arquitectónica inclusivamente, e se convidassem os “feios, porcos e maus”, para usar uma linguagem cinematográfica, a saírem de lá, evidentemente que o largo ficava atraente. Não era difícil, como referira, actuar sobre as personagens. Não se podia pedir a um desempregado que se mostrasse alegre e bem vestido, nem que fosse esperançado o olhar de um toxicodependente, ou lindos e aprumados os sem-abrigo. Mas havia uma relação inequívoca entre a qualidade do cenário e o comportamento das personagens: era uma constatação elementar no campo da psicologia do comportamento que ninguém deitava papéis para o chão quando não havia papéis no chão, mas todos deitavam papéis para o chão quando já havia papéis no chão. -----

----- Muitos dos Deputados Municipais teriam já reparado no que se passava em plena Baixa, junto aos Paços do Concelho, na Rua do Comércio: os belos desenhos esmagados sobre as rodas dos carros dos banqueiros e dos bancários, as pedras dos lancis desalinhas e, nalguns casos, até removidas. Isso era feio porque evidenciava e fomentava o desleixo, mas era um facto que se repetia, infelizmente, por muitas outras partes da cidade. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara, há pouco, apelara no sentido de que os reformados denunciasses esses casos, pois ali estava um professor jubilado a denunciar um caso. -

----- Continuando, disse que havia nas cidades um indicativo seguro do cuidado posto na qualidade dos espaços urbanos, e exemplificativos da indução que essa qualidade exercia sobre o comportamento. Referia-se à sinalização horizontal, que poderia parecer uma questão de lana-caprina quando se debatiam ali problemas de escala tão ampla, mas que efectivamente era um indicativo da qualidade do espaço urbano que inclusivamente era mensurável. A tinta que marcava as zebras, as passagens de peões,

os alvéolos de estacionamento, as setas indicativas da direcção ou o reiteclado que indicava a paragem proibida nos cruzamentos, quando nova deveria possuir um índice de reflexão de 80% da luz incidente. Se estivesse suja reflectia menos, se estivesse deteriorada não reflectia nada, confundia-se com o asfalto, desaparecia. -----

----- Em Lisboa era rara a primeira situação, isto é, as faixas bem pintadas, frequente a segunda e, infelizmente, a terceira. A maioria da sinalização horizontal estava suja, deteriorada ou era inexistente. E isso indisciplinava o trânsito, aumentava a agressividade dos automobilistas e também a imprudência dos peões. Sabia que se tratava de uma obrigação dispendiosa da Câmara, porque as tintas eram caras, as tarefas difíceis e a mão-de-obra especializada. -----

----- Mas se o Sr. Presidente da Câmara retirasse um pouco ao custo do Túnel da Amoreiras, mais um pouco ao auxílio prestado aos grandes clubes de futebol ou às despesas que a hesitação em relação ao futuro do Parque Mayer tem acarretado, se não se construir o muro que, paradoxalmente, iria tirar vistas ao Parque da Bela Vista e se se desse destino útil e legal ao escandaloso lucro das multas da EMEL, talvez houvesse verba para cuidar do espaço público, e em especial da sinalização horizontal. -----

----- E talvez assim diminuíssem os acidentes, houvesse menos carros sobre os passeios se ao longo deles houvesse uma evidente e contínua faixa branca, teriam mais confiança os peões, e a cidade seria mais cómoda, segura e bela. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que estavam hoje num dos momentos mais importantes da Assembleia, que era, obviamente, analisar e debater o Estado da Cidade. -----

----- Como já ali tinha sido dito, e com certeza iria continuar a dizer-se, era evidente que havia dois “Estados da Cidade”. Um Estado da Cidade para a maioria, e um outro para a oposição. Mas importava perceber o porquê dessa dicotomia, o porquê dessas análises divergentes que vinham constatando. -----

----- Era evidente que percebiam que a lógica que o Sr. Presidente da Câmara escolheu para o seu discurso inicial radicava exactamente na tentativa de lhes apresentar o “seu” Estado da Cidade. Mas era óbvio que o Estado da Cidade que o Sr. Presidente da Câmara lhes apresentara não era manifestamente o Estado da Cidade que os cidadãos de Lisboa sentiam e viviam no dia-a-dia. -----

----- Esta era uma constatação que desejava fazer, sem peias pela memória histórica, sem uma grande preocupação pelas análises daquilo que foram os debates sobre o Estado da Cidade em 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002. E falara em 1998 mesmo sabendo que não houve debate, porque efectivamente se fez o debate do estado da cidade mesmo sem haver esta figura do debate sobre o Estado da Cidade. De facto não era importante que fizessem agora a história daquilo que foram os mandatos da agora oposição, porque, como disse na última reunião da Assembleia Municipal, diria hoje e continuaria a dizer em todas as reuniões, para a actual gestão da Câmara já passara o tempo de poder desculpar-se com a herança que recebera. -----

----- Sobretudo porque a herança foi uma óptima herança, como o Sr. Presidente da Câmara, honra lhe seja feita, ia reconhecendo! Aliás, de reunião em reunião o Sr.

Presidente da Câmara ia deixando cair algumas coisas que lhe agradou dos mandatos passados, e só lhe ficava bem reconhecer que houve trabalho feito. Manifestamente ia reconhecendo que obra foi sendo feita na cidade, e obra que os cidadãos reconheciam e sentiam. -----

----- Portanto era evidente que hoje não queriam fazer ali esse papel, que daria algum interesse, entre o pesar aquilo que foi o trabalho que fez no passado a então gestão camarária, e aquilo que estava a ser feito nos quase dois anos da actual gestão. Porque, de facto, era disso que estavam a tratar já que a actual maioria ia a caminho do segundo aniversário do seu mandato, e o que importava saber era o que tinham para analisar agora desses dois anos de mandato. Porque, por muito que lhes desagradasse – e ao PS desagradava, sinceramente – tinha que dizer que os preocupava o estado em que estava a cidade, ou antes, preocupava-os o estado a que a cidade chegou. -----

----- E o estado a que a cidade chegou era um estado triste, era um estado preocupante! Sobretudo preocupava-os a falta de qualidade do espaço público, e esta era uma matéria sobre a qual divergiam completamente daquilo que a maioria lhes vinha dizendo, porque, para o PS, a qualidade do espaço público era a qualidade daquilo que tinham para oferecer aos cidadãos da cidade. -----

----- E, sobre esse ponto de vista, fizeram ontem a “volta do desassossego”, que tanto incomodara o Sr. Presidente da Câmara, mas ele interpretara mal o que era para o PS a “volta do desassossego”. -----

----- A um aparte do Sr. Presidente da Câmara que disse que gostou, acrescentou que também gostaram, infelizmente, porque através dela tiveram oportunidade que a comunicação social mostrasse aquilo que não era feito na cidade. Porque a “volta do desassossego”, o Sr. Presidente interpretou-a mal ou quis interpretá-la de uma forma completamente diferente. O que se tratava na “volta do desassossego” era dizerem aquilo que lhes ia na alma pelo que não era feito na cidade, pois ao contrário daquilo que o Sr. Presidente da Câmara quisera dizer a “volta do desassossego” não tinha rigorosamente nada a ver com a movida de Lisboa. -----

----- Não era isso! Aquilo que os preocupou, preocupava e iria continuar a preocupar com a “volta do desassossego”, era exactamente a ausência de intervenção naquelas áreas que não estavam à vista de todos os cidadãos, porque começava a ser óbvio que a actual maioria tinha uma preocupação: intervir nos grandes eixos da cidade, nas grandes zonas, onde pudessem aparecer os tais *outdoors*, aqueles que apenas custavam – segundo o Sr. Presidente da Câmara os informara – 1,5% do valor de cada obra que era gasto em publicidade. Isso tinha sido assumido pelo Sr. Presidente da Câmara, e era evidente que o PS dizia que isso era um desperdício. Aliás, diziam isso e acusavam o Sr. Presidente da Câmara de que isso era um malbaratar dos dinheiros públicos, como acusavam também o Sr. Presidente da Câmara de que estava a desbaratar aquilo que eram os impostos de todos. -----

----- Portanto, o que queriam dizer com a “volta do desassossego” era que iam à Rua do Capelão, uma rua da Freguesia do Socorro, uma rua triste onde, infelizmente, a actual maioria não passava há muito tempo. E porquê? Porque era uma rua que estava

escondida, era uma rua onde não havia intervenção e era uma rua onde, infelizmente, coexistiam lado a lado alguns pequenos depósitos para o lixo e também uma venda de frutas. Para o PS alguma coisa estava ali mal, e não era certamente a qualidade. O que estava ali mal era a venda porque tinham que dignificar aquilo que davam às pessoas, tinham que ser exigentes com aquilo que queriam que as pessoas tivessem, e, sobretudo, não podiam dizer que o espaço envolvente era mau quando aquilo que lhes proporcionavam era horrivelmente mau. -----

----- Convidou o Sr. Presidente da Câmara a visitar *in loco* o que acabara de referir, consigo e com a sua bancada, podia levar a “sua” comunicação social, para ver o estado em que estava a Rua do Capelão. Era evidente que para a maioria dos Deputados Municipais a Rua do Capelão era uma artéria desconhecida, dizia pouco, mas diria muito quando o Sr. Presidente da Câmara lá quisesse ir consigo e com a sua bancada para perceber realmente o estado em que estava aquela rua. -----

----- Mas aquilo que os preocupava não eram só os pequenos espaços. Também os preocupava muito as grandes intervenções que tinham a ver com a qualidade de vida das pessoas. E preocupava-os muito que nessa “volta do desassossego” tivessem ficado ainda mais desassossegados quando, para espanto de todos, foram dar com 18 famílias na Travessa do Pardal que andavam a ser enganadas pela actual maioria, porque já lhes foi prometido realojamento, já estiveram a escolher os próprios prédios onde iriam ser realojados, e agora, depois de lhes ter sido dito uma, duas e três vezes que iriam para o PER 10 e 11 no Alto do Lumiar, foram informados que afinal, lamentavelmente, já não iriam para o Alto do Lumiar. -----

----- Ainda sobre o mesmo assunto disse que perguntaram porquê e a resposta, que curiosamente vinha hoje também na comunicação social, foi que essas famílias iriam ser realojadas mais ou menos daqui a 18 meses, mas entretanto, como não seria possível esperar, iriam arranjar algum realojamento disperso pela cidade. -----

----- Só que isso era um tremendo desassossego! Como seria possível que possibilitassem que aquelas 18 famílias fossem passar mais um inverno eventualmente à chuva. Aliás, estas chuvadas recentemente ocorridas, e que continuariam a ocorrer infelizmente, eram uma triste premunição para a qualidade de vida dessas pessoas, mas aquilo que a Câmara tinha para dizer era que iriam realojar eventualmente daqui a 18 meses. E o PS acusava: mas porquê se havia habitações que já estavam concluídas? Mas porquê se a Câmara tinha mais de duzentos habitações devolutas para entregar, à espera exactamente de serem entregues? Porque era que não se fazia isso? Qual a razão? Qual a justificação? Gostava que o Sr. Presidente da Câmara dissesse algo em concreto sobre a matéria. -----

----- E falando em qualidade de vida dos cidadãos, falando em qualidade do espaço público, também os preocupava muito que o Sr. Presidente da Câmara, na sua brilhante intervenção, retórica, sobretudo histórica, sobretudo fazendo uma resenha daquilo que pretendia fazer até ao final do mandato, não tivesse referenciado um problema que o colega Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar também não trouxe, mas que julgava que hoje iria trazer à colação, que era um problema importante para a qualidade de vida em Telheiras. O que se passava com a

necessidade, que parecia estar em cima da mesa, de demolir um polidesportivo, que foi construído com os dinheiros do erário público? Porquê? Para quê? Isso retirando, de novo, qualidade de vida àquelas pessoas! Era contra isso que estavam desassossegados, era por isso que fizeram a “volta do desassossego”, era exactamente porque entendiam que sobre essa matéria era necessário haver alguma coisa. -----

----- Mas estavam desassossegados também, por exemplo, com aquilo que viram na Rua Antero de Quental. O Sr. Presidente da Câmara referenciara, em resposta ao seu camarada, Deputado Municipal Miguel Coelho, que aquilo que aconteceu no Largo do Intendente era uma excelente intervenção, e a única coisa que queriam dizer era que aquela era, de novo, mais uma excelente operação de *marketing*. Faltava lá, ainda, mas certamente iria a caminho, um dos novos *outdoors* que diria “mas sem demora”. Já teriam reparado com certeza que agora havia uma nova série de *outdoors* que a Câmara começara a colocar, onde o final da mensagem era mas sem demora. “Vamos fazer obra, mas sem demora”. Para ali certamente também iria a caminho o novo *outdoor*, e sem demora. -----

----- A um aparte disse: “ah, ali é com demora? Já percebemos todos, Sr. Presidente da Câmara, porque é que ali não há *outdoor*!” É que como iria contrariar aquilo que por exemplo acontecia noutras zonas da cidade – a Av. 24 de Julho era um bom exemplo – mas ali, como era com demora, não tinha ainda aquele *outdoor*, mas iria ter certamente outro. Mas recomendava ao Sr. Presidente da Câmara que em vez de um metesse dois *outdoors* na Rua Antero de Quental, junto ao n.º 36, um prédio ocupado que ontem foi vivamente analisado, o Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos com certeza conhecia essa problemática e certamente iria trazê-la hoje ao Plenário dizendo quão preocupado estava com esse tema, como estava, aliás, a população da Freguesia dos Anjos como ontem ouviram, porque, de facto, era desse desassossego que queriam falar porque ele afectava a Cidade de Lisboa e era sobre ele que queriam ouvir as explicações do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Mas para acalmar o desassossego que lhe ia na alma, não ouviu uma palavra – e esperava que o Sr. Presidente da Câmara a tivesse para o acalmar – sobre uma preocupação que se passava na Junta de Freguesia de Santa Engrácia. Estava a referir-se, segundo disse, a uma preocupação que podia tornar-se numa situação de emergência em termos de protecção civil. Tratava-se da Rua Afonso Domingues que era, efectivamente, uma situação altamente preocupante porquanto desde Março deste ano estavam a ocorrer deslizamentos, e eram constantes os apelos à Protecção Civil. Estavam a caminho do final do ano de 2003, em que se iria virar a folha para o final do resto do mandato do Sr. Presidente da Câmara, e sobre esse problema nem uma palavra. -----

----- E a Rua Afonso Domingues era uma preocupação para o PS porque, de novo, o que estava ali em causa era a qualidade de vida, mas fundamentalmente o que estava ali em causa era a vida dos cidadãos. -----

----- Por fim, disse que também muito os preocupava a gestão danosa de que mais uma vez queriam acusar o Sr. Presidente da Câmara no que respeitava ao empreendimento da Rua das Açucenas. Já ali tinha dito que naquele empreendimento

o Sr. Presidente da Câmara cometera uma gestão danosa e hoje voltava a acusá-lo de novo de gestão danosa no empreendimento do PER da Rua das Açucenas. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, novamente no uso da palavra, disse que não tencionava intervir uma segunda vez, mas dado algumas coisas que ali ouviu entendera fazê-lo porque importava esclarecer factos. -----

----- Assim, referindo-se à intervenção do Deputado Municipal Dias Baptista, disse que percebia o discurso, percebia que o PS dissesse que já não era tempo de falar da herança, e que até fugisse da herança como o diabo da cruz, porque ele próprio se estivesse no lugar do Deputado Municipal Dias Baptista se calhar faria o mesmo. Mas a questão era que aquilo que a anterior maioria fez tinha implicações não só no presente como no futuro. -----

----- Disse que não sabia se o Deputado Municipal Dias Baptista leu o jornal A Capital do dia 28 de Março de 2003, que dizia: “Uma capital abandonada pelos jovens. Dados dos censos, portanto insuspeitos, Lisboa passou a ser o concelho mais velho do País, mas nos últimos dez anos perdeu cerca de 27.000 jovens.” Portanto, essa herança tinha repercussões hoje em dia, no presente e no futuro! -----

----- Por conseguinte, não se podia querer fugir às responsabilidades de uma política que foi fruto das anteriores maiorias que estiveram à frente da gestão do Município de Lisboa durante 12 anos. -----

----- E falava do abandono pelos jovens como também da requalificação urbana. Aliás, não era só ele que o dizia, também o PCP, no debate do Estado da Cidade, veio dizer que os últimos anos do mandato da gestão de esquerda foi a prioridade ao PER, que era uma prioridade respeitável com certeza, mas que era tempo de começar a olhar para a requalificação urbana e para a recuperação dos imóveis degradados. -----

----- Portanto, essa herança de que agora queriam fugir não podiam fazê-lo porquanto ela tinha implicações concretas no presente e no futuro da cidade que, obviamente, condicionavam o mandato do actual Executivo. De resto, se assim não fosse, o Sr. Presidente da Câmara não teria prometido, em campanha eleitoral, trazer novamente os jovens para a cidade. Se eles já cá estivessem certamente não prometeria isso. O problema é que eles foram embora quando a anterior maioria governara a cidade e, por isso, se tinham que implementar agora estas políticas. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que a intervenção do orador anterior era muito importante, mais importante mesmo que aquilo que ele pretendia fazer passar. Mas importava dizer, o Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves não o disse mas tinha obrigação de o fazer, que nesses dados havia dois factos importantíssimos: primeiro, nos últimos dois anos do mandato anterior tinham começado a retornar os jovens à Cidade de Lisboa; segundo, era evidente que o esforço que estava a ser feito com o programa EPUL Jovem era um esforço que estava a ter retorno. -----

----- Aliás, a propósito disso, devolvia a pergunta questionando o que se passava com a EPUL Jovem do Martim Moniz! Era um bom exemplo. -----

----- **O Deputado Municipal Cal Gonçalves (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, disse que tinha para si que o debate sobre o Estado da Cidade deveria ser enquadrado sobre três perspectivas distintas. -----

----- Primeiro, ver a herança que foi deixada já que ela também tinha repercussões no momento presente, e não valia a pena tentar tapar o sol com a peneira para dizer que os problemas que hoje eram sentidos na cidade não advinham daquilo que foi a gestão do passado. -----

----- Segundo, ver também as questões do presente, o que estava a ser feito pela actual gestão, e, terceiro, concomitantemente com isso, ver também, por parte da oposição, quais eram as suas propostas alternativas. -----

----- E daquilo que já ouviu neste debate constatava que o PS descobrira, finalmente, o Largo do Intendente e o problema da zona dos Anjos, mas não o descobrira no tempo da sua gestão, o que foi pena! Porque durante doze anos aquela população esteve efectivamente sacrificada. E que não lhe viessem dizer que os assaltos começaram agora! De facto, no mandato anterior o prior da Igreja dos Anjos foi assaltado, da igreja, durante a missa, foram furtadas as *pixides* que estavam à entrada, e isso foi em Novembro de 2001, portanto no mandato anterior. Mas era claro que o PS não passava por lá nessa altura, descobriram agora o problema. -----

----- Quanto ao Intendente e à localização do problema, disse que se via bem que só agora descobriram o problema. E por que era que só agora descobriram o problema? Porque agora descobriram que os toxicodependentes estavam no Regueirão dos Anjos e no Jardim António Feijó, quando, na verdade, eles já lá estavam há cinco anos! Mas já que o Deputado Municipal Dias Baptista gostava muito de fotografias teria muito gosto em lhe oferecer um álbum que tinha, da recolha dos últimos tempos, com essa situação bem discriminada ao longo dos anos. Pelo menos desde 1998 a esta parte tinham isso documentado. -----

----- E quando o PS dizia que o problema estava situado no Largo do Intendente e que agora é que foi afastado para o lado, nomeadamente para o Regueirão dos Anjos ou para o Jardim António Feijó, isso não era verdade. Quando tomou posse, em Janeiro de 2002, o problema da toxicodependência situava-se no Largo do Intendente, na Rua dos Anjos, no Jardim António Feijó, na Praça das Novas Nações – onde estava aquele projecto de construção de um parque infantil que inauguraram mas que depois se esqueceram de concluir – e no Largo de Santa Bárbara. Era aí que estava localizado o problema! -----

----- Portanto, virem agora, à última da hora, dizer que o problema estava no Largo do Intendente e que só agora foi para esses locais, não. -----

----- Quanto à situação das intervenções do *modus faciendi*, disse que quando se dizia que era preciso que um projecto tivesse princípio, meio e fim estavam de acordo. Mas era isso mesmo que estava a ser feito: primeiro fez-se o levantamento do problema e a seguir estava-se a intervir. -----

----- Como poderiam querer, ao fim de um escasso mês e meio de intervenção, ter resultados num plano de acção social na área da toxicodependência? Só havia uma coisa que se podia pensar em relação a isso, era que foi com esse modelo de

intervenção de mês e meio que foi pensado o projecto do Casal Ventoso, porque realmente em mês e meio saíram de lá, mas espalharam-se pela cidade. -----

----- Neste caso concreto o projecto estava há mês e meio no terreno, ou dois escassos meses, e já queriam ter as soluções do meio e do fim! Só quem não trabalhava na área da acção social poderia pensar que um projecto de intervenção nessa área podia ser estático. Ou seja, que não teria que ser adaptado, em cada momento, em função daquilo que se passava no terreno, e era isso que os técnicos que estavam no terreno têm feito. Fizeram o levantamento e lançaram o programa que têm acompanhado e adaptado às novas circunstâncias. -----

----- Sobre o edifício n.º 34-36 da Rua Antero de Quental, disse que como o Deputado Municipal Dias Baptista referira, e bem, estava também preocupado. Mas a sua preocupação era saber como foi que situações daquelas puderam acontecer na Cidade de Lisboa! E que situação era? -----

----- Tratava-se de um edifício abandonado, mas abandonado porque foi entregue na Câmara um pedido para obra nova, a média para um licenciamento de obra nova, no anterior mandato, demorava na Câmara de dois a cinco anos, enquanto que agora demorava de um a dois anos, e se no prazo de um a dois anos aquela obra tivesse sido licenciada, nunca aquele espaço teria sido ocupado pelos toxicodependentes como estava. -----

----- Mas não podiam também ignorar o que era feito no terreno. Saberia o Deputado Municipal Dias Baptista que a Câmara, tendo a obra licenciada desde Agosto deste ano e indo começar em breve, ainda assim fizera uma nova vistoria ao edifício, interpelara o proprietário para fazer o entaipamento do edifício, mas o edital era lá afixado três vezes por dia e outras tantas vezes arrancado? Alguém estava interessado que quando passasse a comunicação social não estivesse lá o edital! Certamente acabariam por descobrir quem estava com essa preocupação. -----

----- Relativamente à contestação dos comerciantes, disse que havia desde logo dois tipos de comerciantes preocupados: com uns estava efectivamente solidário, aqueles que sentiam o problema à sua porta, há mais de 10 anos, e viam que o problema não estava ainda definitivamente resolvido porque, obviamente, uma intervenção no âmbito da acção social demorava tempo. Mas havia outros, que eram alguns daqueles que têm levantado mais a voz ultimamente, concretamente aqueles que viviam na zona associados ao problema da delinquência, como receptadores, como facilitadores de algum tráfico. Eles eram conhecidos no local, os outros comerciantes apontavam-nos!-----

----- E quanto a esta situação, nomeadamente do tráfico e do pequeno tráfico, convinha lembrar que, afinal, o tráfico passava-se ali hoje em dia com os ditos toxicodependentes, os tais que estavam a coberto da tal norma legal aprovada no Parlamento, pelo PS, que impedia uma intervenção eficaz das forças de segurança. Quando o Deputado Municipal Dias Baptista dizia que estavam ali no local, a questão que lhe colocava e que gostava de ver respondida é qual era a sua alternativa: seria que o agente da PSP o notificasse para lhe ser aplicada a coima? Para ele depois não pagar porque já não tinha dinheiro para consumir a droga? Seria esse o modelo de

intervenção em relação aos toxicodependentes? Era mais uma sala de chuto para facilitar o tráfico, para poder consumir com maior qualidade? Ou seria que, em vez disso, o que se pretendia era um plano de acção para recuperação dos toxicodependentes? -----

----- Se lhe falassem num centro de recuperação na zona do Intendente, estava de acordo! Agora sala de chuto não porque já lá tinham muitos problemas. -----

----- Ainda sobre a problemática da toxicodependência, disse que gostava de ver quais eram os modelos alternativos de uma acção deste tipo por parte da oposição, de saber contrastar ali a acção que estava a ser desempenhada no terreno. Por caso, na viagem, no passeio ou na visita, no tal desassossego, foram ao Largo do Intendente e viram o gabinete que lá foi criado pela Câmara para atendimento aos toxicodependentes? Repararam no trabalho meritório que os cerca de 70 técnicos estavam a fazer no terreno? Repararam quantos toxicodependentes já foram retirados do terreno mediante essa intervenção? Quantos lá restavam? Menos de um cesto dos que lá estavam, mas, obviamente, sabiam que ainda lá estavam alguns. -----

----- Disse, ainda, que ele estava no terreno, mas quando o PS esteve na Junta de Freguesia durante doze anos – a população dizia-lhe e ele porque ali morava também viu – não estava no terreno. Por isso, não viram o problema e só assim se percebia que tivesse passado sem o PS se aperceber que ele existia. Descobriram-no agora, na “volta do desassossego”. Só era pena que esse desassossego não tivesse chegado há mais tempo porque teria sido importante para que este problema não tivesse ficado lá. -

----- Mas, como dizia, quanto à prevenção era com medidas como aquelas que vinham sendo implementadas, do “programa intervir”, do “programa um mais um”, das equipas de rua, da abertura do tal gabinete de apoio no próprio local, que julgavam que estavam a caminho da eficácia para a resolução do problema. E essa resolução do problema naquele espaço da cidade não era só de intervenção social, era também de recuperação do espaço urbano e de recuperação do espaço público. -----

----- Nessa medida, disse a terminar, enquanto membro da Assembleia Municipal e Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, tinha que saudar a Câmara Municipal de Lisboa pela acção meritória que tem feito naquele espaço da cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra, começou por dizer que em matéria de comparação com mandatos anteriores pretendia lembrar que a herança deixada era uma imensa obra, afinal ali sempre esquecida em relação àquilo que hoje encontravam em Lisboa, neste mandato. E a comparação tinha que ser feita entre aquilo que a maioria de agora encontrou e aquilo que neste momento existia. -----

----- Em termos de realizações anteriores, disse que em matéria de reabilitação urbana, apesar de não ter sido essa a prioridade, em 10 anos foram recuperados 10.000 edifícios na Cidade de Lisboa, como, aliás, constava das conclusões do debate realizado pela Assembleia Municipal sobre Reabilitação Urbana. -----

----- Depois, disse que o Deputado Municipal do CDS-PP que interveio deveria lembrar-se que o seu Partido tinha um Vereador na Câmara Municipal, mas nem sequer falara na área do desporto. -----

----- Referiu que há cerca de um ano afirmaram ali na Assembleia Municipal a ausência de uma estratégia da actual coligação PSD/CDS-PP que governa a cidade, e, lamentavelmente, tinham que reafirmar, neste momento, o que disseram no passado: o casuísmo ao sabor de vários interesses, o primado do mediatismo e do imediatismo e o distanciamento das populações mais desprotegidas, determinavam as opções e eram causa para o estado em que a cidade se encontrava, expectante e regressiva. Todos os instrumentos essenciais propostos pela actual maioria para levar a cabo os seus desígnios foram aprovados e facultados, pelo que questionava agora que balanço era feito, por exemplo, em relação à reorganização dos serviços e da nova estrutura criada. -----

----- E a realidade estava a dar-lhes razão. Muitos serviços que sofreram alterações tornaram-se mais pesados, deixaram quase de funcionar numa desresponsabilização de Direcções com graves consequências na eficácia e capacidade de execução, como era bem evidente na mega-estrutura criada para as obras e era provado, por exemplo, na resposta às obras nas escolas. Tudo isso agravado por sucessivas substituições de quadros, na maior parte com graves consequências na continuidade dos projectos e na experiência e capacidade técnica instalada. Não bastava pedir paciência indefinida aos munícipes porque já lá iam quase dois anos e os problemas concretos da cidade continuavam a agravar-se sem que se vislumbrasse uma solução. -----

----- De facto, Lisboa piorara para quem nela vivia a trabalhava. Piorara o trânsito e pioraram os transportes públicos, reduziam-se carreiras e horários, os bairros estavam isolados à noite, aumentavam os tempos de espera e os problemas de estacionamento agravavam-se. -----

----- Por outro lado, aumentava a segurança e a marginalidade, os responsáveis policiais queixavam-se da falta de meios, que faltavam agentes para o policiamento de proximidade, que não tinham viaturas e as instalações se degradavam por falta de conservação. O Conselho Municipal de Segurança também não funcionava. -----

----- A toxicodependência e o tráfico de droga proliferavam e tornavam-se problemas incontroláveis, e neste momento era incontrolável se não se tomassem outras medidas de integração. O PCP não estava em desacordo com as medidas que foram tomadas, aliás também as propuseram, também as reclamaram inclusivamente em Assembleias de Freguesia, e estavam lá no terreno onde nunca deixaram de estar junto das pessoas solidarizando-se com os problemas. E nesse problema incontrolável, era de facto paradigmático o caso dos Anjos/Intendente/Av. Almirante Reis, que à falta de intervenção com meios necessários, atacando o problema em todas as suas vertentes, não só o mantinha como o agravava como era evidente. -----

----- A sua solução, como o PCP já propusera na Assembleia da República, passava pela criação de um gabinete multidisciplinar, portanto para além daquele que já foi criado, onde seria envolvida não só a Câmara mas também o Governo e outras instituições vocacionadas para esse problema. -----

----- De facto, com tamanha intensidade era um problema recente nessa zona da cidade. Não era um problema de há cinco anos! As pessoas do Largo do Intendente diziam que os toxicodependentes iam lá mas depois apanhavam táxis para irem para o

Casal Ventoso. Agora era uma volta diferente desde há cerca de dois anos a esta parte, porque a interrupção do projecto no Casal Ventoso teve essas consequências imprevisíveis que já hoje ali foram realçadas. Era necessário, de facto, voltar ao projecto do gabinete e das equipas de rua, não só no Casal Ventoso mas noutras zonas da cidade que ali já foram também referidas. Portanto, esse seria um caminho para ir combatendo o problema com determinação. -----

----- Prosseguindo, disse que o espaço público estava mais sujo e degradado, as ruas mais esburacadas, às primeiras chuvadas do outono corresponderam algumas cheias por falta de acção preventiva. Continuava a haver muitos anúncios e poucas obras na reabilitação urbana, os grandes projectos de quarteirões, afinal, estavam planeados para 13 anos, isto é, setecentas semanas como se dizia na última informação escrita do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- E qual era neste momento a execução orçamental nessa área? Pelo que lhes foi facultado apuraram que nos primeiros seis meses apenas se tinham atingido 15% da taxa de execução, o que era muito pouco para tanta atoarda. -----

----- A reabilitação urbana era efectivamente uma prioridade central com a qual o PCP estava totalmente de acordo. O problema era saber a prioridade da intervenção! No entender do PCP deveria ser nos edifícios da zona consolidada, nas habitações onde viviam as pessoas e só mais tarde naquelas onde existiam prédios devolutos, porque, como todos sabiam, a existência de prédios devolutos esperava apenas pela especulação imobiliária, transferindo os usos para o terciário nas zonas centrais da cidade. Portanto, para o PCP, os recursos públicos deveriam privilegiar os primeiros. --

----- Sobre a habitação municipal, disse que o quadro era negro e perguntou, de seguida, para quando a concretização das obras que foram paradas e as empreitadas que se arrastavam. A GEBALIS não respondia e a Câmara também não aos apelos já dramáticos de populações, como, por exemplo, do bairro da Av. Mouzinho de Albuquerque onde cerca de mil habitantes, há já quase dois anos, eram obrigados a subir, a pé, as escadas dos vários edifícios de oito pisos, por falta de reparação dos elevadores. Isto para já não falar noutros graves problemas desse mesmo bairro, que eram do conhecimento do Sr. Presidente da Câmara. Trata-se de falta de respeito por quem pela vida já era maltratado, sendo este apenas um exemplo de muitos outros casos existentes na cidade e que ali já tinham sido trazidos. Se calhar, até já começaram essas obras pelo facto dos moradores se terem mexido e reclamado, e também pelo facto do PCP, quer na Assembleia de Freguesia, quer na Assembleia Municipal, ter colocado esse problema. -----

----- Disse, ainda, que a lista era longa, mas apenas referiria 20 projectos e obras que foram iniciadas no anterior mandato, e que depois foram “congeladas” com enormes custos para o Município, solicitando à Câmara que explicasse a razão porque essas obras foram paradas. -----

----- O gimnodesportivo e parque infantil, previsto no programa URBAN, da Freguesia do Santo Condestável; o centro social do Casal Ventoso; o centro de saúde da Quinta do Loureiro; o centro de saúde da Graça; o centro de saúde do Bairro dos Lóios. Esses centros já estavam concluídos ou em fase de conclusão, faltando apenas

a decisão para passarem a funcionar, com o que isso representava de benefícios para as populações. -----

----- Por outro lado, em termos de equipamentos desportivos e sociais que estavam parados e fechados, referiu o espaço jovem do Bairro do Armador; a escola municipal infantil do trânsito, no Bairro do Armador; o lar e centro de dia da Rua D. Carlos Mascarenhas, em Campolide; o parque infantil da Quinta do Ourives, no Beato; dois parques infantis, na Freguesia de São João; o jardim de infância da escola 109, na Ameixoeira, parado há dois anos por falta de pagamento ao empreiteiro; o pavilhão gimnodesportivo do Bairro da Boavista; o pavilhão gimnodesportivo da Escola Secundária Luís de Camões, construído pela Câmara; a piscina municipal do Casal Vistoso, na Freguesia do Alto do Pina; o polivalente de Santa Catarina; a piscina na Freguesia de Campolide; o polidesportivo da Rua Conde de Nova Goa, na Freguesia de Campolide; o polidesportivo do Bairro da Liberdade; e o escandaloso caso de degradação a que a actual maioria votara o Pavilhão Carlos Lopes, sem qualquer intervenção há cerca de dois anos, congelando o programa geral de obras de recuperação. -----

----- Estes, disse, eram apenas 20 exemplos mas existiam muitos mais. Lisboa, ao contrário do que se pretendia fazer crer, estava de facto parada e a regredir. Os lisboetas viam a sua cidade adiada e interrompido o seu desenvolvimento, os grandes promotores imobiliários e financeiros esperavam há muito por quem lhes facilitasse a concretização dos chorudos negócios, mesmo que para isso fizessem aprovar projectos de duvidosa qualidade, e que poderiam ser irreversíveis para a qualidade urbana de Lisboa. Num atropelo à legalidade, para se atingirem esses fins sem obstáculos, pretendia-se antecipar a revisão do PDM, através de um processo de regime simplificado, em que as regras fundamentais eram alteradas deixando cair todo o edifício de planeamento imprescindível à cidade. -----

----- Por aí se comprovavam os verdadeiros desígnios para quem trabalhava quem estava à frente dos destinos da cidade. -----

----- Terminou dizendo que era preciso travar este processo, Lisboa não podia esperar.

----- **O Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)**, no uso da palavra, disse que há dois anos o Sr. Presidente da Câmara referiu que Lisboa registava a maior taxa de crimes do País, mas agora verificava-se, pelo Relatório de Segurança Interna, que essa taxa aumentou. Portanto, Lisboa estava pior ao nível da segurança e, como viram ali pela intervenção do Sr. Presidente da Câmara, também não funcionava ao nível da regulação do trânsito pelas forças de segurança. E, por essa mesma intervenção, viu-se também que a culpa era do Governo em geral, e especificamente do Sr. Ministro da Administração Interna. Essa foi, aliás, uma das queixas apresentadas pelo Sr. Presidente da Câmara na sua intervenção inicial, que nessa área ainda não conseguira sensibilizar o Governo para aquilo que tinha prometido aos lisboetas. -----

----- A zona do Intendente era apenas e só um exemplo paradigmático! Essa matéria já tem sido ali amplamente debatida, o PS não a descobrira agora, não vieram de outros concelhos, já moravam em Lisboa há bastante tempo. Aliás, já apresentaram uma Moção sobre esse assunto, que a Assembleia aprovou por unanimidade, mas ficaram

agora a saber uma coisa que registavam: é que se dizia ali uma coisa e dizia-se outra à população dos Anjos, porque se a intervenção estivesse a ser um sucesso não haveria tantas queixas da população. Por isso, o que podiam concluir era que a intervenção, ao contrário de ser um sucesso, não estava a correr nada bem. -----

----- E foi por essa razão que, há praticamente um mês, apresentaram a tal Moção para ajudar a corrigir aquilo que não estava a correr bem. Aliás, se estivesse a correr bem, a Junta de Freguesia dos Anjos, a fazer fé nas notícias dos jornais, não podia publicamente e com grande estardalhaço, um reforço da GNR para aquela zona da cidade! Se estivesse a correr bem não tinham, como tiveram ainda ontem, comerciantes a dizerem que o Presidente e os restantes eleitos da Junta até os incentivavam a chatearem a Câmara, que lhe colocassem o assunto para que ele fosse resolvido. Se calhar os mesmos comerciantes que eram incentivados mas que ali eram apelidados quase de participarem em actividades ilícitas, que o PS gostava que fossem denunciadas. -----

----- Mas o Intendente era apenas um exemplo, porque todos já perceberam que a criminalidade e os fenómenos da toxicod dependência que estavam associados a essa zona, se espalharam por todas as zonas limítrofes da Av. Almirante Reis. -----

----- Ainda sobre o mesmo assunto disse que cada um tinha a sua leitura, já viram ali que foram feitas muitas leituras de actas e de debates de há três, quatro e cinco anos, mas enquanto ouvia o Sr. Presidente da Câmara esteve a dedicar-se a outra publicação. E como o Sr. Presidente da Câmara fez ali tantas queixas sobre o Governo na área da segurança, abriu o seu programa nessa área, e, de facto, achava que o Sr. Presidente da Câmara tinha razão. -----

----- Efectivamente algumas das promessas feitas aos lisboetas sobre a matéria, como a criação dum corpo próprio de Polícia Municipal; aumentar os efectivos da Polícia Municipal; contratação de efectivos policiais para tanto envolvendo uma parceria com o Governo através da disponibilização de verbas para o efeito; criação de esquadras da Polícia Municipal nas zonas onde a insegurança era mais premente, tiveram apenas uma e numa zona completamente segura; criação de brigadas policiais destinadas ao combate e à vigilância do tráfico de droga e à vigilância nocturna; reforço do número de efectivos de giro e da polícia a cavalo. Em suma, claramente a segurança era uma área em crise e mais um exemplo que podiam dar era que o Conselho Municipal de Segurança não reunia e era bem um exemplo da actual gestão. -----

----- Por fim, disse que Lisboa estava pior e, como dizia o Sr. Presidente da Câmara, a culpa era do Governo e do Ministro da Administração Interna, mas, de todo o modo, era seu entendimento que essa área da segurança deveria ser alvo de profundas remodelações ao nível da Câmara Municipal de Lisboa, mas, se calhar, usando de toda a sua influência o Sr. Presidente da Câmara deveria também pugnar pela substituição do Sr. Ministro da Administração Interna. Todos já descobriram que ele era incompetente, o Sr. Presidente da Câmara não o afirmava tão explicitamente mas dizia que ele era pouco diligente a tratar das matérias com a Câmara Municipal de Lisboa e que podia resolver o assunto. Do ponto de vista do Sr. Presidente da Câmara, que não do PS, ainda teria mais uma vantagem e se calhar era por isso que não

resolvia alguns dos assuntos relacionados com Lisboa: é que ele era um ferrenho cavaquista e se calhar isso era mais um motivo para a substituição. -----

----- **O Deputado Municipal Cal Gonçalves (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, usando a figura regimental do pedido de esclarecimento, solicitou ao orador anterior que explicitasse melhor as situações que referenciara, desde logo que o Presidente da Junta e os restantes eleitos do Executivo incentivavam a população a protestar, e também em que medida o orador anterior via que a acção da Câmara Municipal poderia ser mais efectiva no que dizia respeito à garantia de segurança dos cidadãos, no local. -----

----- Por outro lado, desejava também saber se o orador anterior tinha consciência ou não de que também na zona algumas dessas pessoas que se diziam comerciantes viviam dos expedientes do tráfico e do consumo que por ali se passava, e que são essas que neste momento têm mobilizado alguns dos protestos. Não dizia que dois ou três comerciantes não fossem pessoas que estava saturadas com o problema à porta, mas a acção que tem sido desencadeada não era nessa linha. -----

----- Perguntou, por fim, se o orador anterior, face ao conhecimento que tinha deste problema do Largo do Intendente e da Freguesia dos Anjos, o conhecia efectivamente há 7 anos, há 6, há 5, há 4, há 3 ou há 2, ou se só agora visitara a freguesia. Isto para se estabelecer a tal comparação que era feita. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)**, no uso da palavra para responder ao pedido de esclarecimento, disse que das três questões colocadas a última era a mais fácil porque desde sempre visitou a freguesia, já que não só os seus pais moravam numa freguesia limítrofe, como por acaso também tinha familiares que moravam na Freguesia dos Anjos. Portanto, tendo 31 anos pelo menos há 25 ou 26 anos que se lembrava bastante daquela zona. -----

----- Seguidamente, depois de referir que as respostas eram todas em relação ao passado e que já não se conseguia defender o presente, disse que em relação aos moradores e comerciantes o Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos sabia tão bem quanto ele que era verdade aquilo que lhe disse. Não os iria ali identificar, até porque a comunicação social ontem também se pôde aperceber que, exceptuando uma ou duas, houve algumas reticências das pessoas em se identificarem nominalmente. Mas, por exemplo, ao nível das casas de fotografia, de talhos e de ourivesarias, conversaram muitas vezes, têm-lhes escrito cartas, só que o PS preferia não indicar as pessoas. -----

----- De facto desconhecia se todos esses comerciantes praticavam actividades ilícitas, mas se o Presidente da Junta sabia esperava que já os tivesse denunciado às forças de segurança. -----

----- Disse, ainda, que já apresentaram ali propostas concretas, que foram votadas pela Assembleia Municipal por unanimidade, para solucionarem o problema e ajudar a que intervenção corresse melhor. Aprovaram ali o reforço do trabalho social integrado, aprovaram ali o reforço da presença da Polícia Municipal, e aprovaram também que a Câmara iria diligenciar mais presença da Polícia de Segurança Pública. Tudo isso foi aprovado por unanimidade, por proposta do Grupo Municipal do PS. -----

----- Pelos vistos a parte referente à PSP não estaria a resultar muito bem porque senão a Junta não teria pedido a Guarda Nacional Republicana como reforço para a área de intervenção. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que apenas ia fazer duas notas muito breves à última intervenção do PCP, mas primeiro pretendia fazer uma correcção. Por acaso, na sua intervenção, tinha referido uma das áreas dos Pelouros que o Vereador do CDS-PP tinha na Câmara, designadamente a Limpeza e Higiene Urbana, quando referenciara a limpeza dos grafites, a renovação da frota dessa mesma Limpeza e Higiene Urbana que datava por acaso, a maior parte dela, do tempo desse mesmo Vereador quando esteve no Executivo no tempo do Eng.º Abecasis. -----

----- Passando às notas sobre a última intervenção do PCP, feita pelo Deputado Municipal Martinho Baptista, disse que este referira que foram recuperados 10.000 edifícios, pelo que ia ler um extracto da acta do debate sobre o Estado da Cidade realizado em 2001, onde se referia: -----

----- “O Deputado Municipal José Fidalgo (PCP), no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que queria colocar à Câmara as seguintes quatro questões: -----

----- Primeira. Resolvido que estava o problema das barracas, já que com a actual maioria milhares de famílias passaram a ter uma casa para viver em vez de uma barraca, o que pensava a Câmara fazer, naturalmente neste mandato e nos próximos, por iniciativa própria junto dos proprietário e inquilinos, e também junto do Governo, para recuperar o parque habitacional, e que medidas para acabar com os milhares de fogos devolutos que existiam na Cidade de Lisboa.” -----

----- Portanto, quem fez a pergunta foi o PCP! Seria que ao Deputado Municipal do PCP, que por acaso até era o líder da bancada no mandato anterior, teria passado despercebida a recuperação de 10.000 prédios em Lisboa? -----

----- Por outro lado, o PCP falava na recuperação de edifícios mas depois tinha que dar o exemplo. Não sabia se o Deputado Municipal Martinho Baptista tinha lido o jornal Público de sexta-feira, 11 de Julho de 2003, onde se dizia: “prédio no centro de Lisboa foi deixado ao abandono pelo PCP”, acrescentando depois a notícia: “também foram vãs as tentativas para obter um comentário do PCP ou do seu principal Vereador na Câmara de Lisboa, António Abreu, a este caso, que emita o habitual *modus operandi* dos proprietários de velhos edifícios, mas que contraria a posição oficial dos autarcas comunistas da capital em relação à reabilitação urbana.” -----

----- Portanto, palavras para quê? -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)** referiu que estranhava que nenhum membro da Vereação tivesse agradecido o rasgado elogio que o Deputado Municipal Martinho Baptista fizera à actuação da Câmara. É que, se bem se lembrava, teria dito ele que os interesses imobiliários estavam à espera há muito tempo de fazer chorudas negociatas. Portanto, estavam à espera desde que a anterior maioria foi substituída e iriam continuar à espera até que essa mesma maioria voltasse ao poder. --

----- Por isso, em nome da Câmara, agradecia o elogio. -----

----- **O Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, no uso da palavra, disse que o seu objectivo era tentar recentrar duas questões nalguma verdade que lhe parecia ser sempre bom tentar manter. E fazia-o, segundo disse, porque viu, com grande surpresa, que duas matérias importantes, que diria quase centrais para o futuro cidade, foram tratadas com muito pouco rigor, com muito pouco rigor histórico sobretudo. -----

----- Referia-se à questão da toxicodependência e aos problemas concretos em várias zonas da cidade – mas sobre isso já falaria – e também às questões de repovoamento e dos programas ou das tentativas de trazer jovens de volta para a cidade. -----

----- Disse que ouviu um Deputado Municipal referir-se ao sucesso que tinha sido a anterior gestão municipal quando a esse objectivo de voltar a trazer jovens para a cidade, falando até em sucesso efectivo nesse regresso, mas isso só na cabeça da força política que fez tal afirmação, porque ninguém acreditava e ninguém via isso. Mas a forma como apelidaram a acção levada a cabo, “a volta do desassossego”, dizia bem o estado em que o PS estava, e só isso já justificava alguns desvarios que ali foram afirmar. -----

----- Quanto ao repovoamento, disse que valia a pena levar ali alguma verdade. Não sabia a que se referia o Deputado Municipal que abordara a matéria quando falava nos programas para trazer jovens para o centro da cidade, mas porventura referia-se a um programa secreto que teve a duração de vários anos, mas que era tão secreto que só conseguira concretizar duas situações: a infelizmente célebre Colina Jovem, que se escusava de referir porque ficara ela tão célebre – e que não pensassem que ia entrar nas insinuações de favorecimentos ao PS porque não ia – e também a B A Jovem que depois, no final, se veio a verificar que os cooperantes nem sequer tiveram condições para concretizar a reabilitação do prédio e, portanto, devolveram-no à Câmara para que a reabilitação voltasse a ser feita pela Câmara. -----

----- Se se referiam a esse programa de sucesso de vários anos, com dois exemplos mal-fadados ainda para mais, estava tudo dito! Mas se se referiam ao programa EPUL Jovem, que teve igualmente vários anos, mas que infelizmente também ficara conhecido por ter vários anos de atraso na concretização das expectativas que foram criadas aos jovens que se candidataram a esse programa, então também estava tudo dito! E se em relação à actuação da anterior maioria, com mais de 10 anos de responsabilidades na gestão da Câmara, em que a Cidade de Lisboa perdera perto de 200.000 habitantes, se o sucesso que tinham para apresentar era esse, estava tudo dito!

----- Relativamente aos problemas da toxicodependência disse que, mais do que tentar apresentar algum rigor, pretendia apresentar um lamento, e um lamento profundo pelo seguinte. Os Deputados Municipais deveriam saber que, meritoriamente, o Executivo anterior fez um esforço genuíno – não importava agora se eficaz e no sentido correcto – no sentido de tentar resolver, ou pelo menos tentar controlar e minorar os danos causados por esse flagelo que é a toxicodependência, que tinha as mais diversas implicações na sociedade e na Cidade de Lisboa. -----

----- Referia-se ao Casal Ventoso, no que chegara a estar desenhado para se fazer de modo mais alargado. Nessa altura – e ele foi um dos protagonistas dessa questão – foi possível criar-se um consenso de todas as forças políticas representadas na Câmara no

sentido de se trabalhar essa matéria de modo discreto, de modo a gerar consensos entre todas as forças políticas, porque, de facto, se tratava de uma questão que atravessava toda a sociedade muito acima das questões partidárias. -----

----- Recordou que nessa altura foi parte desse consenso, do esforço que foi feito no sentido para encontrar soluções partilhadas por todos, mas, infelizmente, o que se verificava hoje era que a oposição acabara de estragar esse consenso, deitaram fora esse esforço, esforço esse para o qual, modestamente, dera o seu contributo no sentido de encontrar soluções quando o Dr. João Soares era Presidente da Câmara. Lamentavelmente, a oposição não soube agora ter a mesma postura e, portanto, neste momento, estragado que estava esse consenso, a não ser que voltassem a alguma serenidade, não podia mais do que dizer ao Sr. Presidente da Câmara que avançasse porque era importante tentar resolver os problemas da toxicod dependência na Cidade de Lisboa, e se não podiam contar com todos os partidos seguramente contariam com a sua convicção e com o apoio do PSD, do CDS-PP e do PPM nesse combate que deveria ser de todos, mas que, infelizmente, parecia que nem todos o queriam partilhar. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Gonçalves (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que depois do que acabara de ouvir do Deputado Municipal António Prôa não sabia se a proposta 557/2003, que ia a Sessão da Assembleia Municipal no dia 21, teria algum fundamento, já que nela se dizia: “aprovar a transmissão para o património da EPUL do prédio urbano da Rua Escolas Gerais, Beco da Mó, Freguesia de São Vicente de Fora, à Colina Jovem”. É que a Colina Jovem não chegara sequer a construir o prédio por falta de resposta da Câmara Municipal de Lisboa e por falta de resposta da Assembleia, enquanto que a B A Jovem construía mas acabara por não finalizar a obra. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que percebia que houvesse uma certa agitação e daí o Deputado Municipal António Prôa tivesse feito alguma confusão, que já foi explicada, e bem, pela Sra. Presidente de Junta. Realmente, o Deputado Municipal António Prôa apenas confundira que a B A Jovem concluía os seus trabalhos, como, aliás, a própria Câmara Municipal reconhecia, e que foi à Colina Jovem que não foi possível reconstruir o imóvel. -----

----- Mas essa era uma questão de pormenor! Apenas não seria de pormenor o facto do Deputado Municipal António Prôa ter deixado subentendido algo que era preocupante. E era preocupante porque era uma repetição de algumas posturas, mas esperava que isso não fosse o indício de algo mais grave – deixava já o alerta – por parte da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Disse, depois, que não ia discutir aquilo que o Deputado Municipal António Prôa queria, porque o Deputado Municipal António Prôa sabia que ele sabe que aquilo que disse não era verdade. Porque manifestamente aquilo que estava em questão, como era notório e evidente, eram os dados estatísticos que o demonstravam, era que nos últimos dois anos do mandato anterior tinha começado a ver-se uma alteração da

situação. Todos sabiam que as políticas não se repercutiam no imediato, todos sabiam que as políticas que estavam a ser feitas hoje em dia, obviamente não se iriam repercutir este ano, isso era bom de ver. Mas seria que o Deputado Municipal António Prôa já se esqueceu do investimento que foi feito para a EPUL Jovem como também para trazer jovens para o centro da cidade? Já se teria esquecido das residências universitárias que a Câmara implementara em boa hora? Se calhar já se tinha esquecido, o que era lamentável! -----

----- **O Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, em resposta aos pedidos de esclarecimento, disse que não percebeu a intervenção da Deputada Municipal Ana Gonçalves, mas teriam com certeza oportunidade, no próximo dia 21, de discutir essa questão. -----

----- Relativamente ao alegado esforço que foi feito, disse que não punha isso em causa. Só que entre o esforço feito e os resultados que estavam à vista é que ia uma distância do tamanho do mundo. Portanto, não punha em causa o esforço e acreditava na boa-vontade de quem estava ali a servir a cidade, só que havia uns que podiam mais do que outros. Era isso que estava em causa e, felizmente, a actual Câmara podia muito e estava a demonstrá-lo na sua acção do dia-a-dia. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, disse que estavam no debate sobre o Estado da Cidade, que todos diziam a amar, e bem, mas cada vez mais os cidadãos e cidadãs de Lisboa comentavam esta estranha forma de amar, tal era a forma desrespeitosa como os tratavam, nomeadamente a actual equipa camarária. -----

----- Disse, depois, que o Sr. Presidente da Câmara abria o debate com uma intervenção muito brilhante, onde a determinada altura referira que era preciso combater o imobilismo, a rotina, o comodismo e a apatia, pelo que esperava, sinceramente, que esse recado tivesse sido aceite por todos, porque, de facto, a cidade parecia estar dividida a meio: uma parte com problemas e outra sem problemas. -----

----- Pela sua parte o Sr. Presidente da Câmara poderia estar descansado, porque sempre que pudesse os problemas de Marvila, os problemas da cidade, seriam sempre ali apresentado por si pedindo a sua resolução. -----

----- Depois, numa segunda tirada, o Sr. Presidente da Câmara partira para uma justificação do desassossego da cidade, insinuando que o desassossego, como também já ali foi dito, era positivo visto que era fruto das muitas obras que estavam em marcha. Mas nada mais errado porque, na sua opinião, o desassossego que os lisboetas sentiam era devido à falta das obras que a cidade carecia, era devido à falta de perspectivas para que fossem lançadas ou, ainda, devido ao ritmo lento, quase parado, das poucas obras em curso. -----

----- Continuando, disse que o Sr. Presidente da Câmara anunciou, mais uma vez, o lançamento de muitas obras em habitações particulares e municipais, mas o que gostava de ver ali respondido pelo Sr. Presidente da Câmara, neste debate, era para quando o prosseguimento das obras nos bairros municipais, nomeadamente naqueles onde as empreitadas já foram ali anunciadas muitas vezes. Não queria anúncios, queria obras! -----

----- Igualmente perguntava para quando o lançamento das obras de requalificação dos espaços envolventes desses mesmos bairros, e também a tomada de medidas que visassem fazer frente à falta de limpeza que a cidade sentia. -----

----- Por outro lado, perguntava também para quando a abertura dos equipamentos sociais construídos há muito nos bairros municipais, e ainda inactivos, como, por exemplo, aqueles que há pouco foram enunciados pelo seu camarada, Deputado Municipal Martinho Baptista, nomeadamente o espaço jovem no Bairro do Armador, a extensão do centro de saúde no Bairro dos Lóios, a escola municipal do trânsito no Bairro do Armador e a abertura da Biblioteca José Gomes Ferreira. -----

----- Em suma, o que os autarcas e a população de Lisboa desejavam era que o grande desafio deste mandato, anunciado pela maioria, que era recuperar e requalificar o património municipal não fosse mais uma promessa não cumprida. O PCP esperava, sinceramente, que finalmente fossem tomadas medidas para a sua concretização. -----

----- Disse, ainda, que gostava que o Sr. Presidente da Câmara dissesse umas palavras quanto ao conteúdo de uma proposta que amanhã iria à Sessão de Câmara sobre a construção de um muro, que em Marvila é chamado “o muro da vergonha”, que era um muro para vedar um bonito parque urbano, o Parque da Bela Vista. Seria para impedir os cidadãos de terem acesso livre a esse bonito parque? -----

----- Aliás, de acordo com uma sua deliberação, seria que a Câmara Municipal não deveria ouvir as freguesias antes de tomar qualquer decisão? Na verdade, sobre esta matéria, como também em relação a muitas outras, a Câmara não ouviu a opinião da Junta de Freguesia, e gostariam, naturalmente, de ser ouvidos. -----

----- Perguntou para quando o retomar da discussão com as Juntas de Freguesia sobre os projectos da cidade, as prioridades, os protocolos, etc. Os Presidentes de Junta do PCP estariam sempre disponíveis para começar esse debate. -----

----- Por fim, disse que retomava o desafio que fez ao Sr. Presidente da Câmara, na última reunião da Assembleia Municipal: para dar o seu contributo, ainda que modesto, para combater a apatia e o imobilismo, o Sr. Presidente da Câmara aceitasse o convite e fosse visitar Marvila. -----

----- **O Deputado Municipal José Levita (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia do Socorro, no uso da palavra, disse que não podia ficar indiferente à intervenção que ouviu do seu colega Presidente de Junta da Freguesia dos Anjos, porque quando referiu que o PS só agora estava incomodado com os problemas da Freguesia dos Anjos e do Largo do Intendente Pina Manique, tinha que lhe dizer que ia fazer 60 anos, era do PS e foi criado no Largo do Intendente. Se calhar o Presidente da Junta dos Anjos não andava lá há tanto tempo e não o conhecia tão bem esse largo como ele conhecia. -----

----- Disse que foi com muita satisfação que viu sair do Largo do Intendente as camionetas que habitualmente ali estavam paradas, porque foi uma coisa pela qual sempre pugnara. -----

----- Referiu que o 25 de Abril teve coisas maravilhosas e uma delas era a possibilidade de estarem ali hoje, mas em relação à prostituição entristecia-o a falta de disciplina. Antes o policiamento dava grande atenção aos bares do Intendente e não se

viam prostitutas às portas ou no meio da rua a angariar clientes, enquanto que hoje era incrível ver toda a situação que ali se vivia. -----

----- Disse, ainda, que o Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos estava com certeza no seu primeiro mandato pois andava no poder autárquico desde 1977 e nunca tinha reparado nele como Presidente de Junta, embora agora tivesse amizade pessoal por ele. Aliás as freguesias faziam fronteira uma com as outra, estavam ligados pelo inter-freguesias, neste momento em número de oito, já tiveram oportunidade de estar juntos e perceberam que era uma coisa importantíssima e que se deveriam criar outros grupos congéneres. -----

----- Sobre a questão da droga na zona disse que havia coisas que o entristeciam. Tem escrito aos Vereadores, tem escrito para outros lados, tem dito aos seus colegas e na rua a toda a gente que pensa que a forma política de resolver o problema não era com esta forma de procedimento. Não sabia qual era, talvez fosse questão para ser resolvida por pessoas colocadas em patamares políticos com mais responsabilidade, porque ele, como Presidente de Junta, não tinha competências para isso. -----

----- Ainda sobre o problema da droga, disse que se resolveram os problemas do Casal Ventoso, Curraleira e agora do Largo do Intendente, mas era óbvio que esses problemas não desapareciam, apenas mudavam de sítio. Ainda há cerca de três semanas, ao cimo da Calçada dos Cavaleiros, no Largo do Terreirinho, Rua Marquês de Ponte de Lima, ele próprio contara 111 pessoas em fila para comprar a dose. Portanto, a questão que se colocava era se seria esta a melhor forma política para resolver a questão, empurrando as pessoas de um lado para o outro. -----

----- Se lhe perguntavam qual era a solução, obviamente não sabia qual era, todos juntos é que teriam de a procurar. Talvez até criar um hospital para o toxicod dependência uma vez que a comunidade diz que os toxicod dependentes são doentes. -----

----- A terminar, disse que há algum tempo se construiu um prédio em frente da Mouraria, não sabia se para encobrir todas as desgraças que por lá se passavam. Mas quando há pouco se dizia que se fez uma visita, que para alguns foi tão pouco importante fazer, não podia deixar de dizer, como costumava referir o Sr. Presidente da Câmara, que já agora era o que faltava não poderem andar no terreno a ver as coisas. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Moctezuma (PPM)**, no uso da palavra, disse que nesta reunião tem ouvido falar muito na herança recebida pelo actual Executivo, e sem que o que ia dizer constituísse uma crítica ao anterior, queria salientar os seguintes valores da situação financeira corrente. -----

----- Disse, então, que no fim do ano 2000 a Câmara apresentara um *superavit* financeiro de cerca de 2,4 milhões de contos, e no fim de 2001 a Câmara transmitiu para o actual Executivo em défice financeiro de 6,2 milhões de contos. Ou seja, de 2000 para 2001 houve um agravamento na situação financeira de 8,6 milhões de contos. -----

----- Em face disso, perguntava ao Sr. Presidente da Câmara se o cumprimento do seu programa não tinha sido afectado por ter tido como herança um défice financeiro de 6,2 milhões de contos. -----

----- **O Deputado Municipal Rodolfo Caseiro (PCP)**, no uso da palavra, disse que hoje estavam a debater o Estado da Cidade, e nisso, como em tudo, havia sempre a causa/efeito. Muitas vezes perdiam-se nos efeitos e esqueciam as causas! Hoje podiam dizer que o Estado da Cidade era igual ao Estado do País! Degradantes porque ambos eram governados pela direita! -----

----- Um País com cerca de 2,5 milhões de cidadãos que vivem abaixo da pobreza, que tem 415.000 desempregados, que tem o salário mínimo nacional mais baixo da Europa, que tem o crescimento económico mais baixo da Europa, e que, em contrapartida, tem 10.000 cidadãos que declaram terem valores superiores a um milhão de dólares. Um número não especificado de multimilionários portugueses declaravam mais de 30 milhões de capitais à ordem, a banca prospera e Portugal é o País da Europa com pior distribuição da riqueza! E este cenário, obviamente, tinha reflexos negativos no Estado da Cidade de Lisboa. -----

----- Disse, depois, que eram governados com uma filosofia deliberada para incutir nos cidadãos um sentimento de fatalidade, de resignação, de individualismo e até de egoísmo. Acreditava-se em tudo mas, simultaneamente, sabia-se que nada era verdadeiro. Aceitava-se a mentira por uma questão de sobrevivência, num fenómeno que abria caminho à maior desumanidade. -----

----- Mas isto não era uma fatalidade! Não era uma fatalidade porque a natureza era muito generosa. Ela não plantava os toxicodependentes, os sem-abrigo, os excluídos da sociedade, a pobreza e os desempregados. Tudo isso crescia e desenvolvia-se gravemente como resultado de uma governação de direita, e o Estado da Cidade, inevitavelmente, sofria disso todas as consequências. -----

----- Seguidamente, disse que ia colocar uma série de questões concretas que desejava que o Sr. Presidente da Câmara registasse. -----

----- Em primeiro lugar, no que dizia respeito ao ambiente, higiene e limpeza e espaços públicos da cidade, perguntou porquê bastaram as primeiras chuvas da época para pôr a nu uma cidade esburacada. Em Alfama, os comerciantes ficaram revoltados com as inundações dos seus estabelecimentos, tal como na Rua de São José, como na Av. da Liberdade, pois no primeiro dia de chuvas parte da cidade ficara sem luz. Essas medidas eram reivindicadas por quem sofria, mas não eram atendidas. -----

----- Como o Sr. Presidente da Câmara sabia o Rossio era uma das mais belas salas de visita da cidade, mas as Escadinhas da Barroca e o Pátio do Salema estavam transformados num verdadeiro urinol do Rossio. As Escadinhas da Barroca e o Pátio do Salema, davam acesso a toda a encosta da Pena – Hospital de São José, INATEL, etc. No Pátio do Salema estava instalado o Sindicato da Hotelaria e Turismo, que recebia pessoas de todos os estratos, comerciantes e pessoas ligadas ao turismo. Este era o estado a que chegaram na Capital do País, que efectivamente mereciam melhor sorte, quer a Capital, quer o País. -----

----- Portanto, para quando os arranjos em termos de higiene e limpeza nesses espaços públicos. -----

----- Disse, ainda, que hoje foi referida ali muitas vezes a questão do desassossego, pelo que perguntava para quando também sossegar o desassossego dos feirantes e comerciantes da Feira Popular, que efectivamente estavam desassossegados e preocupados com a falta de cumprimento dos compromissos assumidos pela Câmara. -

----- Por fim, referindo-se à questão colocada pelo Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves, do CDS-PP, sobre um edifício do PCP deixado ao abandono, disse que aconselhava o aludido Deputado Municipal a não ler apenas as mentiras mas também a ler os desmentidos e os esclarecimentos que o PCP dava. Mas o PCP também sabia – e o Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves também era influenciado, infelizmente, por isso – que muita da comunicação social publicava a mentira mas não publicava o esclarecimento. Mas para que o Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves ficasse mais bem informado para a próxima, aconselhava-o a ler o Avante. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta da Encarnação, no uso da palavra, disse que não era sua intenção intervir mas decidira fazê-lo porque se têm feito ali análises sobre a saída de população da cidade, o número de jovens que saíram, etc., e parecia que tudo isso ocorrera nos últimos 9, 10 ou 11 anos. -----

----- Quem quisesse fazer uma análise séria dos fenómenos que ocorreram desde a década de oitenta, concluiria que todos tinham responsabilidades, quer os que exerceram desde então Poder Central, quer dos que exerceram o Poder Local, e, pessoalmente, assumia uma pequena quota-parte de responsabilidade porque foi autarca. -----

----- Sabiam que não era verdade quando se dizia que de 1990 até agora abandonaram essa problemática. E porquê? Porque diziam que havia 500.000 habitantes saíram 100.000 e ficaram 400.000, mas quem foi autarca em 1991 devia recordar-se do que significou o censo de 1991, que efectivamente foi um engano, um embuste, em relação àquilo que era a realidade da Cidade de Lisboa. Foi um problema que o INE nessa altura teve, até houve uma greve dos recenseadores. Não havia uma figura para repor a verdade e também não queria repor a sua verdade porque não tinha a sua verdade, mas era para si um dado adquirido que tinham que fazer essa análise com mais responsabilidade e mais cuidado. -----

----- Aliás, no seu entender, nem sequer interessava que fizessem hoje ali essa análise. Mas interessava falar, não muito do passado porque não queria falar disso, mas sim do presente e do futuro. E interessava-lhe o presente e o futuro porque no passado o PS foi crítico em relação ao governo da Câmara anterior, eram autarcas eleitos pela população para defender os interesses dessa mesma população e sempre ali tiveram uma voz crítica com aquilo que não concordavam, como agora tinham esse direito também. Outros não o fizeram, mas o PS fê-lo. -----

----- E, mais do que isso, em relação à reabilitação muitas vezes chamaram a atenção da Câmara para a importância que tinha, para as populações dos bairros históricos, o fenómeno da reabilitação, mantendo a população no seu local de vivência porque os

idosos faziam parte da população de Lisboa, os idosos eram pessoas importantes que também queriam ser desejados e amados. Não eram apenas os jovens! Os jovens eram importantes na cidade, mas os idosos eram também muito importantes e tinham que ter essa vivência inter-geracional. Os jovens abandonaram por várias razões, por políticas dos governos, por políticas locais, por políticas mal organizadas e mal inseridas, e não integradas, porque não se resolvia um problema – pedia que acreditassem nisso – se tivessem uma visão sectária e única. Eram as políticas integradas que resolviam os problemas dos cidadãos, e eram as políticas integradas que tinham resposta *a posteriori*. -----

----- Na reabilitação urbana realmente fez-se pouco, mas a resposta toda a gente a sabia! Quando numa família – podiam comparar como se fosse uma família – havia muitos problemas, tinham que ir aos mais graves, não esquecendo os outros. Houve o problema do PER, porque era uma vergonha para a cidade capital do País ter as barracas que tinha e, portanto, teve que se atacar o PER. Mas pediram que não se esquecessem dos idosos e não idosos que viviam nos bairros históricos, porque essas pessoas trabalharam toda a vida e também tinham direitos. Viam-se as barracas, de quem vivia numa casa não se via a miséria, e era muitas vezes dessa forma que alguns políticos resolviam as questões. -----

----- Portanto, houve ali erros! Com certeza que sim, aceitavam que tivessem sido cometidos, mas pedia que deixassem o passado, que procurassem consensos naquilo que era importante para a Cidade de Lisboa, sobretudo para as pessoas que nela habitavam. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, disse que, tal como o Sr. Presidente da Câmara fez, também ele, em 1999, teve curiosidade de ver o que se tinha passado, e, de facto, num jornal dizia-se “João Soares vai amanhã a exame”, e noutra, “debate vai passar Lisboa a pente fino”. Mas lia também o preâmbulo da sua intervenção nesse debate de 1999, cujo teor era o seguinte: -----

----- “Começo por me congratular com este debate sobre o Estado da Cidade. É certo que a proposta para este debate partiu do CDS-PP, mas ele só foi possível porque a maioria desta Assembleia, composta por Deputados Municipais do PCP, PS, PEV e UDP, permitiu que ele se concretizasse. -----

----- Quando nesta Assembleia Municipal o CDS e o PSD detinham a maioria absoluta, nunca quiseram fazer um debate deste género, como também muitas vezes utilizaram a lei da rolha. Ou seja, não lhes bastava ter a maioria para aprovar os documentos que quisessem, como também não nos deixavam sequer muitas vezes intervir, porque entregavam, na Mesa, um requerimento em que se pedia para se passar de imediato à votação dos documentos com prejuízo dos Deputados Municipais que estavam inscritos para o debate.” -----

----- Era a lei da rolha que na altura existia, mas que a maioria de agora não gostava de ouvir! -----

----- Disse, depois, que este debate não se deveria chamar debate sobre o Estado da Cidade, mas sim debate sobre o estado a que a cidade chegara. -----

----- A acção da actual gestão camarária poderia ser resumida pelo ditado popular “muita parra e pouca uva”, cartazes de propaganda espalhados pela cidade havia muitos, mas obra feita havia pouca. Muito tinha sido prometido aos lisboetas pelo actual Presidente da Câmara, mas quase nada foi feito. -----

----- Como balanço da actividade da Câmara desde a sua tomada de posse, destacava que foram prometidas piscinas e pavilhões desportivos em todos os bairros da cidade, mas, até agora, nada! O Sr. Presidente da Câmara prometera que ia tomar medidas que aumentassem a segurança na cidade, mas também foram só promessas. -----

----- Prometeram-se igualmente inúmeras coisas na área da recuperação dos prédios degradados, mas o que se via era que as pequenas obras deixaram de ser apoiadas pela Câmara e os prédios camarários continuavam a aguardar as obras necessárias. -----

----- Por outro lado, os projectos existentes para a luta contra a exclusão social corriam o risco de encerrar, a generalidade das colectividades e clubes de Lisboa não receberam qualquer apoio por parte da Câmara, e as actividades desportivas não profissionais da cidade praticamente deixaram de existir. -----

----- As cantinas das escolas do ensino básico oficial, foram encerradas e o fornecimento da alimentação às crianças entregue a empresas que têm merecido a contestação das associações de pais. -----

----- O estacionamento em Lisboa continuava anárquico e as sugestões dadas pelas Juntas de Freguesia não vinham merecendo qualquer acolhimento por parte da Câmara. -----

----- Os sucateiros, o lixo e os dejectos caninos continuavam a ensombrar o ambiente da cidade, e do planeamento urbanístico só se conheciam os planos que já existiam, porque do que era novo nada era dito. -----

----- Tal como começou disse que este era o estado a que a cidade chegara, e rematou referindo que com este estado de coisas não podia concordar. -----

----- **A Deputada Municipal Lurdes Queiroz (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, disse que não ia continuar no exercício de memórias que tem sido ali feito porque recuavam tanto em termos de atribuição de culpas que às tantas estavam todos a culpar o D. Afonso Henriques por ali estarem. Iria tentar ser o mais pragmática possível nas questões que pretendia abordar, mas, apesar de tudo, tinha que fazer um retrocesso porquanto queria colocar matérias que no início do mandato já colocara e que não viu ainda resolvidas. -----

----- Disse, então, que a toxicoddependência de que ia falar era recente. A Sra. Vereadora sabia, porque já tinha informado a Câmara várias vezes, que foram realojadas as famílias da Rua Possidónio da Silva, mas não tendo sido derrubadas as barracas elas voltaram a ser ocupadas com o tráfico de droga. No dia 10 de Julho disseram-lhe que iam entrar as máquinas, mas já passara todo este tempo e as barracas continuavam de pé, apesar de já ter falado a inúmeros Directores Municipais sobre essa situação. O que era um facto é que a situação se agravou! Se antes havia alguma questão pontual de tráfico de droga ali na rua, agora era todas as noites, era persistente. Portanto, não era uma coisa de há doze anos, era bem mais recente. -----

----- Recordou, depois, que o Sr. Presidente da Câmara disse ali, em tempos, que toda a gente tinha direito ao seu descanso e ao seu silêncio, pelo que voltava a repetir a questão do Paradise, mesmo não tendo sido licenciado pelo Sr. Presidente da Câmara nem por si, porque efectivamente era uma discoteca, situada em Alcântara, e frequentada por gente que naturalmente também precisava de algum tipo de apoio e algum tipo de controlo já que vinham cá para fora fazer sexo na rua, o que era uma coisa perfeitamente horrorosa. Era sexo, droga e *rok and rol*, no Largo de Alcântara não se conseguia abrir um café, era também um problema dos comerciantes que se vinha agravando. -----

----- Ainda relativamente ao Paradise, disse que o que era mais grave é que a Junta não se calava e então fizeram um abaixo-assinado com os moradores da zona, que entregaram à Câmara, ao Governo Civil e a um conjunto de entidades, mas as únicas que responderam foram o Comando da Polícia Metropolitana e o Governo Civil uma e outra a dizer que tinham perguntado à Câmara o que se passava mas ainda não tinham obtido resposta. -----

----- Disse, a terminar, que recebia, com alguma frequência, informação da Divisão de Trânsito de que iria haver uma obra, que iria estar uma camioneta para fazer uma mudança, etc. Só que estranhara muito quando viu entrar as máquinas pelo Pinhol dentro derrubando uma zona da sua freguesia, onde não sabia o que se ia passar e por conseguinte não podia dar essa informação aos moradores. -----

----- **O Deputado Municipal Abílio Martins (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São João, disse que ao fazerem o balanço sobre o estado em que se encontrava a cidade, o que importava era colher o que estava feito, o que era preciso e aquilo que ficou por fazer, e, nessa linha, iria fundamentalmente abordar a freguesia que representa. -----

----- Assim, começou por referir que a 1ª fase do Plano do Vale de Chelas era para estar concluída há dois anos, mas neste momento, diria, estava ao ritmo dos 20 km à hora da Câmara Municipal de Lisboa, porque, naturalmente, uma taxa de execução de 20 ou 25% correspondia a isso mesmo. E estava a esse ritmo porque o Plano do Vale de Chelas já deveria ter a nova sede da Junta de Freguesia de São João, que estava paga e já devia estar construída, mas continuava à espera de o ser. A abertura à Praça Paiva Couceiro já deveria ter sido feita, mas continuava também à espera. -----

----- Relativamente aos parques infantis, disse que tinham três na freguesia e apesar dos dezenas de alertas que já fizeram à Câmara e dos compromissos assumidos por Vereadores para consigo e com a população de que esses parques seriam recuperados, dois deles estavam oficialmente encerrados, o que queria dizer que, neste momento, a Freguesia de São João só tinha um parque infantil a funcionar. No entanto, a Câmara, desde há ano e meio, comprometera-se a fazer essas obras e era urgente que fossem feitas. Só que continuavam paradas! -----

----- Quanto à AV. Mouzinho de Albuquerque, disse que durante 24 anos os moradores assistiram a uma degradação sucessiva do parque habitacional. A Câmara, em boa hora, decidira fazer uma intervenção de renovação e de requalificação do edificado e, naturalmente, de renovação dos espaços exteriores. Mas acontece que

nessa obra, que já deveria ter terminado há ano e meio, continuava ainda por terminar a primeira fase que era a recuperação dos edifícios, com alguns problemas técnicos por resolver que se arrastavam dando má qualidade de vida aos moradores. E, como era óbvio, toda essa situação criava conflitos e problemas a quem já tinha muitas dificuldades para viver. Alias, bastava dizer que os moradores, actualmente, para entrarem nas suas habitações só de galochas o podiam fazer e com uma mangueira à porta para poderem limpar a lama em pleno inverno, porque os espaços por onde entravam estavam todos enlameados. -----

----- No tocante ao rejuvenescimento da população, disse que estava totalmente de acordo e faria todos os esforços no sentido de que isso fosse um facto. Mas para haver rejuvenescimento – tal como dizia também a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa – e para haver efectiva alteração na cidade era preciso atender aos casos sociais e não poupar esforços na sua resolução. Por exemplo, recentemente, na sua freguesia aconteceram dois casos paradigmáticos da intervenção da Câmara: duas jovens, uma de 16 e outra de 19 anos, uma com um filho de 10 meses e outra com duas crianças de 15 dias, receberam, ou estavam em vias de receber, ordem de despejo. De facto, era paradigmática a forma como se resolviam as situações e se fazia o rejuvenescimento da cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra, disse que queria colocar rigor e verdade numa afirmação por si feita aquando da sua intervenção, concretamente sobre os 10.000 prédios reabilitados, porque em rigor aquilo que se fez desde 1990 até 2001, em relação à reabilitação integral ou parcial, foi a intervenção em 8.832 fogos, 32% do total dos prédios dos bairros históricos, o que não incluía todas as outras intervenções no resto da cidade. Hoje a reabilitação urbana incluía a cidade toda, portanto seriam muitos mais os fogos reabilitados. -----

----- Por outro lado, relativamente à frota para a higiene urbana, desejava rectificar aquilo que ali foi dito por um Deputado Municipal do CDS-PP, porque só no último mandato, através do financiamento de fundos comunitários, foram adquiridos quatro vezes mais carros de remoção do que no actual mandato. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, deu a palavra à Câmara para responder às questões colocadas. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para dar esclarecimentos, começou por dizer que ficou bastante satisfeito quanto àquilo que foram as réplicas à sua intervenção, feitas pelos Deputados Municipais das várias forças políticas com assento na Assembleia Municipal. E ficou satisfeito, quer pelo tom sereno, quer, principalmente, apesar de algumas injustiças, pelo conteúdo político. -----

----- A política, como a vida, era o que era, e se a realidade de Lisboa correspondesse aquilo que estava implícito nalgumas frases *slogans* ali usadas, o estado a que Lisboa chegara se fosse muito mau, muito negativo, o ambiente, obviamente, teria sido completamente diferente. Ainda para mais num estado como aquele que era o do País, que nomeadamente o Deputado Municipal Rodolfo Caseiro referiu como num estado de estagnação económica, que levava a situações complicadas, designadamente na

área da criminalidade, da segurança e mesmo das possibilidades de investimento por parte das autarquias. -----

----- Mas o melhor exemplo da justiça ou injustiça de algumas observações foi a intervenção acabada de fazer pelo Deputado Municipal Martinho Baptista, que manifestamente tinha errado quando falara em 10.000 prédios. Foi um erro como acontece a toda a gente, o Eng.º Guterres também se enganara quando foi do PIB, havia quem dissesse que ele próprio se tinha enganado quando foi nos Violinos de Chopin, enfim, havia muita gente que se enganava em muitos números. Portanto, erros podiam acontecer a qualquer pessoa. -----

----- No entanto, o Deputado Municipal Martinho Baptista referira que a Câmara, nos dez anos anteriores, tinha feito intervenção em 8.832 fogos que correspondiam a um terço dos fogos existentes nos bairros históricos. E, de facto, em 10 anos fazer-se intervenção apenas em 8.832 fogos, que correspondiam a cerca de um terço dos fogos dos bairros históricos, levava-o a perguntar o que se teria passado. Estariam mal todos os fogos dos bairros históricos? Estaria um terço bem? Quanto teria a Câmara agora para recuperar? Cerca de um terço, portanto, pelas contas do Deputado Municipal Martinho Baptista! Mas iria dar-lhe os números sobre quantos fogos a Câmara estava a intervir num ano nos bairros históricos, porque partindo do princípio que 8.832 eram um terço teriam a tarefa muito facilitada porque estavam longe de admitir que os bairros históricos estivessem com os fogos todos a carecerem de intervenção. -----

----- Aliás, era o próprio relatório da Direcção Municipal de Reabilitação Urbana, de 2000, que dizia que pela actividade da Direcção Municipal de Reabilitação Urbana e dos Gabinetes concluíram-se obras de reabilitação em 66 prédios, mais 85, mais 10, pelo que, no ano 2000, foram cerca de 150 os prédios onde houve intervenção em fogos, não foram os prédios todos reabilitados. Portanto eram números completamente diferentes. -----

----- De resto, isso fazia-lhe lembrar um discurso do seu antecessor em que ele, na Assembleia Municipal, em 1999, disse, numa piada ao Dr. Jorge Sampaio, que até 1995 nunca se tinha feito nenhum lugar de estacionamento subterrâneo, e depois acrescentou que entre 1995 e 1999 se tinham criado 10.000 lugares. Tinham-se criado 4.000, o que era assinalável, mas, enfim, era menos de metade do que se dizia ter criado. -----

----- E às vezes essa falta de noção entre fogos e edifícios, dava um pouco a ideia da situação, que era a verdadeira. Porque aí sim, se esta Câmara andava a 20 km à hora, a anterior, diria, andava em marcha atrás. -----

----- Mas essas eram questões de somenos, o que pensava era que o Deputado Municipal Dias Baptista foi injusto quando disse que ele passara metade da intervenção a falar do futuro e do passado, pelo que lhe perguntava se as decisões que tinha tomado para Monsanto, assim como o Bairro Alto, Alfama, as obras do Túnel do Marquês, o Parque Mayer, a integração da EXPO, a decisão do TGB, os estádios do Benfica, do Sporting, do Belenenses e do Atlético, o Intendente, a Vila Teixeira, as construções e os realojamentos, os parques de estacionamento que estavam a ser

construídos, o Teatro São Luiz, a Lisbon Foto, as Feiras do Livro, tudo isso não teria a ver com o presente? -----

----- Já não falava no turismo e na satisfação dos turistas, 9,2 em 10, no número de paquetes e de cruzeiros turísticos que vinham a Lisboa, como também não ia falar dos turistas que vinham a Lisboa, mas perguntava se nada disso teria a ver com o presente.

----- A um à parte respondeu: “Ah, estava tudo a andar!”. Mas como tinha dito o Deputado Municipal Dias Baptista os efeitos das medidas só se viam em muitos anos e, portanto, diria que esses eram efeitos das medidas do Eng.º Abecasis que se sentiram agora nesta mesma altura. As da coligação de esquerda ainda estavam para vir! -----

----- A propósito da questão do repovoamento disse que a Deputada Municipal Ana Sara Brito disse e bem, que o abandono de Lisboa já se verificara há décadas. A questão estava em que no PDM de Lisboa, de 1994, feito no princípios dos anos noventa, o principal objectivo estratégico era suster o êxodo da população para fora de Lisboa! Esse era o principal, estava lá logo no preâmbulo, mas isso não aconteceu, o êxodo continuou exactamente ao mesmo ritmo. -----

----- Respondendo a um à parte, disse: “não é verdade?!, Nos últimos dez anos foram 250.000 pessoas!” E a um novo à parte acrescentou: “em 1999 foi recuperar?! Mas eu gostava de saber onde! Foi o tal censo de 1991 que se enganou?” -----

----- Continuando, disse que a Câmara não tinha sinais de recuperação na pirâmide etária da cidade. Nem no recenseamento, nem nas repartições de finanças existiam nenhuns sinais desse regresso da juventude. Aliás, não havia razões para isso porque o programa da EPUL Jovem também disponibilizara uns poucos milhares de fogos, mas, como era sabido, a intervenção no mercado imobiliário em Lisboa foi muito pequena. O preço por metro quadrado tem disparado, cada vez mais subira, e subira na última década. Se houve alguém que se deu bem em Lisboa, nos últimos dez anos, foram os promotores imobiliários. Esses sim, deram-se muito bem em Lisboa porque, de facto, viram os seus lucros aumentar exponencialmente nessa década dos gloriosos anos noventa para a construção. -----

----- Disse, depois, que aquela de irem ver o que se passava no Intendente sem irem ao próprio Largo do Intendente e não irem visitar o Gabinete da Câmara, não falarem com os técnicos de acção social que estavam no terreno, no seu entender não ficava bem a Deputados Municipais. Ele próprio falara com o Prior da Igreja dos Anjos, agora disseram ali que as capelas funerárias tinham que fechar mais cedo, mas quando esteve lá, antes e depois das eleições, ele disse-lhe que não podia abrir as capelas funerárias à noite. Portanto se aquilo que foi dito fosse verdade teria havido uma melhoria! Mas não houve. A situação continuava grave e complicada, mas não começara agora. Como disse o Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, nas duas excelentes intervenções que ali fez – e pelas quais o queria cumprimentar – a situação só quem não a conhecesse. E, de facto, eram precisos mais autocarros em Lisboa para ver se os Deputados Municipais iam mais para essas zonas para conhecer essa realidade de Lisboa. -----

----- Quanto à segurança, disse que o Relatório do Observatório de Segurança da Universidade Católica dizia que os vários tipos de criminalidade em 2002 baixaram em relação a 2001. Mas, por acaso, não tinha essa opinião. O relatório da PSP dizia que na Grande Lisboa, no Comando Distrital de Lisboa, a criminalidade aumentara 3%. Na Grande Lisboa! Por isso, desejava que o Deputado Municipal Miguel Coelho lhe dissesse onde reportava esse aumento de criminalidade de 5%, que mesmo que se verificasse não era significativo dada a evolução da situação económica. -----

----- Mas desde que não houvesse um agravamento significativo já deveriam registar esse facto e depois trabalharem para que houvesse um efectivo retrocesso. -----

----- Seguidamente, referindo-se à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, disse que, no que dizia respeito à Av. Padre Cruz, desejava lembrar que iam ter em Dezembro, em princípio no dia 29, a inauguração do prolongamento do Metro até Odivelas, o que permitiria – esperavam todos – uma diminuição do fluxo de tráfego pela entrada da Calçada de Carriche. Aliás, desejava dizer que esteve a trabalhar com o Sr. Presidente da Câmara de Odivelas – e a liderança da bancada do PS se não ouvia isso depois não ia à cerimónia no dia 29 de Dezembro. -----

----- A um à parte referiu que estava a dizer que ia abrir a estação de Odivelas, e, de seguida, a um novo à parte respondeu que foi este Governo, porque se já estivesse pronta antes tinham-se esquecido de a inaugurar. É que se inauguraram tanta coisa que não estava pronta, não compreendia que se tivessem esquecido de alguma que já estava pronta. Já estavam no poder há dois anos, portanto não sabia quem a tinha feito! -----

----- Mas o que estava a referir era que se previa que baixassem os fluxos de tráfego em cerca de 30%, ou mais, se tudo corresse bem, em relação à entrada em Lisboa. Aliás, esteve a trabalhar com o Sr. Presidente da Câmara de Odivelas naquele reperfilamento da entrada em Lisboa, ali na estação da GALP, depois na descida para Odivelas, em que se tinha que se dar uma volta pelo Olival Basto, para ver se se fazia ali um pequeno desnivelamento que permitisse o acesso directo a Odivelas, para melhorar aí as entradas e saídas da cidade. -----

----- Disse, depois, que o Deputado Municipal Silva Dias referira a sinalização horizontal e outros aspectos que lhes mereceram toda a atenção, foi uma intervenção pertinente, enquanto que o Deputado Municipal Dias Baptista referira que cada um tinha o seu estado da cidade. Isso era natural! Uns falavam das obras que faziam e outros falavam mais das obras que faltavam fazer, a oposição. Era assim a vida! -----

----- Mas desejava dar um conselho! A oposição falava muito no *show off*: era *show off* no Intendente, era *show off* em Monsanto, era *show off* na Av. 24 de Julho, era *show off* no Bairro Alto, era *show off* em Alfama, era *show off* por todo o lado, enfim, era só *show off*. Mas era certo que ouvira isso quatro anos na Figueira da Foz e quando chegara ao fim as sondagens davam-lhe mais de 80%. Com isto estava a dar um conselho grátis a uma força política da oposição pelo que, no lugar dela, mudava o discurso, porque falarem de *show off* em relação a realidades concretas levava a que as pessoas, às tantas, dissessem “bem-dito *show off*”. -----

----- Sobre o que foi dito quanto às necessidades que eram feitas nas Escadinhas da Barroca e no Pátio do Salema, disse que essa era também uma das razões porque referira que o conteúdo das intervenções o alegrou. É que quando chegavam a esse ponto, no debate sobre o Estado da Cidade, ficava esclarecido quanto àquilo que preocupava ou não a generalidade das intervenções que ali existiram. Porque, de facto, era preciso chegar ao ponto desse pormenor, que não se levantava sequer, com o devido respeito pelas Assembleias de Freguesia, em reuniões desses órgãos, mas era numa Assembleia Municipal de Lisboa que se vinha dizer ao Presidente da Câmara e aos Vereadores para terem em atenção que eram feitas necessidades nas Escadinhas da Barroca e no Pátio do Salema. -----

----- Portanto quanto a isso estavam todos esclarecidos, como também, já agora, quanto à questão dos bidões da GALP no Terreiro do Paço, matéria em relação à qual chamava a atenção que esses bidões foram postos por opção da Bienal Design. Não foi uma decisão da Câmara, nem era publicidade à GALP, mas foi, isso sim, a Bienal Design, que era apoiada na sua acção desde o Senhor Presidente da República, por unanimidade do Executivo e das forças políticas. Mas, por coincidência, antes de vir para esta reunião passou pelo Terreiro do Paço e fez um telefonema a dizer que estava saturado de ver aqueles Bidões da GALP no Terreiro do Paço. Só garantia que a decisão não foi sua, a resposta que lhe foi dada foi de carácter estético/artístico, que deveria estar mais tempo para as pessoas se habituarem ao contraste entre a praça, o *design* e as peças. Essa foi a resposta que lhe deram ao que retorquiu que como Presidente da Câmara entendia que aquilo já lá estava à tempo de mais. Portanto, nesse ponto confessava que estava de acordo. -----

----- Quanto ao estacionamento em segunda fila na Baixa e Avenidas Novas e a questão os parquímetros, disse que não queria que pensassem que entrou ali ou saía dali com a visão que estava tudo bem ou tudo a correr bem! Não, porque não era assim! Estava preocupado com o que se passava com os parquímetros e o controlo do estacionamento tarifado na cidade, estavam a trabalhar para ver se conseguiam algumas alterações tecnológicas alternativas a esse sistema. Não estava ainda contente com o que se passava com o controlo ao estacionamento em segunda fila, estava disposto a pôr mais barreiras ao estacionamento. Foram postas no mandato anterior, mais do que neste, e só esperava que os Deputados Municipais não se esquecessem dos apelos que estavam agora a fazer, para que quando puserem as barreiras físicas para impedir o estacionamento em muitos passeios de Lisboa, não viessem depois protestar porque a medida foi exagerada. -----

----- Pelos estudos que a Câmara tinha feito constatava-se que ainda havia muitas pessoas que traziam o carro para Lisboa porque se convenciam que acabavam por o conseguir estacionar no espaço público de maneira desordenada. Portanto, a Câmara estava a trabalhar em relação a essa questão concreta que foi levantada. -----

----- Relativamente à higiene urbana, disse que lhe chegavam queixas nesse sentido, por exemplo na Cerca Moura, falaram agora de outros casos, nomeadamente na Rua do Capelão, mas não havia razão nenhuma para isso acontecer. Portanto, tomava nota das observações, que não lhe chegavam só dos Deputados Municipais, umas vezes

chegavam-lhe a dizer que tinha melhorado, mas outras também a dizer que não. E realmente não havia razão nenhuma para isso: a Câmara não diminuía meios, até os melhora, não diminuía recursos. Mas tomava nota porque essa era também uma matéria em que a cidade tinha que estar impecável. -----

----- Sobre protocolos com concessionárias, disse que não estava satisfeito. Teriam com certeza visto que o Governo aprovara uma taxa para a Portugal Telecom, 0,25 em princípio, mas não quisessem saber o que foi! A Portugal Telecom, de facto, às vezes pensava que era um Estado dentro do Estado, enquanto as outras concessionárias todas já tinham o seu regulamento e as taxas para pagar, a Portugal Telecom entendia que não tinha obrigação de pagar taxas a ninguém. E, de facto, não estava nada satisfeito com o cumprimento do protocolo que a Câmara celebrara com as concessionárias para concertarem obras no subsolo da cidade, porque as intervenções continuavam a ser desordenadas, continuavam a ser casuísticas, e a responsabilidade era da Câmara. -----

----- Mesmo na Baixa, diria nas barbas do Município, isso acontecia. Ainda há pouco tempo seguia de carro e viu obras no subsolo parou e perguntou o que estavam a fazer, e a resposta foi que eram da EDP e que estavam a fazer o controlo dos cabos que ali passavam. Perguntou novamente quem deu ordem e se coordenaram com a Câmara, e não obteve resposta. Portanto, o protocolo não estava a ser respeitado. -----

----- Era um ponto que merecia crítica, uma crítica que a Câmara assumia, também ela própria estava insatisfeita porque a cidade, nessa matéria, não estava como deveria ser. E isso não era só culpa das Juntas de Freguesia, da Câmara ou da Assembleia municipal, os administradores das empresas que operavam nessa área tinham obrigação de contribuir para uma cidade civilizada. Eles, que se apresentavam com tanto aprumo e tanta elegância, se procuravam estar em dia com a moda nas indumentárias, que se preocupassem também em estar em dia com as cidades mais civilizadas da Europa, no cumprimento das normas de respeito pelos seus concidadãos e pelo direito que eles tinham a uma cidade ordenada. -----

----- Isso era aquilo que tinham obrigação de exigir e, portanto, registava e louvava as observações feitas pelas bancadas da oposição e também pelas bancadas da maioria que apoiava o Executivo. -----

----- Acerca dos feirantes da Feira Popular, disse que essa era uma questão delicada. Antes das eleições falavam-lhe em dois milhões de contos de indemnização, depois das eleições já lhe falavam em cinco milhões de contos de indemnização, na última reunião que teve já ouviu falar em oito milhões de contos de indemnização. Uns diziam que tinha mau feitio, outros diziam que tinha melhor feitio mas os feitios ali não interessavam, o que interessava eram os princípios, e não ia por aí. Podia haver gritos e choros que não entraria em destempero! Combinaram uma comissão de avaliação e agora as pessoas estavam-se a comportar como se a Câmara já tivesse que ter os cálculos feitos da indemnização a que tinham direito, quando combinaram começar agora o processo de cálculo das indemnizações. -----

----- A Câmara não entraria em desvarios, em loucuras. Isso estava fora de questão, acontecesse o que acontecesse! -----

----- Como, aliás, queria também deixar bem claro que ainda não fecharam o protocolo das negociações com o Arqtº Frank Gehry e com a sua equipa, porque ainda não havia acordo em termos financeiros. E desejava deixar isso muito claro perante a Assembleia Municipal, como disse aos próprios. -----

----- Referiu que disse há pouco aos feirantes da Feira Popular que podia haver pontos que estavam no seu programa de candidatura, que se ele chegasse à conclusão que tinha motivos de força maior que levassem a não os cumprir, assumia. Nem pouco mais ou menos a Câmara cometer loucuras ou desvarios, ou ter opções que considerasse injustificadas numa gestão racional de recursos, para entrar em aventuras que não deveria entrar, nem que com isso soubesse que ia ser muito criticado, que ia ser prejudicado politicamente, fosse aquilo que fosse. Aquilo que não fosse razoável não entrariam nesse campo, e traria à Assembleia Municipal, sublinhava isso, o ponto exacto dessa situação. -----

----- Quanto aos feirantes desde já dizia publicamente que nem eles, nem os privados do Parque Mayer, nem ninguém, procurassem aproveitar-se do facto de haver promessas de campanha para chegarem a valores que a Câmara não aceitaria de nenhuma maneira, nem que com isso corresse o risco de não levar por diante esses compromissos. Explicaria depois, publicamente, porque não foram feitos. -----

----- Portanto, desejava que isso ficasse claro, porque nem que isso levasse a perder eleições. Que as pessoas não pensassem que com chantagens ou com ameaças o levavam por caminhos que ele não aceitava. Lá por quererem ter a Feira Popular com um novo parque de diversões tão depressa quanto possível, gostariam que assim fosse mas não iriam entrar em loucuras. Aliás, o mesmo dizia para a generalidade dos projectos que estavam em cima da mesa. -----

----- Em relação à Fundação “O Século” disse que não tem havido problemas, têm trabalhado sossegadamente. -----

----- A terminar disse que porque hoje estive na moda durante o debate a palavra sossego e desassossego, diria que a cidade podia estar descansada e sossegada porque tinha uma maioria que trabalhava, uma oposição que fiscalizava, era assim que se devia passar em democracia e, por isso, ficava contente com este debate sobre o Estado da Cidade. -----

----- **O Senhor Presidente**, seguidamente, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Extraordinária nesta data iniciada. -----

----- Eram 20 horas. -----

----- E eu, _____, Primeira Secretária, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária. -----

----- O PRESIDENTE -----